

# convergência

ABRIL ■ 1994 ■ ANO XXIX N° 271

**A vocação do irmão a partir de uma Teologia da VR – Pe. Fabio Ciardi, OMI**

**Seguimento de Jesus: fé e compromisso – Ir. Vera Ivanise Bombonato, FSP**



convergência

**CRB**  
40  
anos

# SUMÁRIO

EDITORIAL	
SOBRE JOVENS E POÇOS: A PASTORAL VOCACIONAL .....	129
Pe. Spencer Custódio Filho, SJ	
PALAVRA DO PAPA .....	131
A VOCAÇÃO DO IRMÃO A PARTIR DE UMA TEOLOGIA DA VIDA RELIGIOSA .....	135
Pe. Fabio Ciardi, OMI	
SEGUIMENTO DE JESUS: FÉ E COMPROMISSO .....	151
Ir. Vera Ivanise Bombonato, FSP	
FORMAÇÃO PARA A INCULTURAÇÃO NA VIDA RELIGIOSA: PROBLEMÁTICAS E DESAFIOS .....	160
Fr. Tito Figueirôa de Medeiros, O. Carm.	
MISSÃO DE EVANGELIZAÇÃO COMO MISTÉRIO DE VISITAÇÃO .....	170
Ir. Julieta Maria	
EVANGELIZAR O POLÍTICO: UMA MISSÃO DA VIDA RELIGIOSA .....	180
Pe. José Lisboa Moreira de Oliveira, SDV	

# NOSSA CAPA

Detalhe do Painel sobre os 500 anos de Vida Religiosa no Brasil, dos artistas populares Anderson Souza Pereira, MSC e Elda Broilo, SC. Após a restauração da Vida Religiosa, mediante vigoroso transplante de Congregações antigas e recentes da Europa para o Brasil, nasce uma nova caminhada. A criação da CRB, em 1954, preparou a Vida Religiosa para a marcha a que a Igreja se propõe na América Latina, nesta nova fase: participação do povo, ênfase em nossa realidade e olhos no Vaticano II, Medellín, Puebla, Direitos Humanos, Evangelii Nuntiandi... Religiosos (mulheres e homens) se misturam ao povo caminhando na mesma direção.

## ASSINATURA PARA 1994:

**BRASIL:** taxa única

Terrestre ou aérea ..... US\$ 25,00

**EXTERIOR:** taxa única

Terrestre ou aérea ..... US\$ 85,00

Número avulso (Brasil) ..... US\$ 2,50

*Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.*



## convergência

Revista Mensal da  
Conferência dos Religiosos  
do Brasil: CRB

### DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Edênio Valle, SVD

### REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12679/78)

### EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

#### Coordenador:

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

### Membros:

Pe. Atico Fassini, MS

Ir. Lina Boff, SMR

Fr. Luis Fernando Peixoto, OFM

### DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar

Cinelândia — Tel.: (021) 240-7299

20038-900 — Rio de Janeiro — RJ

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

# EDITORIAL

## SOBRE JOVENS E POÇOS: A PASTORAL VOCACIONAL

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

**A**pós o II Congresso Internacional de Bispos e outros responsáveis das vocações, realizado em Roma de 10 a 16 de maio de 1981, a Pontifícia Obra para as Vocações da Congregação para a Educação Católica acolheu o desejo de promover congressos continentais de pastoral vocacional.

A proximidade do V Centenário de Evangelização do Continente e da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, que assumiu como uma de suas prioridades a pastoral vocacional, e a confortadora presença de numerosas vocações ao ministério ordenado e à vida consagrada impeliram a Sé Apostólica a dar início aos congressos, a começar pela América Latina, particularmente em *Itaici/SP*, de 23 a 27 de maio de 1994.

Esta realização nos faz retomar a questão da pastoral vocacional dirigida àqueles e àqueles que experimentam um desejo mais ou menos consciente de seguir Jesus. Desde os tempos do Antigo Testamento a Bíblia nos conserva a memória de homens e mulheres que rondam os "poços", símbolos de todas as buscas e de toda a sede que mantém vivo no ser humano o desejo que nos leva a aproximar-nos do mistério.

Sem dúvida há gente jovem que hoje ainda segue próxima dos "poços", mas religiosos/as com frequência lamentam que se aproximam menos dos nossos. Diante

desse fenômeno, as reações são variadas: alguns se lamentam amargamente dos tempos calamitosos que correm e do materialismo e superficialidade da juventude. Outros empreendem campanhas de recrutamento no âmbito rural ou nos países de terceiro mundo e, como os fins e os meios resultam distantes do evangelho, o sistema vaza por todas as partes.

Creio que o centro da questão não está em fixar nosso olhar em "como atrair a atenção dos jovens para nosso poço", mas nos aproximarmos nós mesmos do poço e observarmos que "água" estamos oferecendo e qual é neste tema o papel da geração que vivemos a renovação conciliar. Em outras palavras, penso que a questão da pastoral vocacional passa antes de tudo por aquilo que a vida religiosa concreta, por suas comunidades e obras, consegue revelar àqueles/as que a olham.

Esta revelação "testemunhal" da "água do nosso poço" constitui uma pastoral vocacional ancorada em duas vertentes: uma que poderíamos chamar *mística* e outra de *solidariedade*. Ao dizer *mística*, refiro-me a essa relação experiencial com Deus e que João tão belamente descreve como "ter parte com o Senhor" (Jo 13,8). Cada um de nós religiosos/as deveria saber por qual caminho concreto de nosso carisma fundacional se chega a essa experiência e em que águas devemos mergulhar para en-

contrá-la. Surge aqui a necessidade de "mistagogos/as" (= pedagogos do mistério), guias que conheçam e assinalem rotas para aqueles que desejam fazer o caminho dentro da tradição do grupo, conduzindo a uma paixão por este mundo que é objeto da paixão de Deus.

A palavra solidariedade diz em linguagem de hoje o que cada tradição de vida religiosa polariza em direção ao Reino e que pode revestir mil formas, desde a oração dos contemplativos até a presença silenciosa em ambientes de marginalizados. Isto passa por formas simbólicas, que constituem o modo peculiar de traduzir o Evangelho a partir de um ótica determinada que pertence ao carisma do fundador/a. No transcorrer dos tempos essas formas simbólicas podem deixar de cumprir sua função, esclerosando-se, deixando de significar aquilo para que nasceram, exigindo rompimentos por vezes traumáticos, pois todo amor que não encontra formas criativas de expressar-se termina por esgotar-se e torna-se insignificante.

Uma pastoral vocacional assumida não só pela "equipe provincial", mas por todos aqueles e aquelas que constituem o corpo congregacional e que revele nas vertentes da mística e da solidariedade a "água contida em nossos poços" é que CONVERGÊNCIA acentua em seu número deste mês. Pe. FABIO CIARDI, omi abre nossas reflexões com um texto sobre "A vocação do irmão a partir de uma teologia da

vida religiosa". A partir de um ponto específico, a crise de identidade que os irmãos enfrentam, particularmente no interior dos chamados "institutos clericais", ajuda-nos a perceber quanto a "água" foi turvada no transcorrer da história, e como vivemos um tempo de possível feliz retomada de uma única vocação à vida religiosa, quer homens, quer mulheres, quer ordenados, quer não ordenados. Ir. Vera Ivanise Bombonato, fsp tematiza mais ainda o processo da vocação à vida religiosa a partir da categoria cristológica fundamental do seguimento de Jesus, uma experiência histórica de fé que gera compromissos. Já Ir. Julieta Maria, das Damas da Instrução Cristã, acentua pelo lado da vertente mística um dos sinais fundamentais das "águas do nosso poço" a serem reveladas como anúncio vocacional, e que é a dimensão da visitação; seguida, logo depois, já na vertente da solidariedade, pelo texto do Pe. José Lisboa Moreira de Oliveira, svd, que nos situa no momento eleitoral, quando se torna "Evangelizar o Político: uma missão da vida religiosa".

Que o estudo deste número de CONVERGÊNCIA nos ajude a todos a renovar nosso interesse coletivo pela questão das vocações percebendo, simultaneamente, que isto passa pela nossa reformulação missionária e institucional, purificando de tal forma "as águas de nossos poços" que os jovens, rapazes e moças, que passem sedentos tenham o gosto e prazer de aí saciar-se.

Mensagem Pontifícia de  
João Paulo II para a celebração  
da 31ª Jornada Mundial de  
Oração pelas Vocações no dia  
24 de abril de 1994 —  
IV Domingo de Páscoa.

**A**os Veneráveis Irmãos no Episcopado e aos caríssimos Fiéis de todo o mundo.

A celebração da Jornada Mundial de Oração pelas Vocações coincide, este ano, com um importante acontecimento eclesial: a inauguração do "Primeiro Congresso Continental Latino-Americano sobre o trabalho pastoral a favor das vocações de especial consagração no Continente da Esperança".

Tal Assembléia propõe-se desenvolver um trabalho aprofundado de verificação, animação e promoção vocacional. Ao mesmo tempo que exprimo o meu grande apreço por esta iniciativa pastoral que tem como finalidade o bem espiritual não só da América Latina mas da Igreja inteira, convido todos a apoiá-la com a oração unânime e confiante.

A Jornada Mundial insere-se, além disso, no Ano Internacional da Família. Isto oferece a oportunidade para chamar a atenção sobre a relação estreita que existe en-

tre família, educação e vocação e, particularmente, entre família e vocação sacerdotal e religiosa.

Ao dirigir-me às famílias cristãs, desejo portanto confirmá-las na sua missão de educar as gerações jovens, esperança e futuro da sociedade e da Igreja.

## 1. "Este mistério é grande" (Ef 5,32)

Não obstante as profundas mudanças históricas, a família permanece a mais completa e a mais rica escola de humanidade, na qual se vive a experiência mais significativa do amor gratuito, da fidelidade, do respeito recíproco e da defesa da vida. A sua missão peculiar é a de guardar e transmitir, mediante a educação dos filhos, virtudes e valores, de maneira a edificar e promover o bem dos indivíduos e da comunidade.

Esta mesma responsabilidade compromete, com maior razão, a família cristã pelo fato dos seus membros, já consagrados e santificados em virtude do Batismo, serem chamados a uma particular vocação apostólica pelo sacramento do Matrimônio (cf. *Familiaris Consortio*, 52,54).

A família, na medida em que toma consciência desta sua singular vocação e lhe corresponde, torna-se uma comunidade de santificação na qual se aprende a viver a mansidão, a justiça, a misericórdia, a castidade, a paz, a pureza de coração (cf. Ef 4, 1-4; *Familiaris Consortio*, 21); torna-se, por outras palavras, aquilo que S. João Crisóstomo chama a "igreja doméstica", isto é, o lugar onde Jesus Cristo vive e opera para a salvação dos homens e para

o crescimento do Reino de Deus. Os seus membros, chamados à fé e à vida eterna, são "participantes da natureza divina" (2Pd 1,4), alimentam-se à mesa da Palavra de Deus e dos Sacramentos e exprimem-se naquele modo evangélico de pensar e de agir que os abre à vida da santidade na terra e da felicidade eterna no Céu (cf. Ef 1,4-5).

Os pais cristãos, desde os primeiros anos de idade dos seus filhos, manifestando-lhes um amoroso cuidado, comunicam-lhes, mediante o exemplo e a palavra, uma relação com Deus sincera e vivida no amor, na fidelidade, na oração e na obediência (cf. *Lumen Gentium*, 35; *Apostolicam Actuositatem*, 11). Eles promovem, portanto, a santidade dos filhos e tornam os seus corações dóceis à voz do Bom Pastor, que chama todo o homem a segui-lo e a procurar antes de tudo o Reino de Deus.

À luz deste horizonte de graça divina e de responsabilidade humana, a família pode ser considerada como um "jardim" ou como um "primeiro seminário", onde as sementes da vocação, que Deus espalha a mancheias, estão em condição de desabrochar e de crescer até a plena maturação (cf. *Optatam Totius*, 2).

## 2. "Não vos conformeis à mentalidade deste mundo" (Rm 12,2)

A missão dos pais cristãos é mais do que nunca importante e delicada, porque eles são chamados a preparar, cultivar e defender as vocações, que Deus suscita na sua família. Devem, portanto, enriquecer-se a si e a sua família de valores espirituais e morais, como seja ter uma convicta e profunda religiosidade, uma consciência apostólica e eclesial e uma concepção exata da vocação.

De fato, para cada família o passo decisivo a realizar consiste em acolher o Se-

nhor Jesus como centro e modelo de vida e, nEle e com Ele, em tomar consciência de ser um lugar privilegiado para um autêntico crescimento vocacional.

A família realizará a sua missão se se mantiver constantemente empenhada e aberta à graça de Deus; S. Paulo, com efeito, afirma que "é Deus que suscita... o querer e o operar segundo os seus desígnios benevolentes" (Fl 2,13) e que "Aquele que iniciou... esta boa obra a conduzirá ao seu cumprimento até ao dia de Cristo Senhor" (Fl 1,6).

Mas o que é que acontece quando a família se deixa levar pelo consumismo, pelo hedonismo e pelo secularismo, que perturbam e impedem a realização do plano de Deus?

Como é doloroso ter conhecimento de vicissitudes, infelizmente numerosas, de famílias arrastadas por semelhantes fenômenos e pelos seus efeitos devastadores! É esta, sem dúvida, uma das maiores preocupações da Comunidade cristã. A pagar as conseqüências da difusa desordem das idéias e da moral são antes de mais as próprias famílias; mas também a Igreja sofre com isso, como aliás disso se ressentente a sociedade inteira.

Como é que os filhos, moralmente órfãos, sem educadores e sem modelos, podem crescer na estima dos valores humanos e cristãos? Como é que em tal clima podem desenvolver-se aqueles germens de vocação que o Espírito Santo continua a depositar no coração das gerações jovens?

A força e a estabilidade do tecido familiar cristão constituem a primeira condição para o crescimento e amadurecimento das vocações sagradas e a melhor resposta à crise vocacional: "Cada Igreja e, dum modo especial, cada Comunidade paroquial — escrevi na Exortação *Familiaris Consortio* — devem tomar maior consciência da graça e da responsabilidade que recebem do Senhor em ordem a promover a

pastoral da família. Todo o plano de pastoral orgânica, em todos os níveis, nunca deve prescindir de tomar em consideração a pastoral da família" (n. 70).

### 3. "Pedi ao Senhor da messe que mande trabalhadores para a sua seara"

A pastoral vocacional encontra o seu primeiro e natural ambiente na família. Com efeito, os pais devem saber receber como uma graça o dom que Deus lhes faz chamando um dos filhos ao sacerdócio ou à vida religiosa. Tal graça é implorada na oração e acolhida ativamente mediante uma educação que faça perceber aos filhos toda a riqueza e a alegria de consagrar-se a Deus.

Os pais, que com gratidão e alegria acolhem o chamamento de um seu filho ou filha a uma consagração especial por amor do Reino dos céus, recebem um sinal particular da fecundidade espiritual da sua união, considerando-a enriquecida com a experiência do amor vivo no celibato e na virgindade.

Estes pais descobrem com admiração que o dom do seu amor como que se multiplicou, graças à vocação sagrada dos seus filhos, para além das dimensões humanas limitadas.

Para formar as famílias na consciência deste importante aspecto da sua missão, é necessária uma ação pastoral que mire a levar cônjuges e pais a serem "testemunhas e cooperadores da fecundidade da Mãe Igreja, como sinal e participação daquele amor com o qual Cristo amou a sua esposa e se entregou por ela" (*Lumen Gentium*, 41).

A família é o "viveiro" natural das vocações. A pastoral familiar deve dirigir, portanto, uma atenção especialíssima ao aspecto propriamente vocacional do seu empenho.

### 4. "Quem tem responsabilidade na comunidade demonstre solicitude e diligência" (Rm 12,8)

Caminhar juntos atrás de Cristo para o Pai é o programa vocacional mais apropriado. Se os Sacerdotes, os Religiosos, os Consagrados, os Missionários e os Leigos empenhados se ocuparem da família e intensificarem formas de diálogo e de comum procura evangélica, a família enriquecer-se-á daqueles valores que hão de ajudá-la a ser o primeiro "seminário" de vocações de especial consagração.

Os Presbíteros, diocesanos e religiosos, vivam intensamente as problemáticas da vida familiar, para saber iluminar com o anúncio da Palavra de Deus os esposos cristãos acerca das suas responsabilidades específicas, de maneira que eles, bem formados na fé, saibam acompanhar os filhos, eventualmente chamados, a darem-se a Deus sem reservas.

Todas as pessoas consagradas, particularmente próximas e aceitas pelas famílias em razão do seu trabalho apostólico nas escolas, nos hospitais, nas obras de assistência, nas paróquias, dêem alegre testemunho do seu dom total a Cristo e sejam para os esposos cristãos, com a vida segundo os votos de castidade, pobreza e obediência, sinal e apelo aos valores eternos.

A Comunidade paroquial sinta-se responsável por esta missão da família e ajude-a com planos operacionais a longo prazo, sem se preocupar demasiado com os resultados imediatos.

Confio aos cristãos empenhados, aos catequistas, aos casais jovens a catequese nas famílias. Com o seu serviço fiel e generoso farão saborear às crianças a primeira experiência religiosa eclesial.

O meu pensamento dirige-se de modo especial aos veneráveis Irmãos no Episcopado, enquanto primeiros responsáveis pela

promoção vocacional, para lhes recomendar todo o empenho para que o cuidado das vocações seja organicamente ligado a pastoral familiar.

## OREMOS

*Ó Santa Família de Nazaré, comunidade de amor de Jesus, Maria e José, modelo e ideal de toda família cristã a ti confiamos as nossas famílias.*

*Abre o coração de cada um dos lares domésticos à fé, ao acolhimento da Palavra de Deus, ao testemunho cristão, para que se tornem fonte de novas e santas vocações.*

*Orienta a mente dos pais, para que com solícita caridade, sábio cuidado e amorosa piedade, sejam para os filhos guias seguros em ordem aos bens espirituais e eternos.*

*Suscita no espírito dos jovens uma consciência reta e uma vontade livre, para que, crescendo em "sabedoria, em idade e em graça", acolham generosamente o dom da vocação divina.*

*Santa Família de Nazaré, faz que todos nós, contemplando e imitando a oração assídua, a obediência generosa, a pobreza digna e a pureza virginal em ti vivida, nos disponhamos a cumprir a vontade de Deus e a acompanhar com prudente delicadeza os que entre nós são chamados a seguir mais de perto o Senhor Jesus, que por nós "se entregou a si mesmo" (cf. Gl 2,20).*

*Amém!*

Do Vaticano, 26 de dezembro, Festa da Sagrada Família, do ano de 1993, décimo sexto de Pontificado.

JOANNES PAULUS PP.II

# A VOCAÇÃO DO IRMÃO A PARTIR DE UMA TEOLOGIA DA VIDA RELIGIOSA

Pe. Fabio Ciardi, OMI  
Roma/Itália

Vinte e nove anos depois do Concílio, a Vida Religiosa leiga masculina permanece incompreendida pela opinião pública. Não é valorizada pela Igreja, nem pelos sacerdotes, nem por certo número de bispos. É avaliada como vocação de segunda categoria. É vista negativamente. Certo ou errado?

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse pela vocação do Irmão religioso é particularmente vivo a partir desses últimos anos. Prova disso é o empenho com que os Institutos estão trabalhando nesse âmbito, para a necessária renovação. A união dos Superiores Maiores Gerais realizou vários encontros sobre este tema, especialmente a XXXI reunião de maio de 1985. A CRIS dedicou uma assembléia plenária no mês de janeiro de 1986. A Bibliografia específica começa a tomar uma certa consistência, sinal de uma maior atenção ao tema.

A reflexão sobre o Irmão religioso intensificou-se, graças a diversos fatores de ordem sociológica e teológica, como, por exemplo, a diminuição das vocações, o mal-estar pela falta de direitos iguais, pela marginalização, pela formação inadequada. O fermento de renovação oferecido pelo Vat. II; a nova teologia do laicato e o emergir dos leigos no âmbito eclesial; a nova reflexão sobre a Vida Religiosa. Os Superiores Gerais a propósito disso, destacam que:

“Vinte anos após o término do Concílio, a Vida Religiosa leiga masculina permanece não compreendida pela opinião pública e não é valorizada pela Igreja, também pelos sacerdotes e um certo número de bispos. A vocação religiosa dos irmãos é avaliada como vocação de segunda categoria, de menor importância. Esta permanece desconhecida e muitas vezes marginalizada, vista negativamente”.

Por sua vez, a plenária da CRIS expressa a sua clara convicção a respeito:

“Existe uma problemática própria do religioso leigo que tem suas raízes numa falta de visão teológica aprofundada, numa definição não clara do tipo de presença eclesial, dentro de uma deficiente valorização”.

Aqui pressupomos o conhecimento e a análise da problemática que surgiu nestes últimos anos sobre o valor da figura do

Irmão e dos questionamentos que emergiram e ainda não estão resolvidos. Limiteme, portanto a uma reflexão exclusivamente de caráter doutrinal, para oferecer, no final, elementos acerca da formação.

## 2. DIFERENTES ABORDAGENS DO PROBLEMA

A partir da literatura específica, poderíamos individuar as diferentes modalidades da reflexão sobre os irmãos que aparece nesses anos, intimamente ligadas uma com a outra.

### 2.1. Reivindicação de poderes

Um primeiro tipo de abordagem, especialmente nos Institutos eclesiais, é aquela de tipo reivindicativo. Tenta-se reduzir as distâncias, no interior do Instituto, entre sacerdotes e irmãos. Pede-se um progressivo envolvimento dos irmãos nas decisões. Deseja-se que participem do poder, dando-lhes a possibilidade de exercer uma responsabilidade de governo. Pensa-se, enfim, numa repartição de "poderes" de uma forma igualitária. O objetivo é declaradamente da "promoção do irmão". É este um tipo de promoção que lembra tentativas análogas no interior da Igreja, como a do laicato e da mulher. É uma tentativa compreensível, especialmente se se considera a marginalização e as injustiças sofridas pelos irmãos.

Este tipo de abordagem do problema pode esconder uma tendência perigosa de clericalização, assim como, às vezes, acontece acerca da promoção do laicato. Persiste, atrás dessa instância, uma eclesiologia pensada e vivida em termos de instituição e de poder reservados para algumas categorias especiais. Segundo esta visão o ministro ordenado é visto como a posição excelente, quase a expressão máxima da realização cristã.

"Promover" o laicato é visto, nesse caso, como aproximação progressiva do modelo clerical e a entrada sempre mais decidida na esfera do sagrado, e mais especificamente no âmbito litúrgico e catequético, da administração dos bens eclesiais, das estruturas eclesiais. Parece que colocar uma batina no leigo é fazê-lo animador da liturgia, igual ao prebítero, e isto seja a expressão máxima da sua promoção eclesial. Certamente que o leigo poderá desenvolver a sua atividade eclesial nos âmbitos litúrgicos, catequéticos e caritativos; mas a sua vocação é outra no interior da Igreja e da sociedade civil.

O mesmo pode acontecer acerca da identidade do Irmão. Se o modelo que se tem é aquele do religioso sacerdote, quanto o irmão mais se aproxima desta figura, mais se realiza. Daqui nasce a proposta e o pedido para o acesso aos ministérios, ao diaconato e aos compromissos mais tipicamente sacerdotais. Ligada a esta visão clerical, há também aquela do exercício do poder. Às vezes acreditou-se que promover o irmão quer dizer torná-lo participante do poder, do governo, na falsa perspectiva do presbítero. O Irmão não será maior ou menor na medida em que possa chegar a lugares de direção.

Poderá ser revista a atual estrutura canônica e aberta a estrada a uma maior participação dos irmãos à vida do Instituto. Todavia, não é nesta linha que se deve procurar à identidade do Irmão e a sua plena realização.

A vida religiosa é um projeto carismático de vida evangélica, que não pode estruturar-se na base de modelos que derivam de uma concepção de Igreja puramente clerical, ou da categoria do poder hierárquico.

Dever-se-ia descobrir a força/autoridade carismática evangélica, isto é, o poder que não é ligado a encargos sacerdotais, mas à vida evangélica que se impõe de forma confiável (e não autoritária).

## 2.2. Confronto com o sacerdócio

Uma segunda abordagem à reflexão sobre o religioso irmão é aquela que parte do confronto com o religioso sacerdote. A clericalização da vida religiosa é um fato profundamente inscrito na história e na cultura eclesial, a tal ponto que a identidade do irmão é procurada naquilo que o distingue do sacerdote. É o procedimento adotado, por tanto tempo, também para definir o laicato: os leigos são definidos a partir do sacerdócio ministerial e compreendidos como cristãos que não são sacerdotes.

Este modo de proceder aparentemente parece contradizer o tipo de abordagem exposta precedentemente. De fato, move-se na mesma lógica de uma visão clerical de Igreja e de vida religiosa. Este modo não parece legítimo nem do ponto de vista histórico, nem do ponto de vista teológico.

A história do Irmão não é fruto, como poderia parecer à primeira vista, da clericalização da vida religiosa. Ela caminha prescindindo do emergir da figura do religioso sacerdote. O irmão religioso está presente também lá onde havia somente monges não-sacerdotes ou nos institutos de irmãos somente leigos. Seria então forçado querer definir o irmão religioso em relação ao religioso sacerdote.

Igualmente, do ponto de vista teológico, a compreensão do irmão não pode nascer da acentuação da sua laicidade em contraposição ao sacerdócio ministerial do religioso presbítero — neste caso o termo “leigo” seria entendido numa acepção ambígua.

Na Igreja existe uma dupla acepção do termo “leigo”, com base em uma dupla distinção. Existe a distinção entre leigos e clérigos com base nos ministérios ordenados: é uma distinção que poderíamos chamar vertical. É um critério de distinção que achamos ainda no âmbito de um mesmo

Instituto, onde há leigos e presbíteros. Todavia isto não é suficiente para definir o “religioso leigo”. Há, um outro critério de distinção no povo de Deus, entre leigos e religiosos, baseado numa vocação específica a um particular carisma: é uma distinção que poderíamos chamar horizontal. À vida religiosa aderiram pessoas provenientes de ambas as condições já dadas pelo primeiro critério de distinção: leigos e clérigos. E o irmão religioso pelo fato de possuir uma específica vocação para o seguimento e para a consagração distingue-se, como pessoa consagrada, dos leigos. Baseado neste segundo critério de distinção, os irmãos religiosos não podem ser definidos como leigos.

## 2.3. Análise lingüística

Uma terceira linha de pesquisa pela individualização da natureza do irmão parte da análise das diferentes denominações com os quais os irmãos foram chamados: irmãos leigos, oblatos, coadjutores, conversos... Para cada definição não faltam as referências bíblicas, e a partir destas é bastante fácil elaborar uma espiritualidade da fraternidade, da oblação, da cooperação, da conversão. Esta elaboração, porém, não tem fundamentos sólidos.

Ainda mais problemática é a elaboração de um estatuto teológico do irmão a partir do termo “leigo” devido à ambigüidade acima, apesar de ser esta uma pista muito percorrida hoje. Fala-se então da vocação do irmão servindo-se da teologia do laicato: assunção dos valores temporais, empenho na direção de realidades seculares... com graves equívocos.

Estas três abordagens do problema da identidade do irmão nos parecem insuficientes para sua correta compreensão. Deveríamos encontrar outros caminhos para chegar a dizer quem é o irmão religioso.

### 3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FIGURA DO IRMÃO

Esboço de forma muito esquemática a problemática histórica dos irmãos.

#### 3.1. Monaquismo

A vida monástica nasce com uma conotação tipicamente laical. Trata-se de simples cristãos que pretendem seguir com radicalidade o ensinamento de Cristo, cortando as relações com o mundo para dedicar-se totalmente à procura de Deus e ao seu serviço e dos irmãos. O monge, conforme um antigo dito do deserto, devia fugir dos bispos e das mulheres. O bispo podia impor as mãos ao monge e ordená-lo presbítero, tirando-o do seu primeiro compromisso monástico. Quando no mosteiro entram sacerdotes para se tornar monges, os abades, pelo menos na regra beneditina, continuam leigos. A caridade monástica é organizada na hierarquia de idade e de maturidade espiritual, baseada no relacionamento clérigos-leigos.

A clericalização monacal acontece progressivamente devido a diferentes fatores que seria longo demais elencar. Ela nasce fundamentalmente pela necessidade sempre mais urgente de celebrar muitas missas, conexas especialmente com a instituição das missas privadas, das “missas fundadas” e das penitências “tarifadas”, que podem ser resgatadas com a celebração de missas.

A clericalização do monacal acentua sempre mais a distinção entre monges presbíteros e não-presbíteros e a distância aumenta também devido ao fator lingüístico: o latim é entendido sempre menos pelos monges não-sacerdotes, substituindo assim o ofício diário pela reza do pai-nosso.

A clericalização do monacal não muda, pelo menos até o século IX, a fisionomia do abade. Ele continua a ser um leigo, do qual os monges sacerdotes dependem. A

figura do monge leigo continua a ter seu prestígio; a clericalização, todavia, torna-se um fato sempre mais maciço e sem retorno, não somente do ponto de vista numérico. O Concílio de Viena, em 1311, estabeleceu que todos os monges, não impedidos juridicamente, recebessem a ordenação sacerdotal.

A aparição dos “Conversos” data dos séculos XI-XII e introduz uma categoria nova, à parte, distinta do monge. Isso acontece, especialmente, graças aos catosinos e aos cistercienses. Os conversos não são aceitos como monges e, por conseguinte, não pertencem ao mosteiro em sentido estrito — não sendo monges, vivem separados deles: moram na “casa baixa”, distinta da “casa alta” dos monges. Comem num refeitório distinto; têm um lugar especial na Igreja; é proibido passar da categoria de conversos para a categoria de monges; é proibido ter acesso aos estudos... Nasce todas aquelas distinções sociológicas que duram até os nossos dias.

A presença dos conversos não elimina a outra antiga categoria de pessoas que vivem ao redor do mosteiro: os “domésticos”, os que compõem a “família” monástica, as pessoas que os monges precisam para os serviços cotidianos.

#### 3.2. Ordens mendicantes

A ordem dos Dominicanos é clerical desde as suas origens — e os encargos são reservados aos sacerdotes. Para suprir aos trabalhos domésticos e manuais aparece a categoria dos conversos. Todavia, a posição deles diferencia-se do converso do mosteiro, porque o dominicano é frade com o mesmo título do dominicano sacerdote e, para todos os efeitos, convive na mesma Igreja, no mesmo refeitório, no mesmo dormitório.

Ainda mais evidente é a situação igualitária de todos os frades na ordem franciscana, nascida em perspectiva laical. Toda-

via, também entre os franciscanos, a clericalização acontece muito cedo. Tomam-se providências para impedir, a quem não é sacerdote, de chegar ao ofício de superior, e o capítulo de 1260 proíbe aos leigos o estudo e a passagem ao estado clerical. A análoga tendência está presente nas outras ordens mendicantes.

### 3.3. Clérigos regulares e congregações

Quando nascem os clérigos regulares, o fenômeno dos irmãos leigos, entendidos como "coadjutores" do sacerdote, já está consolidado. Os irmãos leigos constituem uma classe hierarquicamente inferior em comparação com a sacerdotal e não podem aspirar à direção da ordem.

Durante todo o período posterior à contra-reforma, incluindo o surgir das "congregações" do séc. XVIII, as relações entre clero e leigos no interior dos institutos aparecem estáveis; os sacerdotes são a maioria, reservam para si as tarefas de governo. Os irmãos leigos continuam a exercer um papel subordinado, em sua maioria de caráter material.

Uma novidade, neste período, é constituída pela "Escola Francesa" e os Institutos laicais.

A "Escola Francesa" de espiritualidade (Olier, Bérulle, Endes...) coloca um forte acento sobre o valor do sacerdócio, deixando na sombra a vida religiosa. O sacerdócio é "status perfectionis exercendae" enquanto a vida religiosa é "status perfectionis acquirendae". A ordenação sacerdotal é obra divina e, portanto, possui um valor maior do que os votos, simples obra humana. A "Ordem de São Pedro", isto é, o sacerdócio, tem a supremacia sobre as ordens religiosas. Esta visão tem grande repercussão no aparecimento de novas fundações sacerdotais da época: Missões Estrangeiras de Paris, Sulpicianos, Orato-

rianos, Lazaristas, depois Espiritanos, Monfortianos.

Outro fato novo é a fundação dos Institutos unicamente leigos, com os Irmãos das Escolas Cristãs, os Irmãos Maristas, os Irmãos da Instrução Cristã de Ploermel, os Irmãos da Instrução Cristã de São Gabriel... A figura do Irmão religioso leigo é novamente valorizada. Fica significativo, entretanto, a exemplo de João Batista de La Salle, no Instituto laical fundado por ele, existirem duas classes de Irmãos: os Irmãos professores e os Irmãos servidores, distintos entre eles no hábito e nos votos.

### 3.4. Conclusões relevantes

Ao terminar este rápido "excursus" histórico podemos ficar com alguns elementos importantes.

A tipologia do "Irmão" é muito variada: o mesmo termo pode encerrar diferentes experiências. Por isso, estritamente falando, não se pode definir uma figura unívoca de Irmão. O converso cisterciense e o Irmão franciscano são duas figuras distantes entre eles, assim como o oblato beneditino do Irmão das Escolas Cristãs.

A progressiva clericalização da vida religiosa tem tido um notável peso no nascimento de determinada concepção do Irmão religioso. Não é, entretanto, somente esta a causa. Temos visto, de fato, que a figura do Irmão religioso está presente também nos ambientes não clericais. Existe nos mosteiros, mesmo quando os monges não são sacerdotes; existe nos Institutos tipicamente laicais, onde os sacerdotes não estão presentes. Esta figura, em versão feminina, existe nos Institutos religiosos femininos, onde encontramos várias classes de religiosas.

Ao lado da clericalização da vida religiosa, existem outras causas que explicam a figura do Irmão. Mais do que de ordem teológica, estas causas talvez sejam de or-

dem econômica, sociológica, cultural. Podemos evidenciar as seguintes:

1. Como outras instituições sociais, o mosteiro precisava de servos. Os monges e os religiosos (sejam clérigos ou leigos), para poder exercer os próprios compromissos de oração ou qualquer tipo de ministério, sempre precisaram de pessoas que se dedicassem aos serviços ordinários da casa, comumente chamados de serviços mais humildes. Na sociedade civil, a servidão foi uma realidade normal até poucos anos atrás, e nada encantadora. No âmbito da vida religiosa, os Irmãos, por causa da sua diminuição numérica, tem sido, muitas vezes, substituídos por pessoas leigas remuneradas.

2. Uma outra causa pode ser encontrada no desejo de algumas pessoas viverem no mosteiro para gozar dos benefícios econômicos e espirituais.

Havia um sincero desejo de participar da vida monástica sem, todavia, querer dividir em tudo as obrigações provenientes da plena participação na vida monástica ou religiosa. Em alguns casos, faltavam as condições objetivas para uma plena participação na vida dos monges, por exemplo, a falta de cultura literária.

O passado, fundamentalmente, entregou-nos duas diferentes figuras do religioso leigo: o monge ou o irmão dos Institutos Laicais, que vivem em plenitude e integridade a vida consagrada, e o Irmão coadjutor ou converso — presente seja na instituição monástica como nos institutos clericais e naqueles tipicamente laicais—, que vive a vida religiosa com relevantes limitações, num plano inferior a respeito daquele do monge ou do religioso a título pleno, com responsabilidade marcadamente de serviço no interior do Instituto.

Grande parte das atuais congregações clericais, nas suas origens, tinham de fato como protótipo do Irmão este segundo

modelo, intimamente ligado à figura sociológica do servo, do doméstico. O Irmão era, sem dúvida, considerado uma pessoa da família religiosa, assim como eram da família nobre os servidores, os fâmulos — que por gerações serviram com fidelidade e devoção os donos da casa.

O olhar histórico nos leva a ver como hoje é diferente a colocação do problema da identidade do Irmão em relação ao passado. Hoje tendemos a pensar o Irmão como um religioso que vive em plenitude e integridade a vida consagrada. Retoma-se definitivamente a figura do monge não-sacerdote. Aliás, certas exigências que se expressam na figura clássica do Irmão hoje tornaram-se próprias do movimento laical que rodeia os Institutos religiosos. Por isto, muitos elementos que no passado eram próprios do oblato, do converso, do coadjutor, hoje são assumidos pelos leigos que pretendem dividir a espiritualidade e a missão do Instituto, embora permanecendo leigos. Não podemos, todavia, colocar entre parênteses, de modo apressado, toda uma tradição que viu o Irmão sublinhar a dimensão de serviço e os valores evangélicos da humildade do escondimento. Talvez sejam estes os componentes que precisaremos recuperar se, de fato, conduzirmos à santidade.

De onde partir, então, para compreender a vocação do Irmão, hoje? Impõe-se uma séria refundamentação teológica que dê novamente um novo estatuto à realidade dos irmãos.

#### 4. PARTINDO DE UMA ECLESIOLOGIA DE COMUNHÃO

O Concílio Vaticano II encaminhou uma reflexão teológica do Irmão já em fermento nos anos 50, quando afirmou que “a vida religiosa laical, seja masculina ou feminina, constitui em si mesma, um esta-

do completo de profissão dos conselhos evangélicos” (PC 10).

Conforme a *Lumen gentium*, o estado de vida conferido pela consagração “não é intermédio entre a condição clerical e a laical, mas de ambas as partes, alguns fiéis são chamados por Deus a gozar desse especial dom na vida da Igreja” (nº 44). Por sua vez, o Código de Direito Canônico sancionou esta realidade afirmando com clareza que “o estado de vida consagrada, por sua natureza, não é nem clerical nem laical” (Cân. 588/1).

O Concílio nos fez entender — e esta é também a tendência pós-conciliar — que os clérigos e os leigos, no interior do Instituto, são em primeiro lugar religiosos desse Instituto; e nesse sentido, todos iguais. Somente depois desse primeiro dado fundamental dividem-se os clérigos e os leigos, segundo o modo clerical ou laical conforme cada um participa da missão comum. Isto é, os clérigos não são clérigos-religiosos, mas religiosos-clérigos; e os leigos não são leigos-religiosos, mas religiosos-leigos. Assim reforça-se também a comunhão entre todos, da qual devem dar testemunhos à Igreja e ao mundo. A vida comunitária e a missão dependem de todos, assim como — conforme o Concílio — “todos os membros do Instituto colaboram para renovar e atualizar o mesmo” (cf. PC 4). Tudo isso aparece claro quando o Vat. II se dirige aos membros das várias ordens e congregações, primeiramente enquanto religiosos, partindo daquilo que têm em comum.

Para definir a vocação dos irmãos, precisamos, então, partir da sua natureza, das suas funções. Não se pode definir a vocação do Irmão partindo do confronto com aquela do religioso sacerdote, assim como aquela do religioso sacerdote não é definida pelo confronto com a do Irmão. No interior da comunidade, clérigos e leigos são, antes de mais nada, religiosos. É o ovo de colombo. Nada de mais elementar

que afirmar que os Irmãos são simplesmente religiosos, para todos os efeitos.

O fato de estar afirmando esta realidade confirma que nem sempre é tão evidente. A ênfase que hoje se põe sobre a realidade do Irmão chama a atenção sobre o acento que se põe sobre o laicato e a questão feminina: é sintoma de uma carência. No dia 8 de março, por exemplo, no mundo todo festeja-se o dia da mulher, sinal evidente de que a realidade da mulher não é valorizada. Ninguém sonhou instituir o dia do homem!

Certamente, existem traços que caracterizam a figura do irmão e o distinguem especialmente no interior de uma congregação clerical. Estes conferem-lhe uma peculiar identidade.

Todavia, estes traços inserem-se em um projeto muito mais amplo que é aquele da vida consagrada.

Preciso então enquadrar a vocação do Irmão na eclesiologia de comunhão do Vat. II: trata-se de evidenciar os valores comuns a todo o povo de Deus, e aqueles comuns às diferentes formas de vida religiosa, para se chegar à fundamental unidade no interior do mesmo instituto. Basta fazer apenas algumas referências.

A *Lumen gentium* colocou em primeiro lugar os valores que, no povo de Deus, são comuns a todos os seus membros, em virtude dos sacramentos da iniciação cristã. Trata-se dos valores que diferenciam a existência cristã na Igreja: a igualdade de base quanto à dignidade cristã e à ação comum na edificação do corpo de Cristo; a filiação de um único Pai; a irmandade em Cristo; a liberdade evangélica, dom do Espírito; a plenitude da presença e participação na vida da Igreja local, na comunhão com todas as Igrejas. O elenco dos aspectos que unem todos os membros do povo de Deus nos levariam a descrever o estatuto do cristão. Somente a partir dessa comum identidade, que fica um dado fun-

damental do crente, é que a *Lumen gentium* articula a distinção dos diferentes ministérios e formas de vida; igualmente, antes de enfrentar o capítulo sobre a vida religiosa, sublinha a comum vocação à santidade, à qual todos os membros do povo de Deus são chamados.

Igualmente evidente é a profunda comunhão que une todos os Institutos religiosos, além das suas especificidades carismáticas. A origem pneumática e a motivação evangélica, a consagração, a seqüela e a identificação com Cristo, a destinação eclesial e o valor profético de sinal escatológico são realidades que unem os religiosos. A partir desse projeto de fundo, os religiosos se diversificam numa rica multiplicidade histórica, portanto, na inalienável variedade típica do seu estatuto carismático e eclesial.

Os valores comuns a todo povo cristão, os valores comuns a todos os consagrados são vividos com uma especificidade própria no interior de cada Instituto religioso. São estes valores, juntos àqueles típicos do próprio carisma, que criam relações de substancial igualdade e de fundamental comunhão fraterna entre os irmãos e os presbíteros da mesma família religiosa. Eles possuem os mesmos dons carismáticos: a mesma dignidade de filhos de Deus, a mesma vida de discípulos de Cristo, a mesma dignidade de filhos de Deus, a mesma vocação carismática, a mesma missão. O que mais poderíamos dizer para acentuar a sublimidade e a plenitude da vocação do Irmão que é a vocação do religioso, florida sobre a comum vocação cristã?

## 5. ELEMENTOS PARA UMA IDENTIDADE DA VOCAÇÃO DO IRMÃO

Após ter afirmado com clareza e convicção a unicidade da vocação e do proje-

to da vida consagrada, torna-se difícil passar à procura dos elementos que caracterizam o Irmão no interior de um Instituto clerical. Provavelmente, não acrescentamos nada ao projeto religioso como tal. De fato, temos afirmado que o irmão é simplesmente religioso. Portanto, mais do que acrescentar elementos novos deveríamos estar atentos a colher aqueles elementos que o irmão é chamado a sublinhar, particularmente no seu viver ao lado dos Irmãos Presbíteros, com os quais condive a mesma vocação cristã e religiosa.

Do ponto de vista metodológico, precisaria ao mesmo tempo ver quais são os traços que mais caracterizam o religioso-presbítero, para não dar a impressão, mais uma vez, que é o irmão religioso a se separar do religioso-presbítero. Ainda mais: para colher por inteiro a identidade do irmão precisaria ter presente o Instituto clerical não somente nas duas componentes clérigos-irmãos, mas também naquela mais ampla que abrange aqueles leigos que, de uma forma ou de outra, chegam a fazer parte do Instituto. A história é que nos ensinou que ao redor do núcleo fundamental, antes dos monges e depois dos frades, dos clérigos regulares, dos religiosos, etc., articulam-se em formas diferentes várias formas de pertença à vida religiosa. Os oblatos, os coadjutores, a ordem terceira, as associações, são todas expressões de participação dos leigos ao mundo religioso.

Hoje, estas formas se renovam. Ao redor de cada Instituto existem leigos que pedem participação na espiritualidade na vida e na atividade apostólica dos consagrados.

Certas tarefas que no passado eram confiadas aos Irmãos, hoje são assumidas pelos leigos. Sendo que a presença do irmão oferece uma colaboração à compreensão da vocação do religioso clérigo e vice-versa, assim também a reflexão sobre os leigos que pedem para participar da vida

do Instituto oferecerá uma maior compreensão da vocação do clérigo. Também baseada na nova eclesiologia da comunhão, hoje uma autêntica teologia da vida religiosa não pode prescindir do confronto com aquela do laicato.

Não é aqui o lugar para aprofundar este discurso; basta-me tê-lo abordado levemente para tê-lo presente numa reflexão mais ampla, que se impõe sempre mais.

Os traços que mencionaremos agora não são exclusivos do irmão. Eles os vivem e os propõem com uma intensidade e uma modalidade que tornam sinal e particular memória de realidades que todos os membros dos Institutos são chamados a viver. O que confere a identidade própria ao Irmão é oferecido para mesma consagração e missão. Aqui trata-se de atitudes e modalidades, para viver a comum graça carismática que vem pela mediação do fundador.

### 5.1. Acentuação da vida consagrada

Um primeiro traço que caracteriza o irmão é aquele de ter orientado toda a sua vida exclusivamente à sequela e à consagração que abrem ao dom de si a Deus e aos homens. A este propósito escreveu João Paulo II:

“A vossa profissão religiosa coloca-se, em primeiro lugar, na linha da consagração batismal; ela expressa a bipolaridade do sacerdócio universal, que se fundamenta nesta consagração. De fato, na vida religiosa laica realiza-se a oferenda do sacerdócio espiritual, o exercício do culto em espírito e verdade, ao qual, cada cristão é chamado. Ao mesmo tempo, nela ressoa perante o mundo a proclamação das maravilhas da salvação. Uma dúplici direção Deus e o mundo caracteriza a vossa vida e, na base das duas, há o mesmo e único sacerdócio batismal (...)”.

Este dado fundamental ajuda a pôr à luz dois aspectos fundamentais de valor

para todo Instituto: a vida consagrada como valor em si e o primado do amor. Os religiosos sacerdotes podem ser tentados a instrumentalizar a vida religiosa para a missão, como um suporte do ministério presbiterial. O irmão, com a sua opção de fundo, lembra que a prioridade é dada pela radicalidade evangélica. Os clérigos podem ser tentados a acreditar que o valor da própria vida depende do exercício do ministério prebiterial. O Irmão lembra que o que conta é o primado do amor. No Reino de Cristo não somos mais ou menos pelo que se faz, mas pelo que o amor expressa naquilo que se faz.

### 5.2. Ministerialidade

Outro traço que caracteriza o irmão é a revelação do significado profundo do serviço. O amor é serviço.

Pondo em relevo a dimensão do serviço, corre-se o risco de ser imediatamente contestado. Uma das mais comuns “reivindicações” é aquela de tirar do irmão a qualificação de servidor que o caracterizou por muitos séculos. Se aparecem incontestáveis as “reivindicações” de igualdade, de fraternidade, de respeito da pessoa — valores muitas vezes mortificados — esta “reivindicação” de não ser mais “servo” parece antievangélica. O serviço é um valor tipicamente cristão. Ao invés o que é necessário fazer é tornar precisa a natureza e a finalidade do serviço. O exercício da ministerialidade do Irmão precisa então, reencontrar uma alma e uma intencionalidade tipicamente evangélicas.

A alusão à *Perfectae caritatis* 10 é iluminante: a vida religiosa laical é vista como um serviço no seio da Igreja: “Na educação da juventude, no atendimento dos doentes e em outros ministérios”. A ministerialidade no interior da comunidade, como no âmbito eclesial e social, constitui o típico status do irmão religioso. Não é algo a mais, mas a expressão da sua mes-

B  
I  
B  
L  
I  
O  
T  
E  
C  
A  
R  
I  
O  
L  
O  
G  
I  
C  
A

ma consagração. Nesse sentido não precisa pensar na atribuição de ministérios particulares, como os de tipo litúrgico. A multiplicidade dos ministérios que emergem da consagração e do carisma específico, os "aliisque ministeriis" do qual fala o citado documento conciliar, confere uma alta qualificação de ministerialidade ao irmão, sem necessitar de outras.

O tema da ministerialidade na vida e na missão dos irmãos foi realçado na intervenção de João Paulo II na Plenária da CRIS:

"Desejo expressar a minha gratidão, juntamente com aquela de todo o povo de Deus, pelo trabalho dos irmãos naqueles setores de apostolado tão enraizados na tradição da Igreja e, através dos quais o Espírito Santo tem suscitado particulares carismas sempre atuais. Refiro-me à educação da juventude, à cura dos enfermos, à múltipla presença missionária. Carisma e serviços são insubstituíveis ainda hoje para uma eficaz presença do Evangelho e uma testemunho marcante do Espírito das bem-aventuranças (...) Todas as atividades humanas, das mais simples às mais elevadas aos olhos do mundo, podem assumir a dimensão de autênticos 'ministérios laicais', os quais enraizados no batismo e na consagração religiosa, cantam a glória de Deus e colaboram na atuação daquela civilização do amor que é o designio de Deus para a humanidade, à espera da vinda do Senhor".

A vocação do irmão ganha um valor profético para a Igreja; expressa a dimensão evangélica da "diakonia"; o irmão torna-se memória para toda Igreja de Cristo Servo; nos ajuda a compreender que a Igreja "Koinonia" não se separa da Igreja "diakonia". Os irmãos tornam-se "uma provocação permanente diante de uma concepção de Igreja solicitada pelo poder e pelas concepções hierárquicas. (...) Eles são um sinal permanente da dignidade salvífica de SERVIÇO mais que do poder".

Na atual reflexão eclesial, há uma clara tomada de consciência que a autoridade é serviço. Todavia, esta reflexão pode permanecer em nível teórico. Há também a tentação, seja no interior da vida religiosa como no mais amplo ambiente eclesial, de um poder que, embora partindo da "exousia" e do senhorio de Cristo cabeça, não se confronta, no seu exercício, com o Cristo Servo. No exercício de uma autoridade em si legítima, o ponto de referência não pode ser aquele humano, terreno: seria um desvio tipicamente "clerical". Os irmãos lembram que Cristo é "cabeça" enquanto servo. É esta a "alma" que precisamos reencontrar para a compreensão evangélica da dimensão ministerial, de serviço, da "diakonia" típica da vocação do irmão.

### 5.3. Especificidade apostólica

Além de dar uma alma evangélica ao serviço, é preciso que este redescubra a própria finalidade, sempre a partir do exemplo de Cristo Servo. Cristo se fez servo para nos tornar participantes da sua divindade; veio para servir, e, com isso, dar a vida para o resgate de muitos. A "diakonia" tem por finalidade o advento do Reino.

A idéia que se tinha era aquela que via os irmãos inteiramente a serviço dos padres. Tratava-se de uma ministerialidade voltada particularmente "ad intra", para permitir aos sacerdotes desenvolver a missão típica do Instituto. Hoje estamos assistindo à virada "ad extra": irmãos e padres trabalham juntos numa idêntica direção. Sacerdotes e irmãos no Instituto desenvolvem uma única missão, embora com modalidades diferentes; todos trabalham conforme a finalidade própria do mesmo carisma. Graficamente poderíamos descrever assim a posição anterior:

Irmãos—————>Padres—————>Missão

Hoje poderíamos descrever do seguinte modo a relação padres-irmãos no confronto com a missão:

Padres—————>

Missão

Irmãos—————>

Ainda mais, numa reflexão sobre o papel dos leigos que podem ser agregados ao Instituto, não se pode cometer o erro feito com os irmãos, isto é, não se pode considerar os leigos a serviço dos consagrados, mas com eles para a única missão, embora com modalidades típicas. Teríamos então o esquema seguinte:

Padres—————>

Irmãos—————> Missão

Leigos—————>

Com isso não queremos dizer que se deva excluir a “diakonia” no interior do Instituto. Seria absurdo que a orientação em direção ao exterior, na realização da única missão, própria do Instituto, levasse a uma positiva exclusão dos serviços no interior da comunidade. No atual caminho em direção à nova identidade do irmão, esta poderá ser uma fase necessária, como temporânea e compreensível reação aos exageros do passado. Mas, como dizíamos antes, uma visão evangélica da “diakonia” não fará desprezar o serviço à comunidade, que para todos os efeitos, deverá ser feito por alguém.

A ministerialidade no interior do Instituto fica, mas não é exclusiva do irmão. Desde sempre, também os sacerdotes têm desenvolvido tarefas no interior do Instituto, e não somente de tipo direcional, mas também de serviço concreto, como, por exemplo, no âmbito da economia, dos arquivos, dos trabalhos domésticos. Mais uma vez, uma modalidade típica do irmão será na linha da “diakonia” da caridade, garantia de credibilidade no anúncio. O anúncio precisa ser apoiado por sinais concretos. A palavra, para ser eficaz, deve ter o suporte dos fatos. Simplificando, poderíamos dizer que o anúncio do presbítero precisa da “diakonia” do irmão. Por exemplo, a evangelização dos padres será efi-

caz, se servimos aos padres aos quais o anúncio é dirigido.

A evangelização é para todos os homens. Ela, porém, não parece acreditável e, muitas vezes, é ineficaz quando não parte dos últimos, daqueles que a sociedade marginaliza, não contam. Os pobres sentindo-se efetivamente amados, acolherão a Palavra. Também os ricos no sentido sociológico do termo, mas pobres de Deus, vendo o amor e o serviço concreto, gratuito com os últimos, poderão acordar, prestar atenção a quem anuncia o Evangelho. Quando nos dirigimos aos pobres, o nosso falar deve apoiar-se sempre no testemunho do amor que se interessa por todas as dimensões do pobre. Nisso o trabalho do irmão aparece fundamental e pode ser a sua típica modalidade de contribuição à única evangelização num projeto unitário.

Nessa contribuição típica do irmão na evangelização ele é favorecido, graças a uma sua maior proximidade com as pessoas em comparação com os clérigos. Isso ajuda também o Povo de Deus a redescobrir o caráter eclesial da vida consagrada. A vida religiosa não está acima da Igreja: ela participa da “natureza sacramental do Povo de Deus” (MR 10), é “sinal” da santidade da Igreja. Por estar perto das pessoas, o irmão pode conhecer melhor e reconhecer as “sementes do verbo”, os sinais dos tempos, as aspirações e os sofrimentos dos homens, os fermentos evangélicos na alma do povo e pode ajudar o clérigo, graças a esta sua sensibilidade. Enfim, ele possui a capacidade de ser acolhido com simpatia, porque não carrega as características da “funcionalidade” e da “oficialidade”. Não tem barreiras para superar, como os sacerdotes. A sua linguagem é mais imediata, o seu testemunho mais acreditável.

#### 5.4. Edificação da comunidade

Outro traço que distingue o irmão deve ser procurado no seu compromisso determinante na construção da comunidade.

c o n v e r s ã o e s c i a

O irmão possui uma dimensão de vida que pode ser chamada de “marianidade” que se expressa no “fazer casa”, em criar o sentido de família. Trata-se de um papel com conotações maternas. A mãe faz a unidade de família e coloca todo mundo na condição de poder desenvolver o seu papel e de realizar-se como pessoa. Não é posição de comando; uma mãe “serve” e, num certo sentido está submissa a todos, e isso lhe dá capacidade de ter nas mãos a família. A sua presença e a sua ação é na linha do amor e da vida. Do mesmo modo, o Irmão pode acolher todos os membros da comunidade, colocá-los à vontade, levá-los ao essencial, ajudá-los a descobrir os valores comuns que os unem; manter vivos os valores tradicionais que contribuem a criar o sentido da família.

O irmão pode então restituir à comunidade aquele papel profético que lhe é próprio e que foi expresso muito bem no documento *Optiones evangelicae*. Os religiosos:

“Testemunham, num mundo às vezes tão profundamente dividido e diante dos seus irmãos na fé, a capacidade da comunhão dos bens, do afeto fraterno, do projeto de vida e de atividades...” (n. 24).

Ao desenvolver este papel, o Irmão cria no interior da comunidade as condições necessárias para que a evangelização aconteça, de fato. A redescoberta da comunidade, do seu valor é uma das maiores novidades da missiologia de hoje. O irmão contribui à realização de uma comunidade mais apta para responder às exigências hoje.

## 6. A RIQUEZA DA COMPLEMENTARIDADE

Os elementos mencionados não são exclusivos do irmão. Todos, no interior do Instituto são chamados a vivê-los. Ele os atua com uma intensidade própria, com va-

lor de sinal para todos, como um chamado constante. Aparece então mais evidente o valor da complementaridade, muito bem expresso por João Paulo II:

“Ao religioso sacerdote, comprometido em múltiplas atividades pastorais, o Irmão leigo recorda que a vida religiosa tem uma dimensão comunitária que não pode esquecer.

Ao irmão comprometido em humildes trabalhos domésticos ou em tarefas de serviços seculares, o sacerdote recorda a dimensão apostólica daquilo que se realiza.

Ainda, uns e outros, complementando-se nos respectivos serviços que prestam à pessoa humana, são testemunhos vivos que “a missão salvífica da Igreja em relação ao mundo deve ser tomada na sua integridade”, como sublinhou o sínodo extraordinário”.

O valor da complementaridade tornar-se-á mais evidente e eficaz quanto o relacionamento seja mais articulado, graças à presença dos leigos associados. O Instituto inteiro deverá viver na unidade com todos os outros Institutos na mais ampla comunhão eclesial. Partimos, nessas nossas reflexões, da Igreja-comunhão e a ela devemos voltar, porque somente nisso cada qual, pode encontrar a própria identidade e colaborar na realização do projeto de Deus sobre a humanidade.

## 7. ASPECTOS DE FORMAÇÃO

À luz desses princípios, poderíamos indicar algumas pistas de reflexão sobre a formação e colocar alguns questionamentos a respeito.

Uma pesquisa de 1983 no ambiente italiano levou às seguintes conclusões:

— É forte a exigência de um empenho formativo bem programado nas diferentes fases de formação e nos setores

espiritual, teológico, humano, cultural e profissional.

— O plano formativo deve ser preciso nos seus programas, lugares, pessoas responsáveis, as etapas e os tempos do “iter” formativo, a preparação dos formadores e os elementos específicos do Instituto.

— Os documentos eclesiais sobre a vida religiosa, até hoje publicados, apesar de conter capítulos e orientações sobre a formação, parecem pouco orgânicos, genéricos, parciais.

— É sentida a urgência e a necessidade de ter indicações e orientações firmes acerca da formação específica dos religiosos.

— O fracasso vocacional dos irmãos religiosos, nos últimos vinte anos, mostra o vazio do período da primeira formação que depois não foi mais possível preencher.

Numa investigação seguinte, os provinciais perceberam:

— carência de formação humana e religiosa e fraca cultura;

— pobreza nos estudos específicos;

— quase total ausência de propostas novas de formação, animação, apostolado;

— falta, em muitos Institutos, de programação, de formação, apesar de sentir a urgência.

Por parte dos irmãos emergem os seguintes desejos:

— Promover a formação humana, religiosa, apostólica e profissional.

— Abordar mais a vocação religiosa, não se limitar somente àquela sacerdotal.

— Realizar encontros culturais e espirituais com os irmãos-sacerdotes, acreditando que cada iniciativa do Instituto faz parte de uma dinâmica que envolve para uma formação permanente.

— Cuidar no “seminário religioso” de um projeto e uma ação de formação humana, cultural, teológica, ministerial, profissional.

O princípio que deveria guiar o projeto formativo deveria ser aquele único projeto carismático que anima o Instituto. Na unidade de formação para todos os membros do Instituto, se poderá pensar nos aspectos de distinção.

## 7.1. Áreas de formação

Cada projeto formativo deve ser completo e unitário em todas as suas dimensões. A articulação nas suas diferentes áreas é puramente funcional e não pode desmembrar o projeto formativo. Serve, porém, para aprofundar as suas componentes, numa visão unitária.

No que se refere à formação do irmão, o projeto coincide com aquele do religioso sacerdote. Somente distancia-se em algumas partes. Os aspectos comuns referem-se à formação humana (caráter, afetividade, co-reponsabilidade e participação, relação com os outros, desenvolvimento dos dotes e habilidades... à formação espiritual (vida sacramental, vida religiosa, vida comunitária, dimensão eclesial...), à formação ao carisma específico (valores do Instituto, visão apostólica...).

Os aspectos específicos são ligados à fisionomia própria do Irmão e poderiam agrupar-se nos seguintes aspectos:

### 7.1.1. Formação teológico-pastoral

Acerca da preparação doutrinal é bom estabelecer uma premissa. Quando se pensa em cultura, em geral, nós nos ligamos a uma concepção intelectualística. Numa visão de tipo clerical, corre-se o risco de conceber o saber em chave intelectual filosófico-teológica. Esta concepção do saber não responde mais à cultura de hoje que considera outras formas de saber como:

científico, técnico, operativo, organizativo... Um Instituto religioso, muitas vezes, tem feições diferentes daquelas que podemos encontrar em ambientes leigos. Uma pessoa que entra num Instituto com uma rica bagagem técnico-profissional, que tem um grande valor na sociedade, muitas vezes não se vê valorizada num ambiente cultural mais atento à preparação especulativa. Um Irmão preparado, no campo técnico-profissional, pode não ser valorizado no Instituto. É este um fato que deve nos questionar.

Colocada esta premissa, devemos considerar a necessidade, para um religioso, de uma preparação teológica que lhe dê, pelo menos, uma cultura de base suficientemente ampla... Não basta mais o catecismo: precisa possuir os instrumentos para aprofundar a própria vida de fé e para sabê-la transmitir. Para este fim, os cursos de teologia para leigos podem ser adequados.

Nisso há uma diversificação com o religioso que se prepara ao sacerdócio. Para este exige-se uma preparação teológica completa que por si não é necessária ao Irmão, chamado e se especializar em outros campos. Todavia, também ao Irmão pode ser oferecida a possibilidade de uma preparação teológica completa, sobretudo, quando o seu ministério está voltado para o ensino, a catequese, à inserção em estruturas eclesiais, ao ambiente universitário.

A formação pastoral poderá ter como áreas de formação a catequese, a animação de grupos, animação litúrgica, a gestão de estruturas eclesiais de base como, por exemplo, um conselho pastoral. Será preciso respeitar também a missão específica de cada Instituto.

### 7.1.2. Formação para a ministerialidade comunitária e eclesial

Este âmbito de formação poderá orientar-se em duas direções: o serviço interno

ao Instituto e aquele externo, diretamente ligado ao fim específico.

O primeiro refere-se a vários âmbitos, da economia à manutenção da casa, da informática à cozinha, do arquivo à secretaria... O segundo é mais diretamente ligado à missão específica do Instituto: ação caritativa, ensino, evangelização, liturgia, oração. Se o Irmão tem uma típica capacidade de entrar em contato com as pessoas e de desenvolver o mandato apostólico do Instituto, deve-se prepará-lo adequadamente para que possa dar a sua colaboração específica nessa direção. Se a finalidade própria do Instituto são os mais pobres, o irmão poderá entrar no mundo do trabalho, e com a sua profissão poderá chegar a eles de uma forma diferente do clérigo. Igualmente, em lugares de primeira evangelização, graças à sua preparação técnica, poderá aproximar as pessoas e testemunhar eficazmente os valores evangélicos, fazendo ponte para o anúncio explícito do sacerdote.

Preparar o irmão para estas áreas não significa impedir um campo de trabalho mais amplo. Quem se coloca a serviço no interior do Instituto pode ter outras atividades na ordem direta com a missão. Igualmente a preparação específica para um determinado ministério não deve determinar a pessoa para sempre.

### 7.1.3. Formação para determinadas atitudes

Além da preparação doutrinária e profissional, a formação específica deve assegurar a interiorização e assimilação daquelas determinadas atitudes do irmão, já acenadas: "marianidade", sentido evangélico do serviço, acolhida, aproximação, consciência do primado do amor, sentido de família...

Serão estas atitudes a dar aquela marca particular que caracteriza a fisionomia in-

terior do Irmão e que lhe permitem achar o próprio lugar no interior do Instituto e da Igreja, de viver com serenidade, alegria e plenitude o próprio ministério, qualquer que seja.

## 7.2. Etapas de formação

Também com referência as etapas de formação aparecem estruturas comuns e diferenciais com relação àquelas do candidato ao sacerdócio. As primeiras etapas do caminho de formação — pré-noviciado e noviciado — não apresentam particulares problemas. São iguais para todos os membros do Instituto, e têm uma tradição bastante sólida.

O período mais delicado da formação, e aquele mais inseguro, permanece o período sucessivo à primeira profissão, até a profissão perpétua. As experiências, nesse sentido, são as mais variadas. Há alguns pontos firmes que precisamos conservar:

- O constante relacionamento com os religiosos que se preparam ao sacerdócio, a fim de permitir o surgimento de uma autêntica família e o encaminhamento à mesma missão.
- A formação teológico-espiritual.
- A experiência direta da vida normal do Instituto, através de um período de inserção numa comunidade e no trabalho concreto do Instituto.

O problema apresenta-se quando se trata de individualizar as modalidades e as estruturas que permitem realizar um programa, articulado e exigente:

- As casas de formação reservadas aos irmãos parecem contradizer o princípio de única vocação e a exigência de uma formação que garanta o crescimento com os outros religiosos em formação. Qual estrutura formativa garantir então? É possível pensar inserção na casa de formação dos clérigos? É suficiente a inserção em qualquer tipo de comunidade seguida com o acompanhamento pessoal?
- No caso de escolha de convivência constante na casa de formação dos clérigos, quais deveriam ser as estruturas e as atenções para garantir um caminho livre de interferências de ordem clerical?
- Como conciliar formação teológica e formação profissional?

São algumas das muitas questões abertas para estes períodos tão importantes que precedem a profissão perpétua.

É evidente que cada escolha de formação será feita baseada na visão que se tem da formação do irmão. E é sobre esta visão que é preciso voltar constantemente para ter os parâmetros aptos para enfrentar os pontos nevrálgicos da formação.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. A vocação do irmão religioso, tal como o autor a apresenta, mostra muitos pontos em comum com a vocação da religiosa e, particularmente, na situação atual da vida religiosa no Brasil. Como você vê presente em sua realidade os desafios inicialmente apresentados da "reivindicação de poderes" e de "confronto com o sacerdócio"?
2. A relação entre religiosos-clérigos (ordenados) e religiosos-leigos tem suas deficiências observáveis na história da evolução da figura do irmão. Relendo o n. 3 e seu itens, que traços você percebe na sua congregação, agora no presente ou no passado recente?
3. Como a percepção de uma única missão dentro de uma eclesiologia de comunhão afeta a constituição de nossas comunidades, a distribuição das tarefas entre as pessoas, o acesso a funções litúrgicas, e até mesmo a relação com leigos eventualmente ligados aos nossos grupos de espiritualidade?

# SEGUIMENTO DE JESUS: FÉ E COMPROMISSO

Ir. Vera Ivanise Bombonato, fsp  
São Paulo/SP

O seguimento é o lugar privilegiado para conhecer Jesus. É o modo de ser conforme à imagem do Filho. É ser e viver como Jesus, tendo os olhos fixos nele, autor e consumidor da fé.

Com os olhos e o coração voltados para a dura e complexa realidade do nosso continente, a cristologia latino-americana assume o Jesus histórico como ponto de partida para aceder à totalidade do mistério de Cristo e redescobre a importância do seguimento de Jesus, como lugar da articulação histórica entre fé e compromisso. Desta forma, o seguimento deixa de ser um tema específico da teologia espiritual para se transformar em categoria cristológica fundamental.

Entre os teólogos latino-americanos, é Jon Sobrino quem tematiza, de forma especial, a categoria cristológica do seguimento. Sua preocupação fundamental é resgatar o valor do seguimento como "princípio estruturante e hierarquizador de toda a vida cristã, a partir do qual é possível organizar todas as outras dimensões da vida cristã".<sup>1</sup>

## 1. DEUS INTERVÉM NA HISTÓRIA DA PESSOA, ATRAVÉS DE JESUS

Anunciado pelos profetas e esperado pelas nações, Jesus de Nazaré apareceu nas estradas da Palestina com aspecto aparentemente em tudo semelhante aos homens do seu tempo. Iniciou sua pregação assumindo uma atitude que surpreendeu seus contemporâneos: reclamou para si a assombrosa pretensão não só de apontar em que consistia a realidade última da história, mas de indicar como vivê-la com radicalidade. Anunciou, assim, com força e convicção que o Reino de Deus estava próximo e exigiu a conversão, a fé e o amor, levando à plenitude as expectativas e exigências do Antigo Testamento.

Mas o acontecimento maior, determinante e fundamental que marcou o início da vida pública de Jesus, segundo os evangelhos, foi o chamado ao seguimento.<sup>2</sup> Com autoridade, incondicionalmente e sem dar nenhuma explicação convincente, Jesus chamou alguns discípulos a segui-lo em comunhão de vida, missão e destino. *Vinde em meu seguimento* (Mc 1,17); *Segue-me* (Mc 2, 14).<sup>3</sup>

A iniciativa do chamado é de Jesus.<sup>4</sup> O específico de sua proposta reside no fato de estar diretamente ligada à sua pessoa e manifestar a consciência que ele tinha de si e de sua missão salvífica.<sup>5</sup> Através de Jesus, Deus intervém na história da pessoa de forma radical e incondicional.

a  
c  
i  
a  
é  
n  
c  
i  
a  
é  
n  
c  
i  
a  
é  
n  
c  
i  
a

O chamado ao seguimento é, por conseguinte, a exigência maior, mais abrangente que ultrapassa os limites da lógica humana e coloca o seguidor, desde o primeiro instante, em confronto com o absoluto de Deus, envolvendo-o numa dinâmica pessoal profunda e globalizante.

## Relação pessoal com Jesus

Ao chamar para segui-lo, Jesus de Nazaré não dita normas a serem observadas rigorosamente, não traça antecipadamente projetos a serem realizados, não faz inúmeras e tentadoras promessas a serem cumpridas. Mas faz questão de deixar muito claro que o seguimento é, acima de tudo, uma relação profunda e pessoal com ele, que implica numa corajosa ruptura com o passado e no misterioso começo de uma existência radicalmente nova.<sup>6</sup>

Seguir Jesus, implica uma dupla relação: de proximidade e de movimento:<sup>7</sup>

- estar com Jesus (Mc 3,14);
- manter-se ao seu lado nas provações (Lc 22,28);
- ter os mesmos sentimentos e atitudes de Jesus (Fl 2,5);
- tornar-se filho no Filho (Rm 8,29);
- ter os olhos fixos em Jesus (Hb 12,12).

O que Jesus quer, portanto, é estabelecer uma relação de amizade profunda e transformadora com os seus seguidores que os leve a reproduzir a estrutura fundamental de sua vida histórica.

A proposta de seguimento de Jesus se desenvolve em sintonia com as duas etapas fundamentais de sua vida:

- do início de sua vida pública até a crise da Galiléia, Jesus chama apenas alguns discípulos e exige o seguimento alicerçado na grandeza da causa que ele defende, e envia a realizar tarefas; os discípulos seguem um messias triunfante

que vem cumprir as promessas, segundo seu modo de pensar;

- da crise da Galiléia até a morte na cruz, o convite de Jesus não se limita mais aos discípulos, mas se dirige a todos indistintamente, como um estilo de vida que atinge todas as atividades e atitudes da pessoa, a partir da qual adquirem sentido todas as nossas realidades. O seguimento está diretamente relacionado com sua pessoa e sua atividade salvífica.

Considerando a existência cristã como um caminho para Deus, na primeira etapa, Jesus seria um possível caminho para um Deus conhecido; na segunda, Jesus é o único caminho para conhecer a Deus.

## Assumir o projeto de Jesus

Se, de um lado, Jesus ao chamar não propõe um programa de vida, de outro, deixa claro que o seu convite tem um finalidade precisa. O seguidor deve:

- assemelhar-se a Jesus de Nazaré, reproduzindo sua vida histórica, exercendo a missão como ele exerceu: sem levar pão, nem alforje, nem dinheiro no cinto (Mc 6,8); e participando do seu destino: Vós sois os que permanestes constantemente comigo nas minhas provações (Lc 22,28);
- assumir sua causa e dispor-se a ser enviado em missão por Jesus e em lugar dele: eu vos farei pescadores de homens (Mc 1,17).

Existe, portanto, uma profunda e íntima relação entre chamado e envio, entre assemelhar-se a Jesus e ser enviado em missão. Seguimento é colocar-se, com Jesus, a serviço de Reino, anunciando sua proximidade e realizando os sinais concretos de sua presença; é reproduzir a mesma realidade de Deus que em Jesus de Nazaré se manifesta como salvação para o seu povo.

Por ser Deus quem chama através de Jesus, o chamado se justifica em si mesmo, enquanto o seguimento não se justifica por si mesmo, justifica-se no fato de orientar-se ao anúncio da boa nova, isto é, para evangelização.

Seguimento e evangelização são realidades totalizantes da vida cristã que devem se inter-relacionar harmoniosamente e não apenas de forma operacional e justaposta. De um modo geral, pode-se dizer que para evangelizar cristãmente é necessário o seguimento e que este desemboca necessariamente na evangelização.\*

### **Entrega incondicional e obediência absoluta**

A radicalidade do chamado de Jesus concretiza-se na exigência da entrega incondicional e da obediência absoluta:

- E imediatamente, deixando as redes, eles o seguiram (Mc 1,18).
- Ele levantou-se e o seguiu (Mc 2,114).

Esta exigência deve articular-se historicamente em uma série de renúncias radicais a tudo o que possa impedir o seguimento de Jesus e a total disponibilidade a serviço do Reino. Jesus exige que o seguidor esteja disposto:

- a ignorar ou a quebrantar as obrigações religiosas tradicionais, algumas delas tão graves e importantes como a de enterrar os mortos: Segue-me e deixa que os mortos enterrem seus mortos (Mt 8,21; Lc 9,59);
- a renunciar os vínculos familiares que possam obstaculizar o seguimento: Se alguém vem a mim e não odeia seu próprio pai e mãe, mulher, filhos, irmãos e irmãs e até a própria vida, não pode ser meu discípulo (Lc 14,26);
- a vender os bens e a dar aos pobres: Vai, vende o que tens, dá aos pobres e

terás um tesouro no céu. Depois, vem e segue-me (Mc 10,21);

- a renunciar ao matrimônio: E há eunucos que se fizeram eunucos por causa do Reino dos Céus. Quem tiver capacidade para compreender, compreenda! (Mt 119,21).

Desta forma, o seguimento exigido por Jesus significa uma rendição sem condições, explicável apenas pela absoluta novidade e radicalidade do Reino de Deus e do Deus do Reino.

### **Referencial do seguimento de Jesus**

Realidade central e totalizante da pregação de Jesus, o Reino de Deus é princípio-chave para organizar de forma coerente sua vida e missão. E o seguimento passa necessariamente pelo referencial do Reino que lhe confere os conteúdos centrais e as motivações mais significativas.

Ao pregar o Reino de Deus, Jesus não anuncia uma realidade totalmente nova, pois a afirmação da realeza de Jahvé perpassa toda a história de Israel e é um modo de afirmar que Deus atua na história em favor do seu povo. Jesus participa das esperanças de seu povo, situa-se na encruzilhada do tempo e na continuidade da história e, ao mesmo tempo, oferece sua visão própria de Reino de Deus. Inicia sua vida pública, convidando a segui-lo e relaciona este apelo, na primeira etapa de sua vida, à pregação do Reino e, na segunda, à reação contra o anti-reino. Ele não só espera a vinda do Reino de Deus, mas afirma que está próximo, que não é só objeto de esperança, mas de certeza.

Se, por um lado, Jesus salienta a inter-relação existente entre o Reino e sua pessoa e, por conseguinte, entre Reino e seguimento, por outro, apresenta o Reino como realidade última que configura sua pessoa na exterioridade de sua missão e na interioridade de sua subjetividade, desen-

3  
1  
3  
C  
N  
E  
S  
R  
E  
>  
N  
C  
C

cadeia seu destino histórico na cruz, e sua ressurreição é a resposta de Deus a quem, por servir ao Reino, foi morto pelo anti-reino.

Além de anunciar o Reino, Jesus realiza sinais de sua presença: prega na sinagoga, expulsa os demônios, cura os doentes. Essas atividades exprimem, cada uma a seu modo, a proximidade do Reino.

Aceitar o convite e pôr-se a caminho com Jesus implica assumir o compromisso de ser pequena semente lançada ao solo, jogada ao sabor dos ventos e da tempestade para que o Reino de Deus aconteça; supõe a coragem de aceitar o desafio de lutar contra as forças propulsoras do anti-reino. Por outro lado, como evidencia Jon Sobrino, a realização do seguimento coloca em evidência importantes valores do Reino:

- O deixar tudo pelo Reino comunica aos destinatários da evangelização a incondicionalidade da boa nova e que o Reino é verdadeiramente uma 'pérola preciosa' que, uma vez encontrada, relativiza as demais;
- não olhar para trás e seguir até o fim comunica a ultimidade da boa notícia;
- não poder servir a dois senhores comunica a exclusividade da boa notícia, o Deus cioso de qualquer outro deus, sua conflitividade com tudo o que pode ocupar o lugar de Deus, a parcialidade do caminho da pobreza e dos pequenos;
- vem e segue-me comunica a gratuidade irreduzível da boa notícia, que provém de Deus, que se apresenta como convite exigente e não como produto da lógica humana.<sup>9</sup>

## 2. SER E VIVER COMO JESUS

Desde que Jesus de Nazaré, percorrendo os caminhos da história, na longínqua

Palestina, fez o bem a todos (cf. At 10,38) e chamou a segui-lo (cf. Mc 1,17), seu convite continua ressoando insistentemente no coração do ser humano. Ele chama cada pessoa pelo nome e convida a estar com ele, a assumir seu projeto de vida e liberdade para todos, realizando-o no contexto em que cada um vive.

O Espírito que atualiza Jesus, segundo as necessidades e urgências dos tempos, suscita ininterruptamente respostas corajosas e inovadoras: de Pedro a Francisco de Assis, de Inácio de Loyola a Oscar Romero; de Maria de Nazaré a Clara de Assis, de Tecla Merlo e a Madre Teresa de Calcutá, e tantos outros seguidores anônimos de todas as épocas da história, cujo autêntico testemunho de fé ressalta a força transformadora e a misteriosa amplitude do seguimento de Jesus.

### Dimensão totalizante do seguimento

A memória perigosa do Homem de Nazaré e dos seus seguidores e a perene novidade de sua proposta evidenciam que o seguimento:

- não é uma realidade fragmentada ou ascética, nem uma repetição estática das atitudes, práticas e virtudes de Jesus; é sinônimo de totalidade da vida cristã e, por sua própria natureza, implica um processo para chegar a realizar em plenitude a vida cristã;
- não consiste em imitar Jesus, nem mesmo em reproduzir alguns traços históricos de sua existência, porque a sua proposta está intrinsecamente ligada à concretude da história e pela impossibilidade fatural de fazer exatamente o que ele fez; mas é refazer processualmente a estrutura fundamental de sua vida nas mais variadas situações históricas;
- não é uma exigência ética que implica o cumprimento formal de leis e na

observância de normas; é um espírito e como tal cada pessoa o realiza de modo único e irrepetível, de acordo com os dons pessoais e o próprio estado de vida.

O seguimento envolve todas as dimensões da realidade do ser humano. Molda, processualmente, o seguidor em confronto com as esperanças, com o realismo e com as contradições deste mundo. Dita atitudes adequadas diante dos desafios da história. O seguimento é o lugar privilegiado para conhecer Jesus, é um modo de ser conforme a imagem do Filho (Rm 8,29). É ser e viver como Jesus, tendo os olhos fixos nele, autor e consumidor da fé (cf. Hb 12,1).

### **Seguir Jesus para conhecê-lo**

Na composição teológica de Mc 8, 27-38, Jesus exige o seguimento como condição para responder à pergunta que ele mesmo fez: "E vós quem dizeis que eu sou", e para que a resposta não seja fruto do pensamento humano, mas provenha de Deus. Não se trata, portanto, de formular conceitos exatos e saber corretamente acerca de Cristo, de Deus e de seu espírito, mas de realizar o mais específico da vida cristã e chegar ao conhecimento interior que pedia Santo Inácio de Loyola.

A realização do seguimento permite participar do mistério de Cristo e de sua revelação histórica por afinidade e conaturalidade; permite conhecer quem é o Deus que entregou à morte seu Filho, quem é o Filho que nos precedeu no caminho, quem é o Espírito que atualiza Jesus. Só a partir do seguimento é possível compreender realmente o que é o pecado e a injustiça, o que é o amor e a esperança.

De forma clara e concisa, Jon Sobrino expressa essa realidade afirmando: "Quem quiser conhecer Cristo e não só ter notícia sobre ele, que o siga. (...) Quem quiser conhecer o mistério cristão de Deus, que esteja disposto a permanecer diante de Deus, a viver e a atuar como Jesus (...)

Quem quiser saber da ação renovadora e vivificadora do Espírito que se coloque como Jesus entre os pobres e pequenos..."<sup>10</sup>

Aderir a Jesus de Nazaré é colocar-se com ele a caminho, é perceber que ele, pouco a pouco, nos revela as Escrituras, nos faz penetrar no mistério profundo do universo, de todos os seres criados e das ciências, nos revela os segredos do Pai: ele se torna para nós a Verdade e o Caminho para a Vida plena.

Percorrendo o caminho de Jesus, percebemos o paradoxo da realidade: a miséria, a fome, a opressão. E o clamor das vítimas nos compromete e nos desafia a pensar ética e praxicamente a realidade, a buscar soluções para o dilema da fé cristã e da injustiça institucionalizada, no Deus da Vida, vencendo os ídolos geradores da morte. Jesus nos conduz ao Pai e nos faz experimentar o gozo e a alegria de viver como filhos, na incondicional disponibilidade ao seu projeto.

### **Seguir Jesus no seu modo de ser Filho**

A missão de Jesus e o modo como ele a concretizou tem como pressuposto fundamental uma experiência íntima e pessoal com Deus. Jesus, o Ungido, o Filho, o primogênito entre os irmãos (cf. Rm 8,20) se defrontou com a complexidade da vida e da história e se viu forçado a buscar e a dar sentido à própria existência. Buscou incessantemente a Deus, abriu-se a ele, descansou nele, deixando-o ser Deus. Percebeu, então, que no cerne da realidade não existe um absurdo, uma força impessoal, mas algo bom e pessoal, um Deus a quem ele chamou de Pai.

A expressão Abba, ó Pai, manifesta a relação íntima e a confiança amorosa de Jesus para com esse Pai que continua sendo o último para ele, isto é, Deus. Usando a metáfora pai, Jesus concentra em Deus a origem absoluta de todas as coisas, que

garante o sentido da história e o amor que existe nessa origem. Deus é uma realidade sumamente dialética: absolutamente íntimo e próximo e absolutamente outro e distante. E esta convicção, que Jesus expressa, de modo particular, em seu modo de rezar.

Por conseguinte, seguir Jesus é viver como ele, uma profunda, radical e pessoal experiência de Deus Pai, como algo absolutamente central na própria vida. É aprender de Jesus o seu modo de ser filho. Ao elevar seu coração ao Pai, através da oração, o seguidor deve espelhar-se em Jesus que viveu originariamente e em plenitude sua fé (cf. Hb 12,2) e em sua vida terrena apresentou pedidos e súplicas a Deus (cf. Hb 5,7). Por isso, sua oração deve ser profundamente trinitária. "O cristão ora ao Pai como mistério único, ora ao Filho e ora ao Espírito, isto é, dentro da realidade do seguimento".<sup>11</sup>

A oração do seguidor deve ter a mesma dinâmica estrutural da oração filial de Jesus:

- ouvir a Palavra de Deus, através das mediações concretas: a vida de Jesus, a Escritura, a tradição cristã, as situações históricas;
- fazer o que se escutou, concretizando a Palavra na própria vida, através da práxis do amor e da justiça;
- falar dando graças a Deus ou pedindo perdão, expressando assim a resposta à Palavra e a entrega da Própria vida a Deus.

Desta forma, a oração do seguidor acontece a partir da Palavra e da vida, da transcendência e da imamência. É expressão de fé e de confiança em Deus e impulsiona para a práxis do amor e da justiça.

### Comunhão trinitária

Lugar por excelência da contemplação do inefável mistério do Deus da vida em

sua realidade trinitária, o seguimento fundamenta-se e, ao mesmo tempo, revela uma circularidade trinitária:

- Jesus revela o Pai como mistério inefável e imaniplável, realidade última da história. E o seguimento é um caminhar com Deus na concretude da história até o último e definitivo encontro com ele.
- Jesus revela-se como Filho de Deus e caminho único para o Pai. E o seguimento consiste em seguir Jesus em seu modo de ser Filho, em ser e viver como Jesus.
- O Espírito atualiza Jesus, o Filho de Deus. E o seguimento consiste em viver no Espírito de Jesus e, desta forma, captar a realidade do Jesus que envia o Espírito.

Por conseguinte, seguir Jesus é viver em profundidade a comunhão trinitária, é colocar-se diante do Deus uno e trino e viver e atuar como Jesus e na força do seu Espírito.

## 3. REPRODUZIR A VIDA HISTÓRICA DE JESUS

Seguir Jesus é fazer como ele fez: animados pelo seu Espírito, manter-se constantemente abertos à realidade sempre maior do mistério de Deus, na busca constante de sua verdade e de sua vontade, refazendo, na densidade e conflitividade da história, a estrutura fundamental e sua vida: encarnação, missão, cruz e ressurreição.

### Encarnação parcial na história

Jesus, o Filho eterno do Pai, fez-se carne e habitou entre nós (cf. Jo 1,14). A encarnação de Jesus tem duas dimensões distintas:

- transcendente: O Verbo eterno, preanunciado pelos profetas e esperado pe-

las nações, quando chegou a plenitude dos tempos (Gl 4,4), assumiu a condição humana, menos o pecado;

— histórica: Jesus encarnou-se no mundo dos pobres.

Nos evangelhos, Jesus é apresentado como o homem dos pobres, rodeado de pobres e serviçal para com eles. Sua mensagem inicial programática só tem sentido no horizonte da tradição veterotestamentária da opção pelos pobres. Sua visão deste mundo e seu juízo fundamental são feitos segundo a ótica dos pobres. Sua esperança é a dos pobres e Jesus aparece como o ser humano colocado na corrente de esperança da história, com muitos antes dele e com muitos depois dele, corrente cujo protagonista é o povo pobre.

A voz do Mestre, que assumiu conscientemente a causa do pobre e deu a vida pela salvação de todos, ressoa ainda hoje, convidando os seguidores a encarnar-se parcialmente na história e a realizar o projeto do Pai. O seguimento exige encarnação parcial no mundo dos pobres, não como critério de moral, mas como critério teológico. A universalidade para ser cristã passa pela parcialidade. Se a encarnação é real, seu fruto é uma prática de amor eficaz, que luta contra a injustiça e a favor da libertação.

### Práxis eficaz do amor

Em sua vida terrena, Jesus discerne a vontade do Pai não de forma abstrata, mas buscando soluções concretas e eficazes. Anuncia a boa nova e empenha-se em concretizá-la para que se converta em boa realidade. Prega o Reino aos pobres deste mundo e realiza sinais de sua proximidade: milagres, exorcismos e acolhida dos pecadores. Estas atividades são sinais da presença do Reino, mas em si não apresentam a totalidade do Reino, nem se ori-

entam à transformação da sociedade; apontam na direção do Reino e sustentam a esperança de que o Reino é possível no meio da realidade oprimida.

Palavras, sinais e práxis profética são formas concretas com as quais Jesus exerceu sua missão, concretizando o princípio fundamental de sua vida: o amor. Jesus propôs o amor como fundamento distintivo para os seguidores. A missão foi para Jesus e é para o seguidor uma forma de manter a supremacia do amor. A práxis do amor e da justiça passa a ser uma dimensão interna e experiencial da fé cristã.

### O escândalo da cruz

A cruz é expressão total de uma existência que não só lutou contra o pecado e procurou erradicá-lo, mas carregou o pecado do mundo; a morte na cruz foi o resultado de sua vida. Jesus é o sacramento histórico, através do qual Deus manifestou sua vontade salvífica. A cruz manifesta a iniciativa e a credibilidade do amor divino (cf. 1Jo 4,10).

A cruz não pode ser vista como desígnio arbitrário de Deus, nem como castigo cruel para Jesus, mas como consequência da opção primigênia de Deus: a encarnação, o abaixamento radical, a luta em favor do Reino. O Deus crucificado é sinônimo de outra expressão igualmente provocativa e chocante: Deus solidário.

À luz do sofrimento e da cruz do Homem de Nazaré, expressão do amor maior de Deus para com os homens, a cruz do cristão é a prova mais concreta de que o seguimento de Jesus é uma realidade em sua vida. O seguimento supõe a disponibilidade de entregar a própria vida até a morte. O martírio é a prova de autenticidade, preço e ponto culminante do processo de seguimento num mundo de injustiça e opressão.

## Viver em plenitude nas condições históricas

A história de Jesus não termina na cruz, porque Deus o ressuscitou dos mortos. A cruz de Jesus, portanto, não é a última palavra sobre Jesus. A ressurreição não é simplesmente um final feliz, mas a intrínseca consumação e confirmação da verdade acerca da vida de Jesus.

Para a identidade cristã de quem segue Jesus, a ressurreição é fundamental, num duplo sentido: enquanto faz justiça à vítima; enquanto confirma e plenifica a vida histórica de Jesus. Através da ressurreição, Deus confirmou não só a pregação e a vida concreta de Jesus, mas também sua morte na cruz e, por conseguinte, sancionou a identidade cristã como seguimento de Jesus.

Como para Jesus, também para seus seguidores não há outro caminho: não é possível chegar à ressurreição sem percorrer as mesmas etapas históricas que Jesus percorreu. A vida de quem segue Jesus continua sendo essencialmente um processo: encarnação no mundo dos pobres, anúncio da boa nova, denúncia dos poderes opressores, assumindo o destino dos oprimidos e tendo como última consequência desta solidariedade a cruz.

A ressurreição de Jesus aponta para o futuro absoluto, mas também para o presente histórico. Jesus é já agora o Senhor, e os seus seguidores são pessoas novas. A ressurreição não separa da história, mas introduz nela de forma nova, e os cristãos devem viver já como ressuscitados nas condições históricas.

Por conseguinte, seguir os passos de Jesus significa continuar sua prática em favor dos pobres e oprimidos, ter a coragem de caminhar até o Calvário, ao lugar do encontro da cruz de Jesus com as inúmeras cruces das vítimas deste mundo; acreditar na vitória da vida sobre a morte e anunciar o Deus da vida em plenitude e da libertação integral.

O seguimento de Jesus não é uma questão ascética, nem uma exigência ética ou a reprodução de um modelo. É prosseguir no caminho de dor e de esperança traçado por Jesus, na dedicação total a serviço do Reino, na fidelidade à missão, na parcialidade para com os pobres, no desejo de construir uma humanidade nova, na oração confiante ao Pai, na entrega sacrificial pela libertação integral do ser humano. É estar aberto ao Espírito de Jesus que, a cada instante, nos convida a ser pessoas novas e a renovar a história.

## NOTAS

1. Este artigo baseia-se na cristologia de Jon Sobrino e reproduz seu pensamento em relação ao seguimento de Jesus de Nazaré.

2. O verbo "seguir" (*ákolouzein*) aparece 79 vezes nos evangelhos: 25 em Mateus, 18 em Marcos, 17 em Lucas e 19 em João; e apenas 11 vezes nos demais escritos do Novo Testamento: 4 nos Atos dos Apóstolos, 1 em Paulo, e 6 no Apocalipse.

3. Nos evangelhos, o chamado de Jesus segue sempre um esquema fixo e uniforme: a) Jesus passa (Mc 1,16,19;2,14); b) vê alguém (Mc 1,16.19; Jo 1,47); c) indica a atividade profissional que esta pessoa exerce (Mc 1,16.19;2,14; Lc 5,2) d) chama (Mc 1,17-

20; 2,14; Jo 1,37) e) faz o apelo a deixar tudo (Mc 1,18.20); f) a pessoa chamada segue a Jesus (Mc 1,18.20; 2,14; Lc 5,11). Cf. José Maria CASTILHO, *El seguimiento de Jesus*, Salamanca, Sígueme, 1986, p.16.

4. "Não são os discípulos que se adiantam ou se oferecem; quando o homem tem a iniciativa o seguimento fracassa (Mc 5,18-20; Mt 8,19-22). É Jesus quem chama (Mc 1,17;3,13). Seu olhar surpreende o homem no seu trabalho cotidiano (Mc 1,16-20;2,14). Carlos PALACIO, *Jesus Cristo: história e interpretação*, São Paulo, Loyola, 1986, p. 117.

5. O seguimento como tal já existia no tempo de Jesus. Os rabinos possuíam discípulos e enviados. Os zelotes exigiam de seus seguidores uma total dedica-

ção a sua causa, mesmo com muito sacrifício e com a entrega da própria vida. O específico do seguimento de Jesus é sua função salvífica e seu serviço ao Reino unido à pessoa concreta de Jesus de Nazaré (Mc 8,34), principalmente na segunda etapa de sua vida, e o poder absoluto com que ele exige este seguimento sem condições (Mt 8,19-22). Jon SOBRINO, *Cristologia a partir da América Latina*, Petrópolis, Vozes, 1983, p.91.

6. "O seguimento se refere à pessoa mesma de Jesus e somente a sua pessoa. Portanto, existe seguimento de Jesus onde existe relação pessoal com o mesmo Jesus. Só quando o homem se relaciona com Jesus como pessoa, se pode dizer que está capacitado para segui-lo. Por conseguinte, quando falamos de seguimento de Jesus, não nos referimos nem a seguir uma ideologia, nem um conjunto de verdades, nem normas mais ou menos exigentes, nem sequer um projeto seja ele do tipo que for. Tudo isso pode estar incluído no seguimento, mas nada disso constitui a

essência e o centro mesmo do que é seguir Jesus". José Maria CASTILHO, *El seguimiento de Jesus*, p. 8-81.

7. O verbo seguir (*ákolouzein*) significa manter uma relação de proximidade com alguém, graças a uma atividade de movimento subordinado a essa pessoa. Este verbo inclui um tema estático relacional, a proximidade, e o outro dinâmico, o movimento (cf. José Maria CASTILHO, *El seguimiento de Jesus*, p. 19).

8. "O próprio Jesus, 'Evangelho de Deus', foi o primeiro e o maior dos evangelizadores. Ele foi isso mesmo até o fim, até a perfeição, até o sacrifício da sua vida terrena". Paulo VI, *Evangelii nuntiandi*, n. 7.

9. Jon SOBRINO, "Jesús de Nazaret". In: *Conceptos fundamentales de pastoral*, Madrid, Cristiandad, p. 490.

10. Jon SOBRINO, "Seguimiento". In: *Conceptos fundamentales de pastoral*, p. 942.

11. IDEM. *A oração de Jesus e do cristão*, São Paulo, Loyola, 1981, p. 64.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O seguimento se refere à pessoa de Jesus e somente à sua pessoa. Só existe seguimento, onde existe relação profunda e pessoal com Jesus. Em que consiste esta relação profunda e pessoal com Jesus que caracteriza o seu seguimento?

2. Seguir Jesus é refazer processualmente a estrutura fundamental de sua vida histórica: encarnação, missão, cruz e ressurreição. Em nossa vida comunitária, quais são os sinais concretos que dão

certeza de estar seguindo o caminho traçado por Jesus?

3. Jesus chama para estar com ele e envia em missão. Seguimento e evangelização são realidades totalizantes da vida cristã que devem se inter-relacionar harmoniosamente e não apenas de forma operacional e justaposta. Em nossa vida pessoal e congregacional, de que forma estamos harmonizando estas duas realidades?

# FORMAÇÃO PARA A INCULTURAÇÃO NA VIDA RELIGIOSA: PROBLEMÁTICAS E DESAFIOS

Fr. Tito Figueirôa de Medeiros, O. Carm.  
Goiana/PE

 contexto da formação inculturada leva a VR a adquirir os rostos das culturas de seus formandos/as, bem como conduz a estes/as a fazerem a experiência de introduzir os valores do carisma da VR e do Instituto em sua própria cultura de origem.

Diante de um tema tão vasto e abrangente, tentarei apresentar, num quadro geral, diversos tipos de processos socio-culturais e eclesiais que despontam no Brasil contemporâneo. Privilegiarei aqueles que, de um modo ou de outro, atraem e galvanizam as atenções e mesmo a adesão de parcelas importantes da nossa juventude, marcadas pelos valores e mentalidades da urbanização e modernização.

Tais processos trazem desafios e questionamentos à VR, à sua identidade e são apelos para a inculturação. Daí a importância de mapear os problemas emergentes, sem a preocupação de ser exaustivo, o que não seria fácil nem necessário, visto que já são conhecidos de maneira geral: volta e meia, vêm eles à tona nos grupos de reflexão e vivência de formandos/as e formadores/as.

Antes porém de pintar este quadro e de tecer algumas considerações a respeito, conceituarei o que vamos entender por FORMAÇÃO e por IDENTIDADE na VR.

Numa última parte, rematarei o artigo, fornecendo alguns indicadores de como tais problemas desafiadores de nossa realidade sócio-cultural e eclesial podem ser enfrentados dentro do processo formativo para a inculturação, que deve ser vivenciado nos diversos contextos em que se insere a VR.

## 1. CONCEITUANDO A FORMAÇÃO E A IDENTIDADE

Por Formação entendo aqui a formação inicial e a permanente.

Formação inicial é o processo interativo entre formandos/as e formadores/as, incluindo, por extensão, a comunidade formadora, que recebe aqueles/as e se propõe a vivenciar em conjunto, pedagogicamente, uma constante troca de experiência. Esta troca vai constituir, para os jovens religiosos/as ou postulantes e noviços, uma socialização primeira na VR e no Instituto em que ingressaram ou no qual aspiram entrar. Para os formadores/as e a comunidade enquanto um todo, o processo formativo significaria uma confirmação, ao nível individual e comunitário, dos compromissos assumidos com sua profissão religiosa, dada a missão que esses têm de



As três se cruzam, se encontram e se combinam de modos diversos em cada indivíduo e/ou grupo religioso; por elas, todos os religiosos e religiosas podem receber esta tríplice qualificação.

## 2. MAPEANDO SITUAÇÕES, PROBLEMAS E DESAFIOS PARA A INCULTURAÇÃO

Conceituados os termos acima referidos e esclarecido o que seja identidade na VR (o fruto de uma tensão dialética entre a identidade herdada e a construída dinamicamente), passo a fazer o citado mapeamento, tendo antes o cuidado de traçar um pano de fundo mais geral que contextualiza, até certo ponto, as situações desafiadoras para os processos inculturativos.

No Brasil a realidade é fortemente marcada pelo caráter pluricultural, pluriétnico e até plurinacional, de nossas sociedades e grupos humanos.

Podemos citar: um montante de cerca de 180 nações indígenas, falando 144 línguas, conforme o CIMI; a "diáspora africana", cuja importância é acrescida hoje com os constantes intercâmbios culturais entre núcleos destacados da cultura negra e das religiões afro-brasileiras, com regiões tradicionais situadas em países africanos de hoje. Já existe há vários anos, inclusive, um curso montado de iorubá-de-santo, a língua ritual dos Candomblés, Xangôs, Batuques, Casa-das-Minas, ensinado numa das mais conceituadas universidades brasileiras, com alunos não somente nacionais, porém inclusive nigerianos, que aqui despertam para estudar a língua de seus ancestrais.

Faz parte deste conjunto pluriétnico a imigração européia e asiática, povoando densamente certas áreas do território, concentrada o suficiente para perpetuar — adaptando ao clima e ambiente tropicais

— usos, costumes, tradições, religiões de origem, e um certo sentimento de dupla pertença nacional.

Além disso, temos de somar, no campo sócio-cultural, os diversos cruzamentos existentes em nosso país entre elementos tradicionais, patriarcais e populares, com o processo acelerado de urbanização e modernização. Este processo atinge diferentemente as classes sociais hegemônicas e as subalternas. No primeiro caso, ele é saudado como bem-vindo, transmitido através de uma escolarização da melhor qualidade, o processo aculturativo se dando sem muitos traumas, sobretudo nas regiões Sul, Sudeste e nas áreas metropolitanas do país, nas classes "A" e "B". No segundo caso, ele é quase sempre induzido de fora para dentro dos grupos, através das políticas do capitalismo neoliberal, secundas pela indústria cultural, pelos MCS, como já sabemos. De modo que os valores da modernidade, pelo modo como chegam frequentemente ao nosso povo, distorcidos e perversamente direcionados a objetivos de exploração, dominação e — atualmente — de exclusão, colidem violentamente com as expectativas despertadas nos pobres, gerando frustrações, decepções; processos aculturativos rápidos, não-assinalados devidamente por causa disso, gerando situações de desenraizamento e perplexidade, motivando estas populações a recorrer às instâncias religiosas que prometem — e às vezes conseguem — para breve o fim das aflições mais prementes e viabilizam para os indivíduos a consecução de um espaço mínimo de reencontro de sua dignidade pessoal.

A VR no Brasil de hoje se movimenta, pois, num espaço eclesial e sociocultural onde se cruzam visões de mundo e de Igreja marcadas pelo Catolicismo tradicional-popular (mundo rural, mundo urbano de periferia, santuários), muitas vezes sincretizando com elementos ameríndios e afro-brasileiros; pelo Catolicismo tradicional-

-romanizado, da 2ª metade do século XIX (associações religiosas: Apostolado da Oração, Congregações Marianas, etc); pelo Catolicismo inspirado nas Teologias da Libertação e, antes, pela nova relação Igreja-mundo, consagrada pelo Vaticano II (CEBS, Pastorais Sociais, Ação Católica especializada, e outros); e o Catolicismo contemporâneo de índole neofundamentalista, identificado com movimentos apostólicos ingressados em nosso país a partir de fins dos anos 70, mais ou menos, que hoje desfrutam de muita força e legitimidade em setores importantes da Hierarquia.

Por outro lado, aumentam incessantemente as instâncias religiosas “de salvação” — as Igrejas da Cura Divina ou Neopentecostais (sem excluir o papel da Umbanda neste setor) — prometendo o “milagre” da restituição de um mínimo de dignidade para os indivíduos, a preços acessíveis.

Assim, a VR faz o seu caminho em meio a um universo sócio-religioso complexo, variado, heterogêneo, composto de diversos “tempos históricos” que se entrecruzam e das diferentes tendências do Cristianismo vivido no Brasil hodierno, que se entrechocam.

A Modernidade oferece uma série de variados desafios à formação para a VR. Antes de tudo, porém, é necessário aceitar-se este processo histórico como inevitável e em sua positividade. É decorrente, em nosso país, da modernização, urbanização, pluralismo de idéias e estilos de vida e da cultura da imagem. Ao aceitá-lo nos jovens que nos procuram e passam a frequentar os Institutos de Filosofia e teologia e as Universidades, impõe-se aos formadores/as o discernimento crítico para *ficar* com os valores positivos da modernidade e assumi-los, e *largar* fora as suas ambigüidades. Não me deterei neste ponto porque já temos, nos *Cadernos da CRB* do ano passado, e na *Convergência*, vários

artigos que desenvolvem a conceituação da modernidade e seus aspectos positivos e ambíguos. O importante é que saibamos acompanhar o processo acelerado de urbanização em nosso país e o *ethos* que ele desperta nas populações jovens, mesmo dos rincões interioranos mais afastados dos grandes centros. Este *ethos* é feito de senso de autonomia individual, pluralismo, admiração e encanto pela tecnologia, cultura da eficiência, e outras qualidades. Estas, no entanto, podem ser desviadas para os vícios correspondentes a cada uma, se faltar uma correta formação para um discernimento sadio.

Dentro da problemática da modernidade colocamos a dos *fundamentalismos atuais*; pois, estes são também filhos daquela. É paradoxal que num mundo onde somos rodeados pelo culto do novo enquanto novo, do descartável, a síndrome fundamentalista e o conservadorismo político tenham feito seu percurso no Ocidente industrializado desde os anos 80. Nos grandes conjuntos religiosos dominantes no Brasil de hoje, o fundamentalismo cresceu e desenvolveu-se, em pouco mais de dez anos: no Catolicismo, Protestantismo Pentecostal e Neopentecostal (sobretudo este) e em algumas tradições do Candomblé. Tem-se a impressão de que o Ocidente Capitalista e o do Socialismo Real se assustaram com os movimentos contestadores do fim da década de 60, que tiveram seus desdobramentos nos “anos rebeldes” de 70, fechando o cerco político, econômico e religioso na década passada.

Esta mentalidade e *ethos* fundamentalistas está penetrando em nossas casas de formação através de jovens que vêm de movimentos espiritualistas, marcados por esta orientação: leitura fundamentalista da Bíblia, oração individual, espiritualidade centrada sobre si, predominantemente, mentalidade no geral avessa a preocupações políticas, os questionamentos sociais e humanísticos atingindo apenas o nível

C O N V E R G Ê N C I A

do assistencialismo. O diálogo ao interno da comunidade formadora, a tentativa de criar o hábito da análise social da realidade, nos programas de formação, podem gerar mudanças ou atenuações desta mentalidade.

A modernidade veicula também a *busca do prazer*. O que, em si, é uma postura legítima, pois Deus nos criou para sermos felizes, não para o sofrimento *pelo* sofrimento. A este respeito, S. João da Cruz costumava repetir: "Buscar a mortificação *pela* mortificação, é uma bestialidade". No entanto, as ambigüidades neste campo são freqüentes, induzindo à priorização do prazer como algo a ser buscado acima de tudo e de todos; um prazer descomprometido com a comunidade e os valores da espiritualidade; uma cultura do prazer que menospreza a prática do heroísmo resultante, às vezes, da entrega generosa de si ao Reino. Isto configura a situação de um certo hedonismo, que importa seja trabalhado nos níveis individual e comunitário.

*Modernidade e culturas tradicionais.* Esta relação remete a uma série de questionamentos para formandos/as e formadores/as, a partir de dois eixos.

O primeiro é constituído pelo fato de o jovem que ingressa na VR ser proveniente de um meio sócio-religioso muito marcado pela cultura e religião rurais tradicionais. Uma vez postos em contato com um ambiente mais modernizado, de classe média ou de região metropolitana mais central, estas moças e rapazes rejeitam às vezes sua cultura de origem, dela se envergonham, estendendo este sentimento, vez por outra — o que é mais grave —, até aos membros da própria família. Ou então, assumem os estereótipos do *ethos* burguês da modernidade, identificando-se com eles, atitude que cai na analisada no item anterior.

Tal situação esbarra com comunidades ou famílias religiosas ainda desconfiadas

em relação à modernidade, que foi e é um movimento de idéias e mentalidades positivo, e nossa Civilização Ocidental, naturalmente carregando consigo a realidade pecaminosa das ambigüidades. Ora, também o tradicionalismo tem suas negatidades, e como! Mas nós, religiosos de segunda e terceira idades, temos mais olhos para enxergar o negativo na modernidade do que nos comportamentos tradicionais, devedores que somos de uma formação familiar e religiosa muito coladas a estes valores. Importa, e muito, nestes casos, entrarmos igualmente num processo de formação que envolva um conhecimento satisfatório deste movimento nascido no século XVI, a fim de nos reciclarmos devidamente e podermos discernir com mais conhecimento de causa.

O segundo eixo é formado por um processo em que se cruzam os sentimentos autonomia, respeito à identidade, e de luta pelo reconhecimento do pluralismo étnico, típicos da modernidade, transpostos porém para o nível de coletividades inteiras; e o empenho pelo resgate da etnia e cultura tradicionais, "primitivas", dessa mesma coletividade étnica, como reação à onda avassaladora da homogeneização dos processos sócio-econômicos e culturais, induzida programaticamente pelos dois sistemas mundiais ocidentais modernos: o Capitalismo e o extinto Socialista real. Ora, esta luta contra a mundialização, no que ela tem de destruidora das autonomias das culturas e sociedades, cruza portanto, os valores da modernidade com os valores e pretensões fundamentalistas (assumo aqui este termo no seu sentido mais etimológico de *busca do fundamento*, racial, cultural, religioso, etc) de uma volta consciente à cultura e etnia de origem: refiro-me aos movimentos de resgate das identidades afro-americanas, ameríndias e mestiças, reconhecidos e saudados por Santo Domingo em sua positividade.

A VR no Brasil e América Latina em geral abriu-se, bem antes do incentivo do DSD, para acolher estes anseios, presentes em grupos étnicos e culturais representativos, pelo número e qualidade de seus integrantes, na sociedade brasileira.

Toda e qualquer política homogeneizadora e niveladora de culturas e etnias, programada e conduzida a partir de pressupostos racistas, imperialistas ou sócio e culturalmente hegemônicos, deve ser combatida porque fere os direitos humanos e dos povos.

Naturalmente, o desenvolvimento destas aspirações, no dia-a-dia dos posicionamentos das mesmas dentro da VR coloca questões que não devem assustar de um lado, mas também não serem escamoteadas. Algumas delas passam, a meu ver, por dilemas: luta pela cidadania plena, ou afirmação de um racismo negro e ameríndio? Empenho pela liberdade de viver o Cristianismo e a VR enquanto negros e índios, ou uma super-afirmação da consciência religiosa destas etnias, em detrimento das demais? Estratégias de militância envolvidas num clima de comunhão com os demais segmentos da comunidade ou família religiosa, ou estratégias marcadas pelo ressentimento e afastamento em relação aos "outros que são brancos"? Aceitação positiva, como um dado normal, da mestiçagem étnica e cultural (sim, porque o étnico não se restringe à cor da pele) existente *dentre* as etnias e povos africanos, de cor de pele negra, ou negação ingênua desta mestiçagem, estendendo-a à negação simples da mestiçagem no Brasil, como se a composição étnica de nosso país fosse constituída por três raças "puras" — branca, amarela e negra.

Acredito muito em que haverá uma superação destes e de outros tipos de sectarismos (citados sempre na segunda parte dos dilemas), paralelamente ao avanço necessário da caminhada dos religiosos/as

negros/as e indígenas, numa solidariedade sobre todos os modos louvável com seus irmãos civis de etnia, cultura e história de escravidão e opressão. No bojo desse processo de superação, espero venham também a se rever certos eventos e personagens hoje mitificados ou até desistoricizados, cultuados que são pelos movimentos de libertação negros e indígenas, versões contemporâneas do mito do "bon sauvage".

Idêntica apreciação fraterna faria às *práticas feministas*. Se o tratamento do tema em questão e a militância pelas conquistas do espaço da mulher como pessoa adulta e de plenos direitos, na sociedade e na Igreja, são oportunas e válidas — de outro modo, a Igreja e a VR com ela "perderiam o trem da história", como se diz, neste setor da modernidade — é natural, no entanto, que surjam exarcebamentos de pruridos feministas no dia-a-dia das comunidades religiosas e do relacionamento homem-mulher e pastoral e no exercício da convivência fraterna nas comunidades eclesiais. Tais exageros, tendentes a tratar o homem como "indivíduo ou ser dispensável" na organização da vida de grupos e comunidades pode ser considerado uma tendência para o lado oposto do machismo que se quer combater, dizem alguns. Passada esta fase, o equilíbrio se restauraria. Penso, porém, que se formadores/as e formandos/as permanecerem na posição de esperar que as tensões se resolvam por si mesmas, neste campo, será no mínimo um risco de gastarmos inutilmente muitas energias e de se desperdiçarem boas oportunidades de uma correta impostação das problemáticas, facilitando assim a busca para sua solução vivencial, sem prejuízo da comunhão eclesial entre religiosos de ambos os gêneros.

Finalizo este mapeamento de questões e problemáticas, colocando alguma coisa referente à *inserção*.

U  
N  
I  
V  
E  
R  
S  
I  
D  
A  
D  
E  
F  
E  
R  
R  
A  
S

Inicialmente, lembro que toda a reflexão sobre este tema tem de levar em conta que a inserção é mais que um conceito *singular*, mas *plural*. Quer dizer, não há mais um só modo de inserção: o êxodo religioso para morar nos meios populares. As novas formas de pobreza e de marginalização, lembradas insistentemente ao longo do DSD, vieram confirmar o discurso oficial da Igreja sobre elas, bem como os apelos para presbíteros e religiosos/as — estas reconhecidamente mais presentes nos bairros de periferia que aqueles — abraçarem com ardor estes desafios mais recentes, fruto do empobrecimento crescente da América Latina.

Nesse tipo pioneiro de inserção acima referido, alguns desafios surgiram, cujos reflexos ainda causam sofrimento e perplexidade. Concorreu para isto, certamente, uma determinada percepção romântica do pobre como o “justo sofredor”, o “totalmente explorado”. Ou então, baseou-se o êxodo para a periferia numa ideologia da eficácia do discurso e da postura sociopolítica, colada ao Evangelho. Não estou fazendo restrições, aqui, da perspectiva libertadora nem do conteúdo político do Evangelho e, de resto, da prática de Jesus, dentro das estruturas do seu tempo. Critico a pressa com que se pensou que tal postura fosse eficaz em si própria, na favela ou nas associações de bairro; que este discurso tivesse um poder automático de mobilização.

Em primeiro lugar, sabemos que o pobre é geralmente mais acessível, mais disposto à partilha, ao auxílio mútuo do que a classe média, inclusive por questões de sobrevivência imediata. Mas, o que se foi descobrindo, às vezes dolorosamente, pelas religiosas e religiosos inseridos, foi a rede intrincada de clientelismo, de favores dados e recebidos, de informantes, entre os de dentro da favela e os moradores “lá de fora”: políticos, policiais, “bandidos”, grileiros de terrenos urbanos... Todo um

tecido de disputa de poder e dinheiro, conduzido de fora para dentro da comunidade pobre, tendo “lá dentro”, no entanto, seus “quintas-colunas”, custeados por razoáveis salários ou outras formas de remuneração.

E aí, a lógica do discurso libertador, racional esbarrava com estas redes de reciprocidades que favorecem o jogo da dominação e clientelismo dentro das áreas. Muitas atenderam os apelos feitos nos círculos bíblicos e celebrações: saíram às ruas, ocuparam o centro das cidades, com reivindicações dos serviços essenciais, que o poder público tem obrigação de fornecer. Ou então, confiaram nas associações de moradores e passaram a fortificá-las, confiados na fé que os religiosos/as faziam nas pessoas e instituições.

Hoje no entanto, os números das pesquisas mostram o recesso destes movimentos, ao mesmo tempo que um avanço nítido do Pentecostalismo e Neopentecostalismo fundamentalista Protestante, exatamente nas áreas mais pobres e menos escolarizadas, fruto em parte de uma generalizada desconfiança e decepção dessas populações com a classe política — inclusive a de “esquerda” — com os que deveriam defender os interesses da população, mas o fazem em relação aos políticos locais. Desesperados com a defecção do sistema de saúde pública, começaram a constatar que, entra seus vizinhos, o Protestantismo melhorou sua condição de vida, realizou a mudança de vida esperada e prometida pelos pregadores sociais e políticos, só que a nível individual e familiar apenas, não a nível coletivo.

Daí sobrevieram tentações de desânimo. Comunidades inseridas, no entanto, núcleos da CRB e não poucos formadores/as se deram conta destas realidades, de modo que existe hoje uma reorientação da inserção, pondo-a no plural, abrindo assim o campo de possibilidades e, sobretudo, desligando as formas de presença no meio

do povo de um conteúdo de eficácia de nível sociopolítico ou mesmo de nível religioso proselitista: uma presença e participação feita de amor desinteressado, de serviço sem proselitismo, prestados num clima de aceitação das convicções religiosas e políticas dos indivíduos.

### 3. FORMAÇÃO PARA A INCULTURAÇÃO: REMATANDO ALGUNS ASPECTOS

Um dado inicial presente nos formadores/as no processo da interação formativa, é que a identidade da VR define caminhos e também apresenta limites com respeito à inculturação. É uma constatação simples, mas que, na prática, traz certas perplexidades, daí resultando na necessidade de sérios discernimentos. A inculturação se realizará de maneira testemunhal se orientada pelas consequências da consagração ao Reino, vivenciada na identidade dinamicamente aceita e construída.

No item anterior, refiro-me à adaptação, aculturação, e falamos agora de inculturação. É bom explicar um pouco estes termos a fim de irmos adiante com mais segurança. Mas antes, é importante explicitar o conceito de *enculturação*. Ora, esta é a aprendizagem da cultura de origem. Consiste no processo de *assimilação consciente e inconsciente dos padrões e traços da cultura do meio onde o indivíduo nasceu*. Na infância, a conduta vai sendo condicionada e a aprendizagem é, em grande parte, inconsciente. Mais tarde, crescendo os indivíduos em idade, dá-se o *recondicionamento* para a assimilação de novas experiências, o que proporciona os mecanismos que possibilitam as mudanças de comportamento. Aceitando novos valores ou comportamentos, deve *recondicionar* suas respostas conscientes à mudança.

Noutras palavras, *deve reenculturar-se a si mesmo*.

Assim, indivíduos ou grupos podem escolher: ou ficar na sua cultura de origem, ou aderir a outro sistema cultural; ou tentar uma mistura dinâmica dos dois, realizando um diálogo intercultural ao interno dos indivíduos ou grupos.

Já a *aculturação* é uma consequência direta do dinamismo inerente a toda cultura. Significa a mudança cultural que é operada num determinado sistema cultural por conta de *contatos, permanentes ou transitórios, com outro sistema*. A diferença entre a aculturação e o recondicionamento da reenculturação é que este segundo caso, as mudanças são internas ao indivíduo, provenientes da própria dinâmica do sistema; no primeiro caso, elas são *externas* ao sistema. *Adaptação* é o simples *ajustamento* de indivíduos ou grupos a uma cultura diferente. Não é mudança profunda, mas referencial.

O conceito de *inculturação* é teológico e situa-se na fronteira da Teologia e da Antropologia, lembra Irmã Vidali; pois, lida diretamente com a cultura. Já vimos que ela tem sua origem no tema mais antigo da "encarnação". A idéia fundamental da inculturação, segundo Dom Bartolomé Briceño, é que a presença de Deus e a salvação, cujo anúncio chega aos povos pela palavra do evangelizador, *já estão lá*, pois são obra do Espírito, que esteve e está sempre operante em toda criatura...” A Encíclica *Redemptor hominis* reforça esta afirmativa quando acentua: ... porque com cada homem, sem exceção alguma, Cristo de algum modo se uniu, mesmo quando este homem não se acha consciente” (RH, 14). A inculturação possui duas direções, mão dupla: é ao mesmo tempo “transformação da cultura pela mensagem cristã, mas também transformação da embalagem cultural (da mensagem cristã) pela cultura que a recebe”, escreve Pe. Marcelo Aze-

vedo. Constitui ela o exercício de uma *relação dialogal existencial e permanente* entre as duas culturas: a que oferece a evangelização e a que se dispõe a recebê-la.

No processo da formação temos dois momentos: o da inculturação do carisma da VR e do Instituto por parte do formando/a, *sujeitos* do seu processo formativo; e o da *inculturação do Instituto e da VR nas culturas dos/das formandos/as*, sejam as culturas da modernidade, sejam as culturas oprimidas. Assim, tanto a VR adquire os rostos destas culturas, como os/as formandos/as fazem a experiência de introduzir os valores do carisma da VR e do Instituto em sua própria cultura de origem. Este é o contexto da *formação inculturada*, bem como o início de um processo de *formação para a inculturação*, na realidade dos formandos/as, a partir de uma experiência de diálogo permanente entre estes e o Instituto.

Dentro destas estratégias, torna-se também imperioso criar espaços ou instâncias, na comunidade formadora e no Instituto como um todo, para o diálogo relacionado aos encaminhamentos formativos decorrentes dos problemas da inculturação, expostos no item anterior. Estes diálogos podem ser regidos por normas aceitas espontaneamente pelo grupo, mas que devem estar submetidas a diversos critérios, tais como:

- 1º) um sentido profundo de alteridade, isto é, da autonomia do outro enquanto outro;
- 2º) uma postura de empatia, de acolhida, em relação ao universo sociocultural deste outro, de sua cultura de origem;
- 3º) uma atitude de diálogo que seja permanente e dinâmica com este outro e seu horizonte de significados;
- 4º) como não podia deixar de ser, apelar fortemente para o Espírito, a fim de ter sua assistência e se poder prestar aten-

ção à sua voz, que fala pelos formadores/as, mas também pelos próprios desafios e pelas jovens gerações.

Com respeito ainda à inserção e suas ligações com a inculturação, é importante ter-se em conta que ela pode significar, em termos de experiência pessoal, ou um retorno ao meio ambiente de origem do religioso ou religiosa; ou um encontro com o "novo", o "diferente". A primeira situação configura uma *re-enculturação*; a segunda, uma *aculturação*. Mas, tanto em um caso como no outro, nunca se tratará de uma reviravolta total de referenciais e valores culturais; pois, novos padrões de conduta e de valores são assimilados nos termos da experiência anterior, já vimos; e a motivação com que se faz este movimento em direção ao "outro", pobre, excluído, é em vista do Cristo e seu Reino. Esta flexibilidade do espírito humano corresponde ao leque de possibilidades tanto dos tipos de inserção cujos apelos chegam aos religiosos/as hoje, como também dos demais estilos de vida que solicitam a inculturação no mundo da modernidade (Universidades, intelectuais, classe média e seus movimentos, etc).

Ao leque de possibilidades corresponde também, do ponto de vista bio-psíquico, a diversidade de aptidões, inerentes ao ser humano. Assim, a vocação específica para tal ou qual inserção ou estilo de vida seria a resultante, deste ponto de vista, de uma convergência entre as aptidões pessoais, gostos individuais e a vontade de consagrar-se àquele serviço.

A inculturação é decorrência da dinâmica da encarnação do Cristo, do Evangelho e da Igreja nas realidades terrenas, vimos acima. Ora, a encarnação representou para Jesus, historicamente, uma humilhação, abatimento, solidário que ele foi aos "crucificados" de todos os tipos e moldes, já que "assumiu a forma de escravo, humilhando-se até a morte e morte de

cruz" (Fl 2,8). Portanto, o esforço formativo para a inculturação e na inculturação trará as marcas, igualmente, da "Kénosis" do Cristo. Muitas vezes, signi-

ficará, para formadores/as e formandos/as, um "perder a vida" por Cristo e seu Reino. Mas, quem perde a vida por esta causa, a conservará...

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O dom peculiar da VR se concretiza no chão da experiência humana, individual e coletiva, em formas variadas do carisma comum. Este se multiplica numa riqueza histórica enorme de recriações, a partir da mesma matriz, segundo cada fundador e fundadora. A identidade que daí resulta é fruto da tensão entre a identidade recebida e a identidade em processo de construção. Você observa este processo em sua congregação? como sua comunidade concreta contribui para o esforço adaptativo do carisma recebido?

2. O autor assinala que a realidade brasileira é fortemente marcada pelo caráter pluricultural, pluriétnico e até plurinacio-

nal, gerando um espaço onde se movimenta a formação para a Vida Religiosa. Quais dos problemas e desafios parecem ser mais exigentes em sua realidade congregacional?

3. A formação para a inculturação bem como a formação inculturada fazem com que os diferentes carismas adquiram o rosto das culturas que contactam, bem como introduzem valores do carisma da VR e do Instituto nas culturas de origem dos formandos. Que traços concretos desta "troca" são observáveis em sua congregação? ou, ao contrário, conserva-se a experiência carismática e formadora fiel à matriz onde a fundação se deu?

# MISSÃO DE EVANGELIZAÇÃO COMO MISTÉRIO DE VISITAÇÃO

Ir. Julieta Maria  
Recife/PE

Isabel evangeliza Maria com as palavras da Ave-Maria que, desde então, todas as gerações cristãs retomarão e com a linguagem alegre da bênção na confissão que Aquele que ela traz em seu seio é o Senhor.

**N**ão se esperou o fim do século XX para viver as relações internacionais no interior da Vida Religiosa apostólica, na Igreja.

“Deixa o teu país... e vai para o país que Eu te mostrarei” (Gn 12,1) atravessou a história e constitui uma das razões que melhor esclarecem o sentido que milhares de homens e mulheres quiseram dar à própria vida, através dos séculos. Mas estamos vivendo na hora dos direitos da pessoa humana, na hora em que toda a raça, toda nação, toda cultura, aspira a ser profundamente reconhecida. Isso significa que estamos, também, na hora do olhar crítico, como se viveu a internacionalidade e em que muita atenção se dá apesar das forças e fraquezas no agir, e nas atitudes das pessoas engajadas no encontro dos povos. Aliás, neste fim de século XX, somos as testemunhas, às vezes maravilhadas, atemorizadas outras vezes, ante essas grandes

multidões de pessoas que se reúnem, atraídas pelos meios de comunicação e muitas vezes convocadas pelas guerras, ou agrupadas pela fome e os cataclismas de toda sorte. Temos, pois, de reaprender o que significa a “internacionalidade” nessa nova conjuntura, e a medir as novas exigências impostas à consciência de quem deseja testemunhar hoje, o Evangelho, com autenticidade.

Esta reflexão desejaria sugerir a imagem evangélica da Visitação, como um motivo capaz de inspirar-nos e de renovar nossa maneira de conceber a Evangelização. Nossa reflexão poderia desenvolver-se em três momentos: olhariamos, primeiro, como Lucas apresenta todo o Evangelho como um mistério de Visitação, unindo-nos, assim, a um tema conhecido do Antigo Testamento. Inspirados por essa idéia, poderíamos, depois, lançar o olhar sobre a página do Primeiro Capítulo do Evangelho de Lucas, que apresenta a visita de Maria a sua prima Isabel. Perguntar-nos-íamos, enfim, como discípulos de Jesus, que nós somos: — Poderíamos tornar-nos, a exemplo de Maria, mulheres de visitação? e, Como nossa Igreja poderia redescobrir sua missão evangélica, como mistério de Visitação?

## 1. O EVANGELHO COMO MISTÉRIO DE VISITAÇÃO

O convite para olharmos o conjunto do Evangelho como Mistério de Visitação, parece-me que é o próprio testemunho de

Lucas quem o lança. No início de seu Evangelho, ele coloca sobre os lábios do velho sacerdote Zacarias, cuja mulher Isabel, igualmente avançada em idade, acaba de dar à luz a um filho, a fórmula de bênção seguinte: “Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, porque visita e resgata o seu povo” (Lc 1,68). Essa fórmula constitui as primeiras palavras — palavras tão de acordo com a mentalidade do povo judeu — de um hino, que termina pela evocação das “entranhas e misericórdia de nosso Deus, nas quais nos visita o Sol nascente, para iluminar aqueles que habitam as trevas e a sombra da morte, e para guiar nossos passos no caminho da paz” (Lc 1,78s.). Guiado pelo Espírito de Deus, de quem nos diz o texto que ele estava cheio, Zacarias, agora Profeta, exprime seu deslumbramento, ante o que Deus acabará de realizar em sua própria casa; mas, o conteúdo do seu poema é um canto a Deus, pela força de salvação suscitada na casa de Davi, seu servo, pela Visita do Sol nascente, que Ele nos envia lá do alto. Zacarias louva a Deus por Jesus Cristo, e é, sem dúvida, o laço muito íntimo entre as missões de João, cognominado o Batista, e de Jesus, que faz com que o nascimento do primeiro, suscite, no texto, esse grande transbordamento de alegria, essa vigorosa convicção de ter sido visitado por Deus.

Um pouco mais além, no seu Evangelho, precisamente no quadro da ressurreição do filho da viúva de Naim, o povo, maravilhado ante o gesto de salvação que Jesus acaba de operar, comovido até as entranhas pela dor daquela mãe, que ficara sozinha, glorificará a Deus, dizendo: “Um grande profeta levantou-se entre nós, e Deus visitou o seu povo” (Lc 7,16). Assim, como o cântico de Zacarias, “O Benedictus” falava da vinda de Jesus à nossa história, como a visita do Sol nascente, iniciada pela ternura de Deus, a conclusão da narrativa da ressurreição do filho da viúva de Naim interpreta um ges-

to particular do ministério de Jesus, em favor de um jovem e de sua mãe, como Visita de Deus a seu Povo. Parece-me ainda muito interessante notar que, no termo de seu ministério, Jesus, chorando sobre Jerusalém, que não o acolhe, dirá que ela não soube reconhecer o tempo em que Ele a visitara (Lc 19,44). Isso significa que o próprio Jesus, segundo o texto de Lucas, teria interpretado a sua missão, como uma Visitação de Deus a seu Povo.

## 2. MARIA COMO MULHER DE VISITAÇÃO

É sob o horizonte dessas visitas de Deus, que vamos agora contemplar juntos a Maria que, logo após ter expressado sua adesão à vocação que lhe é dada: “Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a sua Palavra” (Lc), levanta-se e vai às pressas à casa de Zacarias, que cantará tão eloqüentemente a visita de Deus a seu Povo. Todas as páginas do Evangelho que testemunham o ensino e os gestos de Jesus, poderiam intitular-se visitas de Jesus a tal pessoa, a tal grupo, e entretanto, uma longa tradição cristã reservou o termo de Visitação para identificar uma cena bem particular, esse encontro entre duas mulheres grávidas, Maria e Isabel, relatadas num texto de Lucas, onde não aparecem os termos visita, visitação. Deixemo-nos penetrar por essa poderosa e entretanto, tão humilde imagem da jovem Maria grávida, caminhando rapidamente ao encontro de sua prima Isabel, que conceberá, também, em sua velhice.

A Maria do Evangelho de Lucas é, verdadeiramente, uma mulher a caminho; a caminho de Nazaré, a cidade da montanha de Judá, para ser testemunha daquilo que o Deus do impossível fizera na vida de Isabel, sem dúvida, porém mais ainda, talvez, para permitir a Maria ver-se confirmada em seu apelo, por Isabel, que se tornará testemunha de que esse mesmo

Deus do impossível realizará nela, Maria; a caminho para Belém, para o recenseamento decretado por César Augusto, sem dúvida, porém mais ainda, talvez, para o nascimento, e para permitir a Maria ver-se confirmada em sua missão, pelos pastores, iluminados pela glória de Deus, evangelizados pelo Anjo do Senhor; a caminho, para a oferta de Deus, prescrita pela lei, sem dúvida, porém, mais ainda, talvez, para o encontro com Simeão e Ana, que permitiu a Maria ouvir da boca do velho Profeta Simeão as implicações do primeiro grande sim da Serva, ao longo dos tempos; a caminho do Templo, um segunda vez, doze anos depois, para celebrar a Páscoa, segundo um rito de Israel, talvez, porém muito mais ainda, para descobrir — e isso a que preço! — o caminho da partilha dos destinos de Jesus, experimentando a perda de Jesus durante três dias, para aprender que o lugar onde Ele habita é a Casa do Pai, e aprender Dele, o jovem adolescente de doze anos, que lhe era submisso. E se abrissemos o Evangelho de João, veríamos a Mãe de Jesus a caminho de Caná, para celebrar umas bodas, e a encontraríamos ainda ao longo do caminho que leva ao Gólgota. No início como no término do Evangelho, Maria é a mulher do “a caminho”, a fim de tornar-se mulher do “estar com”.

Mulher “do caminho” sim, mas, também, mulher do encontro ao longo do caminho; Mulher das surpresas, no decurso dos encontros. O Caná e o Gólgota de João, bem como as cenas de Lucas 1 e 2, conhecem esse “estar a caminho”, levados por um fim que desabrocha numa experiência inteiramente imprevisível. A Maria do encontro com Isabel, a Maria que carrega Jesus em seu seio, e que chega a casa de Isabel, grávida de João, como ela, traduz, num vibrante realismo, o âmago da obra de Evangelização.

Utiliza-se muito, na Igreja, a expressão “levar a palavra” para expressar o manda-

to do apóstolo, mas essa imagem de Maria, grávida Daquela que é a Palavra de Deus, grávida Daquela que é Boa Nova para a humanidade, diz, de uma maneira única, e melhor que todas as frases, a realidade de que falamos. O que Zacarias vê é Maria, que chega a sua casa e depois, Isabel sua esposa, profundamente emocionada nesta hora em que sua gravidez está avançada, o que ele ouve é o diálogo entre essas duas mulheres; diálogo em que Deus é louvado em razão de sua fidelidade a suas promessas, em razão da revolução que Ele introduz na terra, lançando os olhos de sua misericórdia sobre o que é pequeno, vulnerável; um diálogo em que a fé na sua palavra é considerada como um caminho de felicidade, onde Maria, e a criança que ela carrega, — este Senhor, de quem ela é a mãe, — são reconhecidos como abençoados. Estaria bem no seu lugar, no fim da narrativa da Visitação, o vibrante “**Bendito seja Deus, o Senhor de Israel, que visita e resgata o seu povo**”, de Zacarias. Quem negará que, na humilde visita de Maria a sua prima, alguma coisa do mistério da visita de Deus está em jogo?

A narração de Lucas menciona três vezes a saudação de Maria a sua prima (Lc 1,40; 41,44) o gesto inicial simples, que significa que se reconhece alguém. Simples gesto banal de todos os dias, do qual ela mesma tinha sido objeto, da parte do enviado Gabriel, e entretanto, o que nos é dito é que, ouvindo a saudação de Maria, a criança estremeceu de alegria, precisará Isabel, e que, ela mesma, está cheia do Espírito de Deus. Extraordinária fecundidade de um gesto que nada mais tem de banal, porque aquela que o faz, está animada pelo Espírito de Deus, é portadora de sua palavra.

Segundo nossos critérios, teríamos dado a palavra primeiramente a Maria, pois a incomparável dignidade de sua vocação lhe confere autoridade sobre sua prima. O Evangelho de Lucas deve olhar as coisas

de maneira diferente. É Isabel quem toma a palavra, e isso para retomar o belo anúncio que Gabriel fizera a Maria. Isabel evangeliza Maria... e isso ela o faz, com as palavras que, desde então, gerações de cristãos retomarão, recitando a Ave-Maria. Ela o faz na linguagem alegre da bênção, na confissão que aquele que Maria traz em seu seio é o seu Senhor; atenta à ação misteriosa do encontro com o filho de sua velhice e proclamando a beatitude da fé na Palavra do Senhor. E Maria fica à escuta de Isabel, como ficara à escuta de Gabriel, pois o Espírito lhe permite discernir onde Deus fala. Escutamos Isabel, e reconhecemos a linguagem maravilhada do chefe dos anciãos, Osias, quando Judite volta vitoriosa do seu encontro com Holofernes: "Bendita sejas, minha filha, pelo Deus altíssimo, mais que todas as mulheres da terra, e bendito seja o Senhor Deus, Criador do céu e da terra, Ele que te ajudou a derrotar o chefe dos nossos inimigos" (Jd 13,18).

Pela palavra de Isabel, somos de certo modo, convidados a encontrar na humilde Serva do Senhor, sobre cuja pequenez Jesus lançou os olhos a mulher que triunfa com Deus, que triunfa com o Povo, de quem se faz solidária. Quando Maria, por sua vez, toma a palavra, ela fará eco a essa afirmação, enquanto descreve a revolução de Deus.

Essa intervenção de Maria, no diálogo da Visitação, toma a forma de um hino de louvor a Deus. Isabel expressou o que vira operar-se em Maria, o Filho que ela trazia em seu seio. Maria obstina-se em olhar a Deus, em identificar, naquilo que se passa, a obra de Deus, sempre fiel a sua promessa, em entusiasmar-se por Ele, em exultar de alegria, diante de sua ação. Pondo sobre os lábios de Maria, o cântico tão visivelmente inspirado da mãe de Samuel (Sm 2,1-10) o Evangelho de Lucas parece convidar-nos a identificar Maria com o Povo dos Humilhados, condenados a suportar

afrontas, que clamam a Iahweh e choram muito, e de quem o próprio Deus se faz o defensor. É dessa árvore que nascerá o Salvador; lembremo-nos de Ana a estéril, humilhada em razão de sua esterilidade, que se torna mãe de Samuel, o Profeta.

O que se passa em Maria, o que se passa nessa saudação, na qual ela está tão profundamente engajada, refere-se ao cumprimento da promessa feita a Abraão, como diz o seu canto de louvor, o Magnificat. Ora, sabemos que a grandeza de Abraão, sob o ponto de vista bíblico, está em ter acreditado na Palavra que lhe fora dita. Além de saborearmos essa percepção da obra de Jesus, globalmente, e também cada uma de suas expressões, palavras e gestos, como visita de Deus a seu Povo, vejamos como o Povo da primeira aliança já sabia falar de certas experiências fundamentais de sua história, como de visitas de Deus. Visitas de Deus num sentido positivo, como o Evangelho de Lucas fala: certas experiências felizes, vividas como intervenções benéficas de Deus, em favor de seu Povo. Quando ouvimos Zacarias bendizer a Deus, por ter visitado seu Povo, vem-nos à memória: a experiência de Sara, concebendo, na velhice, o filho da promessa, e de quem Gn 21,1 diz que ela fora visitada por Deus; a profecia de José moribundo, que promete a seus irmãos que vão viver no Egito, que, no dia da visita de Deus, eles serão reconduzidos a sua terra (Gn 50,24s.); a saída do Egito, quando Deus, comovido até as entranhas, pela miséria do seu Povo, escravo dos egípcios, intervém para libertá-lo, mostrando, assim, que visita seu Povo (Ex 3,16; 4,31); a profecia de Jeremias, anunciando ao povo exilado na Babilônia, que depois de 70 anos será libertado, por que Deus promete: "Eu vos visitarei" (Jr 29,10); a oração do salmista, na qual o Povo clama a Deus: "Visita esta vinha" (Sl 80,15); a profusão dos bens do sol, maravilhando o salmista, que vê nisso uma visita de Deus (Sl 65,10); a visão da vida

futura dos justos, descrita pelo autor da Sabedoria, como hora da visita de Deus (Sb 3,7-13). Visitas de Deus, também, para o povo da primeira aliança, certos infortúnios vividos pelo povo. Ser visitado por Deus seria, então, sofrer um castigo de sua mão, conhecer o sofrimento ou a morte, por ter sido infiel à Aliança? Vários textos o dão a pensar (Am 3,2; Os 4,9; Is 10,3; Jr 6,15) mas, precisamente porque falam de sofrimento e de punição, em termos de visita, eles ressaltam o caráter pedagógico e medicinal da provação; eles exprimem que aquilo que parece como algo que escapa à ternura, à proteção divina, é paradoxalmente, lugar do encontro de Deus, lugar onde a salvação de Deus manifesta, lugar onde, misteriosamente, se prepara a alegria do futuro, a festa do amanhã.

Quer seja no Evangelho de Lucas ou nos textos do Antigo Testamento que acabamos de evocar, a visita de Deus é um grande presente, uma festa, o tempo de uma libertação, de uma vida nova, de salvação para as pessoas visitadas. À visita de Deus é uma experiência que surpreende, confunde, mesmo assim, que alegra, que compromete; uma experiência que merece ser comunicada, partilhada, cantada.

Isabel parece ter encontrado verdadeiramente em Maria essa descendência de Abraão, que acreditou na Palavra. O Sim da Serva do Senhor é o Sim de Abraão à promessa de um país, que lhe fizera Deus, no momento em que lhe pede que deixe o único país que ele conhece; é o Sim de Abraão à promessa que lhe faz Deus de lhe dar uma posteridade, no momento em que Sara, sua esposa, ultrapassou muito o tempo de dar à luz; é a esperança contra toda esperança, no momento em que Deus lhe pede que imole o filho da promessa. A Maria da Visitação é bem a filha de Abraão, — expressão será usada pelo Jesus do Evangelho de Lucas, no momento em que Ele irá curar, na Sinagoga, a mulher

curvada há 18 anos, isto é, a mulher que soube ler, naquilo que lhe acontecia, a visita de Deus, e que, após essa experiência, entrou no grande movimento de visitação. A visitada transformou-se em visitante.

### 3. NÓS, MULHERES DE VISITAÇÃO

Em nossa civilização de imagens, acontece que nos faz muito bem aprofundar certas imagens que os Evangelhos nos oferecem, deixá-las inspirar nossa caminhada. Nesse sentido, eu convidaria todas as pessoas conscientes de estarem engajadas na missão da Igreja, a aprofundarem longamente a imagem simples de Maria, a caminho da casa de Isabel, ou ainda, a de Maria, encontrando-se com Isabel. Segundo a minha própria experiência, elas poderiam encontrar aí um novo dinamismo na sua vida apostólica, e poderiam ajudar muitas pessoas tímidas a descobrirem como elas podem tornar-se operárias eminentemente preciosas para a evangelização, seja qual for a humildade de sua situação, na história.

A Visitação lembra que ninguém visita senão depois de ter sido visitada, e que somos visitados, ao longo da visita que fazemos a outrem.

A Maria que se encontra subitamente de pé, pronta a seguir caminho, é uma jovencinha que acaba de viver um acontecimento inimaginável. Através da palavra de mensageiro, a quem o texto dá o nome de Gabriel, foi-lhe dito que ela é preciosa aos olhos de Deus, e que Deus pretende associá-la de maneira muito misteriosa, a uma visita por excelência, que sua ternura lhe inspira fazer à humanidade. Ela teve, pois, de confiar na Palavra que lhe foi dirigida, Palavra tão desconcertante como aquela que Abraão escutara, e ela deve acolher essa Palavra, isto é, aquiescer ao projeto em que Deus a engaja.

A visita de Deus que a narrativa da Encarnação testemunha, é, sem dúvida, uma experiência profundamente envolvente, porque assegura a Maria a presença eminentemente operosa e amante de Deus em sua vida, mas é também, ao mesmo tempo, profundamente exigente. Pede-lhe que dê inteiramente sua fé à Palavra, porque nada é impossível a Deus e convida-a a entrar resolutamente, com todas as suas forças, no Projeto de Deus em sua vida. Poder-se-ia dizer que, de certo modo, a visita de Deus é, para a Serva do Senhor, a entrada numa vida inteiramente nova. E é a totalidade de seu acolhimento ao sonho de Deus, que faz com que, logo que expressa o seu Sim, Maria se levante e ponha-se a caminho para a casa de Zacarias. Dir-se-ia que o Filho que dela vai nascer, já lhe comunicou seu ritmo. Vindo do Pai até Ela, vai agora dela para os outros seres humanos, começando já, o percurso da Palavra, através do mundo.

Aquela que visita Isabel, primeiramente, foi visitada. O canto de louvor que o texto de Lucas põe nos seus lábios, testemunha a consciência de Maria de ter sido visitada por Deus, e ousaria acrescentar que o eco que as palavras de Isabel dão à mensagem de Gabriel nos convida a reconhecer que ela também, nesse encontro que tem com Maria, é por sua vez, uma visitante.

Nós também, discípulos de Jesus Cristo, membros do seu Corpo, templos do seu Espírito e Nele, filhos do Pai, fomos também visitadas por Deus. Nosso apelo à fé é visita de Deus. Nós sabemos também que, se as visitas de Deus a nossas vidas são envolventes, elas são também, muito exigentes. Como Maria, não é fácil, às vezes, para nós, confiar na Palavra de Deus, e engajar-se naquilo que percebemos ser o projeto de Deus em nossa vida. Como Maria, nós temos de descobrir também, pouco a pouco, que nos encontros humanos mais simples, somos convidados a reconhecer a visita de Deus. O mensageiro

de Deus apresenta-se, muitas vezes, sob os disfarces da velha prima Isabel.

Para Maria, o mensageiro apresentou-se também, na pessoa dos pastores na noite de Natal, os quais, depois de terem sido visitados e iluminados pelo Anjo do Senhor, eles também, a toda pressa, puseram-se a caminho para Belém. Maria, diz-nos o texto, ouviu a mensagem que os pastores, na sua alegria, transmitiram, a respeito do recém-nascido. O eco que o Evangelho confiado aos pastores dá à mensagem de Gabriel: **“Não temais, eu vos anuncio uma grande alegria, que será para todo o Povo: nasceu-vos hoje um Salvador que é o Cristo Senhor, na casa de Davi”** (Lc 2,10 ss.) convida-nos a pensar que, na visita dos pastores a Belém, Maria, que lhes apresentava a Boa Nova, seu recém-nascido, fora evangelizada por eles.

Para Maria, a visita de Deus, tomou, igualmente, a forma do encontro com um velho Profeta do Templo de Jerusalém. Temos que aprender a escutar as palavras de Simeão, em eco com as palavras de Gabriel, na Anunciação. Quando o Profeta diz: “Agora ... meus olhos viram a salvação que preparas, à face de todos os Povos”, não é difícil reconhecer o mensageiro de Deus, do primeiro anúncio. E quando ele diz a Maria que o seu Filho será causa de queda e de elevação de muitos, em Israel, e será um sinal de contradição, e que uma espada lhe atravessará a alma, a fim de que se revelem os pensamentos íntimos de muitos corações, é toda a face dolorosa de seu ofício de Serva, solidária ao grande Servo, que lhe é revelada, e à qual ela já disse **“Sim”**. A visitação de Maria-Simeão: Simeão sabe-se visitado por Deus, nessa Apresentação do Recém-nascido ao Templo, — Boa Nova para todos os Povos — porém Maria também é visitada por Deus, através dessa desconcertante palavra profética.

Lucas transmitiu-nos ainda uma última narrativa de uma grande visita de Deus, nos textos em que fala da Infância de Jesus. Situou-a no quadro de uma Páscoa judaica, em Jerusalém, como para antecipar outra subida culminante à Cruz. Maria e José chegaram ao Templo, após três dias de procura infrutuosa de Jesus. Estão em angústia, e encontram-no, enfim, sentado no meio de doutores da Lei, escutando-os e interrogando-os. Quando Jesus responde a sua Mãe, que lhe confia a experiência dolorosa que acaba de viver por causa Dele: “Por que me procuráveis”? — “Não sabeis que Eu devia estar na Casa de meu Pai”? —, há, aqui ainda, alguma coisa da mensagem de Gabriel, que se aprofunda: “O Filho do Altíssimo, o Santo, o Filho de Deus”... quer dizer: Aquele que pertence ao Pai, e de quem a primeira casa é a Casa do Pai... Maria é evangelizada por seu Filho, de doze anos. Maria, convidada a reconhecer a visita de Deus, nesse acontecimento.

A Visitação convida-nos a reconhecer e a nunca esquecer que, em todos os Encontros, somos, ao mesmo tempo, visitadas e visitantes, e que é uma grande arte evangélica saber identificar, tanto sob o aspecto de nossas velhas primas Isabel, dos pastores que encontramos à noite, dos profetas que nos confrontam com palavras desconcertantes, das crianças que educamos, como os Arcanjos Gabriel, os possíveis mensageiros do Evangelho de Deus, os portadores da visita, ao mesmo tempo envolvente e exigente de Deus.

### **3.1. A Visitação nos convida a reconhecer o outro... a sua experiência.**

Segundo o Evangelho de Lucas, Gabriel, que acaba de revelar a Maria a missão que Deus lhe confia anuncia-lhe também que Isabel, sua prima, concebera um filho na sua velhice, e já se encontra

no sexto mês, ela a quem chamavam a estéril, porque nada é impossível a Deus. A cena da Visitação em que Maria se põe rapidamente a caminho para a casa de Isabel, fala já da atenção ao que lhe fora revelado da experiência de outrem. A tríplice referência à saudação de Maria por Isabel (Lc 1,40,41,44), testemunha igualmente o que foi revelado a Maria, a respeito de sua prima. Mas essa narração fala abundantemente, e de maneira muito bela, do que foi revelado a Isabel, a respeito de Maria: “Tu és bendita entre todas as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre” e também da relação especial Maria-Jesus, e ainda da relação Isabel-Maria: “Donde me vem a ventura que a Mãe do meu Senhor se digne visitar-me”? — “Desde que a tua saudação chegou aos meus ouvidos, a criança estremeceu de alegria no meu seio... Bem-aventurada Aquela que acreditou no cumprimento das palavras que lhe foram ditas, da parte do Senhor”. A Maria, atenta à experiência de Isabel, Gabriel dissera antes que o Espírito Santo viria sobre ela, Maria. De Isabel, tão perspicaz a respeito de seus hóspedes, a narração dizia que estava cheia do Espírito Santo. Este Espírito Santo permite às duas mulheres verem além das aparências, o âmago da realidade que é a sua, permite reconhecer que cada uma delas é uma história sagrada.

Eu escuto Lucas evocar a atenção de Maria, com respeito a Isabel e a João, escuto-o testemunhar a qualidade da atenção de Isabel com relação a Jesus e Maria, e numerosas páginas do Evangelho surgem a meu espírito. Qualidade do olhar de Jesus sobre o fariseu, a quem Ele visita, sim, porém, mais ainda, qualidade do olhar de Jesus sobre a mulher pecadora, que encontra, de repente, na casa do fariseu e se lança aos pés de Jesus; — reconhecimento de Jesus, por esta Marta que o recebe em sua casa, porém mais ainda, reconhecimento pela irmã de Marta, Maria, sentada a seus pés como boa discípula, escutando-lhe a

Palavra; atenção de Jesus ao sacerdote, ao levita, sim, porém emoção incomparável de Jesus, diante do samaritano, que se fez próximo do homem caído à beira da estrada; preocupação do pai por seus dois filhos, sim, porém procura inquieta e alegria transbordante, quando aquele que, tendo dissipado todos os seus bens, é encontrado; compaixão de Jesus por todos esses homens e mulheres que O seguem, quando entra em Jericó, sim, porém presença indizível de Jesus àquele homenzinho, que corre depressa e sobe a um sicômoro, para vê-Lo passar; qualidade de um dos companheiros de suplício de Jesus, que o leva a reconhecê-lo como inocente, o rei, mas qualidade de visitação de Jesus a este supliciado, que o leva a reconhecer nele um candidato ao reino, naquele mesmo dia.

A Visitação nos convida a abrir os olhos, olhos iluminados pela fé, a olhar com atenção, respeito, amor, as pessoas que encontramos, a reconhecer sua experiência, a contar com a Espírito que nos é dado, para perceber a ação de Deus lá, onde os olhos da carne não vêem senão pobreza, limitação, acontecimentos sem importância. Será em razão de sua profunda experiência de pobreza, que as duas mulheres que a Visitação nos apresenta, testemunham, em palavras e em gestos, esta liberdade interior que lhes permite comunicarem-se mutuamente, maravilhar-se e se alegrarem, com o triunfo da vida em seu próprio seio?

### **3.2. A Visitação convida a reconhecer Deus, operando em nós mesmos e nos outros... a confessar sua misericórdia, sua fidelidade, a recordar seus benefícios, e a engajar-se nas transformações que Ele inicia.**

Segundo o texto de Lucas, Maria responde à confirmação que Isabel, cheia do

Espírito Santo, acaba de fazer-lhe, sobre sua missão, entoando um vibrante hino de louvor a Deus. Chama-O seu Senhor, seu Salvador, e Ela mesma transborda de alegria, de exultação, porque o olhar de Deus se voltou para a pobreza da sua Serva. Não é em razão de seus recursos pessoais, de seus méritos, que o Poderoso realizou nela grandes coisas. A maneira de agir de Deus, diz ela, é precisamente, inclinar-se para a maior vulnerabilidade, a maior pobreza, a maior fraqueza, e intervir precisamente aí, para fazer triunfar o poder, que vem só Dele. Paulo diria que Deus escolheu o “que é louco, no mundo, para confundir os sábios... o que é fraco, no mundo, para confundir os fortes... o que é um aborto, no mundo, e que se despreza, o que nada é, para reduzir a nada aquilo que é” (1Cor 1,27s.). Isabel acaba de saudar como bem-aventurada Aquela que acreditou no cumprimento do que fora dito da parte do Senhor, quando Maria lhe comunica seu Credo: — Maria acredita que o olhar de Deus recai sobre os pequenos, os desprezados da terra, os desconhecidos. Ela acredita que a misericórdia de Deus por aquelas e aquelas que O temem, jamais se extinguirá. Ela crê que a ordem social que experimentamos hoje, não é a última Palavra de Deus e que, quando o homem se manifesta como rei, alguma coisa é fundamentalmente transtornada, aqui na terra: “Ele dispersa os homens de coração soberbo... derruba os poderosos ... eleva os humildes... cumula de bens os famintos, envia os ricos de mãos vazias”. Maria declara, enfim, que Deus não esqueceu seu Povo, não esqueceu a promessa feita a Abrãao e a sua posteridade. Ora, nós já o dissemos sua fé coloca-a verdadeiramente na posteridade de Abrãao.

Inspiradas pelo canto de louvor atribuído por Lucas a Maria, nós todas, objeto, como ela, do olhar de Deus, sobre a nossa pobreza, somos convidadas a fazer nosso seu Credo. Entradas no mistério da morte-

-ressurreição de Jesus, tendo posto nossa fé na Palavra, somos chamadas a reler todos os acontecimentos de nossa história, confessando que "o Todo-Poderoso fez em mim grandes coisas". Na medida em que nos engajamos na linha do Reino, alguma coisa será fundamentalmente transformada em nossa maneira de ver o desenrolar dos acontecimentos, a repartição dos bens da criação, as relações entre os humanos.

Esse Magnificat, que faz parte da Oração oficial há muitos séculos, — já no século VIII Beda, o Venerável, numa homilia, falava na Oração da Tarde as vésperas, — engaja nossa vidas. Quem quer recitá-lo com autenticidade, sentir-se-á convidado a levar a sério as exigências do Reino de Deus. Seria uma estranha maneira de reconhecer Deus, contentar-se em confessá-lo com os lábios, adotando comportamentos opostos aos seus. Maria, no seu Credo, fala de Deus, cuja misericórdia se estende de idade em idade, um Deus que se lembrou de sua promessa em favor de Abraão e de sua posteridade, para sempre. Ela nos ensina a cantar a fidelidade do Senhor, mesmo nos momentos em que nossas experiências imediatas nos levassem a pensar que Ele esquece, abandona mas Ela nos ensina também a recordar, como Israel sabia tão bem fazê-lo, as misericórdias passadas. Como já disse Ball Shem: **"O exílio começa com o esquecimento; a libertação começa com a recordação"**. A Visitação, pois, nos põe a caminho, com o memorial que está no centro da nossa fé, o da Morte-Ressurreição de Jesus. Mas a Eucaristia, que é Memorial, é também encontro, comunhão, presença, visitação.

## CONCLUSÃO

**"Infeliz de mim se eu não evangelizar"**! (1Cor 9,16) era o grito de Paulo, que à luz da Visitação, eu gostaria de retomar, noutras palavras. Infeliz de mim, se minha missão evangelizadora não fizesse de mim uma mulher de Visitação, se no momento de partilhar o que eu pude aprender da mensagem evangélica, eu não me colocasse numa atitude de acolhimento do que me possa transmitir sobre o Evangelho a pessoa que encontro. **"Infeliz de mim se eu esquecesse, nos meus encontros com as pessoas que o Espírito Santo oferece a todos, de maneira que Deus conhece a possibilidade de estar associada ao mistério pascal"** (GS, 22).

Jamais acabamos de pesquisar que forma deve revestir a evangelização, e que atitudes exige, se quer respeitar ao máximo, as pessoas que encontra.

A nós todas, discípulas de Jesus, mulheres religiosas apostólicas, desejo que nos tornemos cada vez mais mulheres de Visitação, mensageiras de alguma coisa do mistério da ternura de Deus, em todos os nossos encontros, por humildes que sejam, e dispostas a acolher o que nos pode ser manifestado dessa mesma ternura, pelas pessoas que encontramos.

Desejo que nunca nos sintamos demasiado pobres, doentes, ignorantes, fracas, desconhecidas, demasiado jovens ou velhas para esse grande mistério da Visitação. Oxalá pensemos e vivamos nossa missão de evangelização, como um mistério de Visitação.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Para muitas congregações, mesmo de direito diocesano, a compreensão da missão exige hoje uma visão de "interacionalidade" da conjuntura. Olhando a realidade de sua província e congregação como você percebe esta percepção mais ampla do real? Você se sente pessoalmente aberta a ser, "missionariamente", "cidadã do mundo"?
2. Uma proposta orante para você: leia com tranquilidade o texto da visitação de Maria no Evangelho de Lucas. Depois retome-o tendo presentes as idéias-chave que a autora apresenta nos números 1 e 2 do texto.
3. A visitação nos convida a reconhecer o outro, a sua experiência, Deus operando em nós mesmos e nos outros a confessar sua misericórdia e a engajar-se nas transformações que Ele inicia. Quais desafios parecem mais difíceis para você e seu grupo concreto para iniciar um verdadeiro processo de visitação?

# EVANGELIZAR O POLÍTICO: UMA MISSÃO DA VIDA RELIGIOSA

Pe. José Lisboa Moreira de Oliveira, SDV  
Vitória da Conquista/BA

**E**stamos em mais um ano de *eleições*. Muitos insistem em afirmar que estas eleições de 1994 são as mais importantes de toda a história da nossa república. É isto por dois motivos significativos. O primeiro é a *hora histórica* que estamos vivendo. Depois de décadas de espera começa-se a “sentir o cheiro” da justiça contra os políticos desonestos. Começamos a perceber a força do povo, capaz de exigir dias melhores para o país. O segundo motivo é, sem dúvida, o *acúmulo* de escolhas importantes numa só eleição. Seremos chamados a escolher de uma só vez o presidente da república, senadores, deputados federais, governadores de estado e deputados estaduais.

A hora é, portanto, muito importante. Precisamos aproveitar do clima existente para não mais votar em certos políticos. O momento atual é favorável. Os fatos de corrupção ainda recentes podem ajudar a criar toda uma reflexão que contribua para a escolha de pessoas mais honestas. Além disso, não podemos desperdiçar esta oportunidade que temos de escolher, ao mesmo tempo, tantos representantes do povo. Um erro nesta hora seria *fatal* para o país.

Diante de todo este quadro como se coloca a vida religiosa? Qual a sua responsabilidade? Certamente ela não pode permanecer *indiferente*, achando que não é sua obrigação contribuir para que o nosso país possa, neste momento, dar novos passos. Na minha opinião, pesa sobre os religiosos e religiosas o grave dever de ser, nesta hora tão delicada, sinal de libertação para um

povo que já não suporta mais o peso da exploração e do engodo.

A conferência de Puebla foi clara em afirmar a necessidade de que as religiosas e os religiosos colaborem na promoção de uma política mais de acordo com os princípios evangélicos. Os consagrados e consagradas, portanto, não devem permanecer alheios ao que acontece no mundo da política, mas, “por sua forma de seguir a Cristo, segundo a função peculiar que lhes compete dentro da missão da Igreja, de acordo com o seu carisma específico, também cooperam na evangelização do político” (P 528).

Parece-me que com relação a esta obrigação de contribuir para a evangelização do político *todos* estamos de acordo. O problema surge no “modus faciendi”, isto é, no modo de, *concretamente*, evangelizar o mundo da política. Aqui, nós religiosos e religiosas, facilmente caímos em dois tipos de tentação. A primeira é aquela de “lavar as mãos”, de “ficar em cima do muro”. Só que o equilíbrio sobre o muro dura pouco e existe sempre o risco de pender para o lado dos poderosos. A segunda tentação é aquela de partirmos para um engajamento mais próximo do povo, sem porém um *discernimento* verdadeiro. Isso leva tantas vezes a uma pedagogia errada que termina em verdadeiro fracasso. A falta de realismo, a ingenuidade, a precipitação, levam tantas vezes a um colapso total das estratégias previstas. E o resultado é, muitas vezes, o desânimo e o retrocesso na caminhada.

Como deve ser então esta nossa participação no processo de evangelização da política? Neste artigo entendo propor uma *metodologia* para tal ação pastoral dos religiosos e religiosas, deixando à criatividade de cada um e de cada uma o dever de completar, melhorar e até mesmo corrigir. Antes, porém, de passar à descrição da referida metodologia, gostaria de apresentar três *pressupostos* fundamentais sem os quais ela não levaria a resultados concretos.

## 1. PRESSUPOSTOS

### 1. A vocação profética da vida religiosa

Este é o primeiro pressuposto. Nenhum método de evangelização do político será realmente autêntico se não tiver como ponto de partida a dimensão profética da vida religiosa. A missão do religioso e da religiosa neste campo terá que ser explicitamente *denúncia* do egoísmo daqueles poucos que, detendo a maior parte dos bens, deixam a grande maioria na mais completa miséria. Não se poderá falar de evangelização do político por parte dos religiosos e das religiosas quando existe conivência com situações de injustiça e exploração dos mais fracos. Não poderá evangelizar o político o religioso ou religiosa que não denuncia todas as situações de injustiça existentes no local onde trabalha.

É claro que esta denúncia se faz antes de tudo com a própria *vida*. Puebla fala de um testemunho “de uma real austeridade de vida, de comunhão com os homens e de intensa relação com Deus” (P 528). Esta vida, segundo Paulo VI, se torna uma pregação eloqüente (EN 69), que Puebla, por sua vez, apresenta como sendo “uma denúncia evangélica daqueles que servem ao dinheiro e ao poder, reservando para si egoisticamente os bens que Deus outorga

ao homem para benefício de toda a comunidade” (P 747).

Sendo algo que brota da vida, esta denúncia tem que incidir concretamente no comportamento daqueles que exploram os mais pobres. Por isso mesmo tal denúncia não pode ser apenas simbólica. Ela tem que ser uma denúncia *sacramental*, feita de gestos e de palavras. Tantas vezes os religiosos terão mesmo que gritar, falar com voz forte, dizer claramente o que está errado. Não bastará, pois, a austeridade de vida, mas será sempre necessário levar “à consciência dos que possuem o poder e os bens o clamor dos que não têm voz, nem representação, nem sabem sequer como fazer-se ouvir.” Os religiosos e as religiosas precisam gritar sem medo que “toda violação dos direitos humanos contradiz o Plano de Deus e é pecado” (SD 164). Isso é muito importante: dizer que toda injustiça e toda exploração do ser humano é *pecado*. A denúncia de tudo aquilo que prejudica os pobres é parte da nossa missão. Também nós “não podemos estar ausentes numa hora na qual não há quem vele por seus interesses” (SD 202).

Além da denúncia, a profecia comporta também o anúncio. Trata-se da apresentação de propostas concretas, de alternativas de vida que possam superar as situações denunciadas. Certamente não cabe a nós religiosos e religiosas apresentar soluções técnicas para os problemas do país. Todavia não devemos esquecer que também nós somos *cidadãos* e *cidadãs* desta nação. E como tais temos a obrigação de assumir a parte que nos toca na elaboração de “uma proposta ética e um projeto político, com suas estratégias, que, iluminados pelos princípios de solidariedade e subsidiariedade, orientem pessoas e instituições no exercício de seus direitos e deveres”.<sup>2</sup> Os religiosos e religiosas, *se quiserem*, podem contribuir eficazmente para isso, pois, na maioria das vezes, são detentores de instrumentos e meios que facilitam

tam tal ação. Basta pensar, por exemplo, nos inúmeros *colégios* que estão em nossas mãos!

## 2. A opção preferencial pelos pobres

Este é o segundo pressuposto para a evangelização do político feita por nós religiosos e religiosas. O exercício da vocação profética abre caminho para isso. O *pobre* terá sempre que ser o *referencial* da nossa atuação como colaboradores da evangelização do mundo da política. Numa situação como a nossa, onde a corrupção chega a desviar para o bolso de poucos cerca de 64% das verbas da União, temos que tomar claramente o partido dos pobres. Neste serviço à política, mais do que em qualquer outra situação, temos que “assumir com decisão renovada a evangélica opção preferencial pelos pobres” (SD 180). O objetivo de toda a nossa ação terá que ser sempre a libertação do pobre.

Precisamos entender bem o *universalismo* cristão. É verdade que Jesus veio para todos, mas Ele quis atingir toda a humanidade a partir da evangelização dos pobres.<sup>3</sup> A partir dos pobres, dos marginalizados da sua época, Jesus atinge os demais. Jesus não toma a defesa dos ricos, mas dos pobres. E quando acolhe um rico leva-o a partilhar os seus bens com os pobres; a devolver aquilo que tinha roubado dos pobres (cf. Lc 19,1-10).

Seguindo este princípio, o religioso ou a religiosa que se compromete com a evangelização do político terá que colocar-se, sem meios termos, do lado dos pobres. Sua preocupação será aquela de defender as “massas sobrantes” da ganância dos que querem ficar cada vez mais ricos às custas de dolorosos sacrifícios dos mais pobres. Certos de que a “parcialidade” da opção pelos pobres “é condição para que o Reino de Deus seja de fato universal”,<sup>4</sup> nós religiosos e religiosas devemos assumir esta causa com muita coragem. Sem a opção

preferencial pelos pobres a nossa evangelização do político seria uma farsa. Com muita facilidade cairíamos nas armadilhas dos espertos que não querem nenhuma mudança da situação, uma vez que estão tirando proveito dela.

João Paulo II, repetindo o ensinamento de Leão XIII na *Rerum Novarum*, foi categórico em afirmar que “a classe dos ricos, forte por si mesma, tem menos necessidade de defesa pública” (CA 10). Segundo o papa, os indivíduos “quanto mais indefesos aparecem numa sociedade, tanto mais necessitam da atenção e do cuidado dos outros e, particularmente da intervenção da autoridade pública” (*ib.*). Isto mostra como a nossa ação na evangelização do político deve ser voltada para a instituição de um poder público que defenda os direitos dos pobres. A experiência *testemunhal* dos religiosos e religiosas deve ser tal — afirma ainda João Paulo II — que nela “os pobres e os mais esquecidos sintam a proximidade da solidariedade fraterna; os marginalizados e abandonados experimentem o clamor de Cristo; os sem-voz se sintam escutados e os tratados injustamente encontrem defesa e ajuda”.<sup>5</sup>

## 3. A evangelização do político como fidelidade ao voto de pobreza

A evangelização do político, nos termos da vocação profética e da opção preferencial pelos pobres, é para nós religiosos e religiosas uma consequência do nosso voto de pobreza. Defender os pobres, contribuir para a libertação dos mesmos, para nós religiosos e religiosas *não é facultativo*. É uma *obrigação* que decorre do nosso voto de pobreza. O clamor dos pobres deve encontrar *eco* em nossa consciência e existência. E em razão do voto de pobreza. Paulo VI já dizia isto há mais de duas décadas. Relacionando o “clamor do pobres” com o voto de pobreza, este papa afirmava: “Ele deve, antes de mais nada,

impedir-vos aquilo que pudesse ser um compromisso com qualquer forma de injustiça social. Ele obriga-vos, por outro lado, a despertar as consciências para o drama da miséria e para as exigências de justiça social do Evangelho e da Igreja” (ET 18).

Denunciar e anunciar, optar pelo pobre, assumindo claramente a sua defesa, são atitudes que fazem parte da essência da vida religiosa, enquanto exigências do voto de pobreza. Não dá, pois, para imaginar um religioso ou religiosa que pretendesse evangelizar o político sem levar a sério tais exigências. Aqui tocamos o âmago da nossa reflexão, pois tomamos consciência do *desafio* que isto nos coloca, uma vez que, neste trabalho de evangelização do político, não é possível nenhuma *indiferença* ou *neutralidade*. Ou se está inequivocamente do lado dos pobres ou se está contra eles. Não é possível uma terceira opção. A desculpa da universalidade da Boa-Nova de Jesus não serve para justificar a inércia, a diplomacia, a atitude de ficar “em cima do muro”. Isto porque tal universalidade passa necessariamente pela “porta” da opção pelos pobres.<sup>6</sup> Esta última é um critério fundamental “por onde tem que passar a universalidade para ser evangélica”.<sup>7</sup>

Acredito que nós, religiosos e religiosas, não fomos preparados para assumir a evangelização do político como *conseqüência* da fidelidade ao voto de pobreza. Vemos a pobreza apenas como sendo a austeridade e a dependência dos superiores. Porém, como já afirmou o Vaticano II, isso *não basta* (PC 13). É preciso que tal pobreza, atenta às exigências do Evangelho, seja também compromisso com a promoção da justiça social (ET 16). Uma resposta concreta ao chamado divino que se manifesta também através dos apelos dramáticos das massas e indivíduos que vivem na mais completa miséria (ET 17). E porque ainda não assumimos este serviço

ao pobre como parte *essencial* da nossa consagração na pobreza, torna-se necessário *preparar* os religiosos e religiosas para isso.<sup>8</sup>

## 2. METODOLOGIA PARA A EVANGELIZAÇÃO DO POLÍTICO

Vistos estes três pressupostos podemos agora passar à análise da *metodologia* para a evangelização do político por parte de nós religiosos e religiosas. No meu modo de ver as coisas, penso que os elementos que agora serão descritos são *passos progressivos*. Isto significa que um não pode acontecer sem o outro. O segundo só acontecerá depois do primeiro. O terceiro depois do segundo e assim por diante. É uma visão pessoal, baseada na experiência. Mas não é dogma. Por isso cada um tem o direito e o dever de inverter a ordem e até mesmo de modificar ou inventar novos passos. O importante é que no final de tudo possamos dar a nossa contribuição concreta para evangelização do político.

### 1. Conscientização política

Este é, ao meu ver, o primeiro passo. É praticamente impossível pretender qualquer êxito neste campo enquanto tivermos um povo incapaz de um correto *discernimento político*. Nunca iremos atingir uma transformação da realidade social com um povo que ainda se vende por qualquer coisa. O desafio aqui é grande, mas não temos outra escolha. Ou começamos por isso, ou todo o nosso trabalho fracassará. E o desafio aqui é grande por *três motivos*. Primeiro porque a realidade da *fome* e da *miséria* é dramática. E, diante do desespero, as pessoas são capazes de tudo; até mesmo de vender o voto por um-quilo de alimento. O segundo motivo é a questão da *educação*. Somente um povo que tem acesso a uma boa educação pode ser um povo

livre. O terceiro motivo é a *lentidão* do próprio ser humano. Este, para chegar a uma consciência crítica, leva muito tempo. Sobretudo quando já vive calejado pela resignação e pelo conformismo.

Temos, pois, de vencer o desafio e realizar este trabalho de conscientização política. É preciso evitar toda precipitação e toda falta de paciência, pois não existe outro caminho. Pular esta etapa é como “dar murro em ponta de faca”! E talvez aqui resida o fracasso de tantas tentativas de evangelização do político por parte da Igreja e, sobretudo, por parte de certas comunidades religiosas. A pressa, a ingenuidade, a falta de realismo levaram os evangelizadores a pretender do povo passos para os quais ele ainda não estava preparado. E o povo não foi capaz de avançar porque não era ainda um povo conscientizado politicamente.

Certamente não faltam aqueles que afirmam ser a conscientização política um trabalho dos cristãos leigos. Por isso os religiosos e as religiosas não deveriam se envolver com isso. Tal afirmação é falsa se levamos em consideração que os religiosos e as religiosas são também cidadãos e cidadãs de uma nação. E enquanto tais devem também participar *ativamente* da vida política do país. De fato, afirma um documento da Santa Sé endereçado aos religiosos e às religiosas, a política, entendida “como organização dinâmica de toda uma vida social”, constitui-se num “dever de participação humana, responsável e ativa”. Por isso mesmo ela deve ser exercida “por todos os cidadãos”. Dentro desta visão a atuação política dos religiosos e das religiosas “se reveste de um significado profundo de estímulo e de compromisso com aquelas transformações culturais e sociais que contribuem para a promoção humana”.<sup>9</sup> A conscientização política, entendida como preparação, educação e formação do povo para a busca do bem-comum e da justiça, faz parte da evangeliza-

ção do político (SD 99). E nós religiosos e religiosas temos o dever de assumi-la como parte da nossa missão.

A Igreja tem o dever de “cuidar da educação civil e política, hoje muito necessária tanto para o povo como sobretudo para a juventude, a fim de que todos os cidadãos possam desempenhar o seu papel na vida da comunidade política” (GS 75). Ela deve estimular a participação de *todos* nas iniciativas comunitárias e na vida pública (GS 31). Penso que ao insistir na participação de todos os cidadãos e cidadãs, o concílio não tenha tido a intenção de excluir os religiosos e as religiosas. Neste serviço de evangelização do político ninguém pode ficar de fora. Cada cristão, a partir do chamado recebido do Senhor, deve contribuir concretamente para a promoção de “atividades destinadas ao serviço de todos, sobretudo dos indigentes...” (GS 42). Portanto erram todos aqueles cristãos, também os religiosos, que julgam “poderem negligenciar os seus deveres terrestres, sem perceberem que estão mais obrigados a cumprí-los, por causa da própria fé, de acordo com a vocação à qual cada um foi chamado” (GS 43).

Nós, religiosos e religiosas, dispomos de um *forte potencial* para realizar este trabalho de conscientização política. Bastaria pensar nas inúmeras escolas que estão em nossas mãos! É claro que isto tem um preço e iria exigir muitas mudanças. Até mesmo no nosso estilo de vida. Conscientizar incomoda aos privilegiados. Muitos pais não iriam gostar de saber que os seus filhos estão sendo conscientizados politicamente. Tudo, porém, é uma questão de fé.

Insisto na questão das escolas mantidas por religiosos e por religiosas, pois é triste saber que muitos dos que hoje exploram o povo passaram por tais escolas. É lamentável saber que a maioria absoluta dos jovens que passaram por nossas escolas não aprendeu “a contribuir para a trans-

formação cristã do mundo” e para “o bem de toda a sociedade” (GE 2).

## 2. Conhecimento dos candidatos

Dado o primeiro passo, torna-se indispensável passar ao segundo. Trata-se de conhecer os candidatos políticos que se apresentam em época de eleição. Aqui a atuação dos religiosos e religiosas é não só importante mas também *necessária*. Isto porque o nosso povo pobre e explorado não dispõe de meios, de mecanismos para isso. Não dispõe sobretudo do *espírito crítico* capaz de levá-lo a perceber claramente, objetivamente, quem é quem.

A tarefa dos religiosos e religiosas, neste caso, é de, com o povo, ir descobrindo o *verdadeiro perfil* de tais candidatos. Tantas vezes o próprio povo já possui todas as informações necessárias para isto. Precisa apenas de um *olhar crítico* capaz de despertá-lo para a realidade; de ajudá-lo a identificar quem realmente poderá servi-lo. Por isso mesmo tal análise não poderá ser *medrosa*. Deve-se ter a coragem de “colocar o dedo na ferida”! Nesta ocasião não devemos ter medo de guiar o povo. A figura do *condutor* é indispensável para a verdadeira libertação de um povo. E quase sempre este líder tem que ser uma pessoa religiosa que, a partir da fé no Deus Libertador, leve a comunidade a dar passos firmes na direção da “terra prometida”. A experiência do êxodo bíblico e das lutas populares são a prova mais concreta desta realidade. Estudos sérios, feitos em nossos dias, começam a mostrar a importância da *espiritualidade* de certos líderes carismáticos na condução de lutas populares. Hoje começa-se a perceber com mais clareza a importância da religião na concretização de movimentos que denunciaram a injustiça e que realizaram projetos alternativos, visando a criação de condições mais dignas para a vida humana.<sup>10</sup>

Neste passo, pois, não devemos ter medo de tomar as rédeas, de conduzir para

a libertação. Nada de ingenuidade, de pensar que o povo é capaz. Devemos ter medo de *manipular* o povo. Isso sim! Mas não de conduzi-lo, orientá-lo, ajudá-lo. A Santa Sé inclusive nos incentiva nesta direção. De fato afirma que, numa situação de *emergência*, nós religiosos e religiosas devemos ter uma “participação ativa na política”.<sup>11</sup> O documento afirma que isto é uma *exceção* e que tudo deve ser feito com a aprovação da hierarquia. Mas existe tal possibilidade. E pelo contexto da afirmação dá para entender que esta “participação ativa” significa uma atuação mais *direta* como esta e outras que ainda vou apontar.

Penso que a situação do nosso país é de emergência. O que ainda seria pior do que aquilo que está acontecendo? Isto, pois, justifica a nossa atuação mais concreta na evangelização do político. Percebendo a existência concreta de cada pessoa humana como “livro aberto de meditação”, os religiosos e as religiosas são provocados, interpelados e obrigados a *rever* a própria vida e o próprio compromisso para dar respostas esperançosas aos que hoje vivem jogados na sargeta e excluídos de qualquer participação naquilo que é indispensável a uma vida digna.<sup>12</sup>

De maneira profética, no ano passado, os nossos bispos, reunidos em Itaici, afirmavam que “a recuperação da política passa pela formação e pela moralização dos políticos”.<sup>13</sup> Penso que não seja possível esta formação e moralização sem uma seleção que é fruto de um trabalho profundo de conhecimento dos candidatos. E nesta luta nós religiosos e religiosas não podemos ficar indiferentes. Temos também que contribuir para este processo de moralização. Precisamos ser co-responsáveis e participarmos deste momento de “discernimento sapiencial”, buscando o que é mais justo para *toda* a comunidade e não o que nos satisfaz egoisticamente.<sup>14</sup>

### 3. Escolha de candidatos

O trabalho de conhecimento dos candidatos a cargos políticos não pode permanecer abstrato, mas deve levar as pessoas a uma opção bem concreta. Elas deverão ser capazes de escolher os seus candidatos. Por isso mesmo os dois primeiros passos (a conscientização política e o conhecimento dos candidatos) deverão ser feitos de tal modo que levem *necessariamente* a esta escolha. E aqui, mais uma vez, aparece a missão da vida religiosa. Sendo profética ela terá claramente que *apontar* para o povo quais os candidatos que merecem ser votados e quais aqueles que não podem receber a confiança da comunidade.

Aqui é preciso muito *discernimento*, mas também muita *coragem*! Quase sempre aceita-se os dois passos anteriores. Mas na hora de definir, de optar, costumamos “ficar em cima do muro”. A situação atual do país permite vacilações. Precisamos ser bem claros. Indicar, sem medo e falsos pudores, nomes de pessoas que podem dar outro rumo aos destinos da nação. Se nós não fizermos isto outros mais espertos o farão. Nossa missão de religiosos e de religiosas é de ajudar “todos os membros da Igreja para o cumprimento dedicado dos deveres impostos pela vocação cristã” (LG 44). Esta ajuda, tantas vezes, terá que ser dada através da profecia, denunciando “todo projeto histórico que, apartando-se do plano divino, não faça crescer o homem em sua dignidade de filho de Deus” (P 748). E, na evangelização do político, uma das formas concretas de se exercer a profecia é falando claramente para o povo a verdade, pois só a verdade liberta e salva (Jo 8,32). Falar a verdade implica necessariamente ter que dizer quem pode e quem não deveria receber nenhum voto. É claro que temos que dar as razões e os motivos. Mas não é possível outra alternativa. A não ser que não sejamos partidários da verdade.

Faz parte deste passo a definição política do religioso e da religiosa. Diante das pessoas, enquanto cidadão ou cidadã, o religioso ou a religiosa terá que manifestar publicamente a sua opção política. Terá de *dizer claramente* em quem ele ou ela vota. Isto é muito importante para animar e encorajar as pessoas. É claro que esta manifestação tem o seu lugar certo. Um dos lugares impróprios para isto é a liturgia. Existem, porém, tantas outras formas de se dizer e se revelar a própria opção: encontros, reuniões, debates nos quais os religiosos ou religiosas são chamados a tomar parte. O que importa é acabar com uma certa hipocrisia que tantas vezes nos impede de assumir, como religiosos e religiosas cidadãos e cidadãs do país, uma postura política diante do povo. Temos uma missão profética e o povo, tantas vezes, espera de nós uma palavra de clareza que possa iluminá-lo.

É claro que este posicionamento político terá de acontecer dentro do máximo respeito pelas pessoas. Não se pode aceitar como cristão aquilo que é fruto de imposição. É preciso evitar certos tipos de *extremismos* que, inclusive metodologicamente, nunca levaram a nada. É preciso *radicalidade* sem radicalismo. Não podemos esquecer que o diálogo, o justo respeito pela opinião dos outros foram grandes conquistas aprovadas também pelo Concílio Vaticano II. No exercício desta sua missão a vida religiosa terá que admitir “toda diversidade legítima” (GS 92). Deve reconhecer “as opiniões legítimas, mas discordantes entre si, sobre a organização da realidade temporal” e respeitar “os cidadãos, também associados, que as defendem honestamente” (GS 75). Todo religioso ou religiosa deverá posicionar-se claramente, mas sem nenhuma pretensão de ser o dono da verdade. Terá o direito de “emitir juízo moral, também sobre as realidades que dizem respeito à ordem política” (GS 76) e portanto sobre a idoneidade

dos candidatos. Mas isto sem cair no “dogmatismo” que poderá inclusive prejudicar o próprio processo de moralização das funções públicas.

Neste processo de escolha de candidatos para, inclusive, indicá-los ao povo, é muito importante levar em consideração um elemento bem realista. Não existe nenhum candidato *cem por cento puro*. É necessário considerar bem este aspecto para evitarmos o risco da *indecisão* que leva sempre a escolhas de última hora e, por isso mesmo, perigosas. É preciso, pois, com bastante *realismo* pensar em pessoas concretas dentre os candidatos existentes, que mais se aproximam dos princípios éticos pelos quais somos chamados a lutar. Tais pessoas não precisam ser necessariamente católicas ou cristãs. Basta que respondam e correspondam àquilo que, como cristãos, temos que defender. Basta que tais candidatos sejam pessoas com “sede de verdadeira paz” (GS 90).

Por ocasião da eleição dos constituintes, em 1986, a CNBB fixou claramente os parâmetros para a escolha dos políticos. Tais orientações continuam válidas até hoje: “Para merecer a confiança do eleitor cristão, não bastam um discurso religioso e uma retórica democrática e popular. É necessário o testemunho de vida coerente com os valores cristãos ou com os valores humanos fundamentais implícitos na mensagem cristã. Requer-se, ainda, uma ética e uma prática social e política comprometidas concretamente com a luta pela justiça e com a causa dos marginalizados, empobrecidos e oprimidos, excluídas posições ideológicas incompatíveis com a fé cristã”.<sup>15</sup> Isso confirma a importância do passo anterior no que diz respeito ao conhecimento dos candidatos.

#### 4. Preparação de candidatos

Na declaração apenas citada, a CNBB afirma que “é de suma importância que

cristãos vocacionados para a ação política se apresentem como candidatos”. Insiste também para que os demais membros da comunidade *apoiem* “eficazmente os irmãos e irmãs que, por coerência com sua vocação, se dispuseram a entrar na ação político-partidária”.<sup>16</sup>

Acredito que aqui está uma das formas concretas de evangelização do político por parte da vida religiosa. Trata-se de preparar, através da sua atuação apostólica, homens e mulheres honestos que possam assumir como seu engajamento cristão concreto a ação política. Nós sabemos que a vida religiosa, por si mesma, é articuladora de *protagonismo*. Santo Domingo insistiu tanto para que os leigos fossem “protagonistas da nova evangelização, da promoção humana e da cultura cristã” (SD 97). Penso, pois, que a preparação destes protagonistas no campo político poderia ser um excelente serviço prestado pela vida religiosa.

Aqui, como nos passos anteriores, o potencial em mãos dos religiosos e da religiosas é enorme. Muitas são as obras sociais, as escolas, as universidades em nossas mãos. Estes são lugares que deveriam contribuir “para promover os valores que devem inspirar a política, interpretando em cada nação as aspirações de seus povos, especialmente os anseios daqueles que uma sociedade tenda a marginalizar” (P 522). É doloroso, por vezes, saber que certos políticos corruptos estudaram por muitos anos em instituições pertencentes a religiosos ou religiosas. Temos ainda em nossas mãos tantos grupos, comunidades, que podem ser verdadeiras escolas de formação de bons políticos. Através de tudo isto e de tantas outras iniciativas podemos contribuir concretamente para a preparação de bons políticos que busquem acima de tudo a promoção da justiça e o bem de todas as pessoas humanas.<sup>17</sup>

Também neste campo precisamos vencer uma certa ingenuidade que tantas ve-

a  
-  
c  
n  
e  
o  
o

zes nos leva a crer numa “geração espontânea” de bons políticos. Se queremos pessoas mais honestas e sérias temos que prepará-las; temos que “criá-las” com um esforço conjugado de forças e de métodos bem práticos. Infelizmente, quase sempre, a nossa reação, como Igreja, diante da corrupção dos políticos, é somente de denúncia vazia. Falamos e depois fica por isso mesmo. Sabemos, porém, que a formação de uma nova consciência ética “não se promove apenas com apelos para novas atitudes, comportamentos e práticas éticas em nível pessoal e social. Mas é indispensável agir concretamente, possibilitando assim um protagonismo real de autênticos leigos cristãos “que atuem na sociedade como fermento evangélico de novas práticas éticas nas várias áreas: na economia como na política; na cultura como na educação; no âmbito da vida pessoal, familiar e profissional”.<sup>18</sup>

Este protagonismo real de autênticos leigos cristãos na política é um sonho que ainda não se tornou realidade. Devido a uma certa visão maniqueísta os cristãos ainda encaram a política como uma *coisa suja* com a qual não devem se misturar. Com isso terminam deixando o espaço para os aproveitadores e corruptos. Penso que a vida religiosa deveria atuar antes de tudo para recuperar a dimensão positiva da política. Deveria ser feita uma verdadeira e própria *catequese* para salientar com *ênfase* a obrigação dos cristãos de atuar concretamente na política. Esta catequese deveria mostrar claramente que tal atuação política “abarca um vasto campo, desde a ação de votar, passando pela militância e liderança em algum partido político, até o exercício de cargos públicos em diversos níveis” (P 791).

Precisamos, pois, com urgência, despertar todos os cristãos para “o direito e dever de participar da política, embora em diversidade e complementariedade de formas, níveis, funções e responsabilidades”,

como afirma João Paulo II. E isto vale também para os religiosos e as religiosas. Por isso mesmo “as acusações de arrivismo, idolatria de poder, egoísmo e corrupção que muitas vezes são dirigidas aos homens de governo, do parlamento, da classe dominante ou partido político, bem como a opinião muito difundida de que a política é um lugar de necessário perigo moral, não justificam minimamente nem o ceticismo nem o absentismo dos cristãos pela coisa pública”.<sup>19</sup>

## 5. Acompanhar e fiscalizar os políticos

Nós sabemos que todos os atos de corrupção cometidos pelos políticos existem e se alastram porque eles não são fiscalizados. Após as eleições eles são deixados à vontade. Os eleitores, mesmo os mais conscientes, não se preocupam de acompanhar de perto a atuação do seu candidato. Acontece quase sempre que, no final de uma legislatura, tais candidatos voltam a se apresentar para a re-eleição e recebem novamente os votos dos seus eleitores, sem que estes últimos tenham feito qualquer tipo de sindicância para saber se, na verdade, foram honestos.

Vejo, pois, como indispensável a realização de um trabalho de fiscalização dos políticos em todos os níveis. Temos de ser realistas! O nosso povo ainda não está preparado para assumir sozinho esta função. Toca, portanto, a nós religiosos e religiosas a missão de ajudá-lo nesta ação tão importante. E novamente podemos perceber como isto seria fácil para nós. Bastaria termos vontade de querer ajudar o povo. Os meios à nossa disposição são tantos. A partir das instituições que temos, dos campos onde atuamos, seria fácil formar grupos ou comissões para acompanhar bem de perto a atuação dos políticos em todos os níveis. Não seria também difícil *mobilizar* o povo para cobrar dos candida-

tos eleitos o respeito pela pessoa humana e o cumprimento das promessas feitas durante a campanha eleitoral.

Todos nós sabemos que a fiscalização e a cobrança é um direito e uma obrigação de todo cidadão ou cidadã. Mas nós — também os cristãos — não temos consciência disso. Vale, pois, repetir aqui o que afirmaram os nossos bispos por ocasião da eleição dos constituintes em 1986: “Será preciso verificar se os eleitos estão sendo fiéis aos compromissos assumidos e coerentes com as opções dos que os elegeram. Será indispensável acompanhar, fiscalizar, oferecer novas contribuições e até mesmo pressionar” para que os políticos “exercem seus mandatos como verdadeiro serviço ao bem comum, e sintam que estão sendo seguidos, apoiados, questionados ou criticados pelo povo”.<sup>20</sup>

Como podemos perceber, os nossos bispos falam até mesmo da necessidade de *pressionar* os políticos. É, sem dúvida, uma ação indispensável também em nossos dias, sobretudo tendo presente todo o clima de corrupção. Mas também aqui temos de ser realistas! O ato de pressionar, cobrar, questionar, criticar, comporta sempre a *perseguição*. Por isso mesmo o povo pobre tantas vezes tem que ficar calado. Não porque não queira e não sinta o desejo de pressionar, mas porque sabe que terá de pagar amargamente por tal atitude. Temos conhecimento de como agem muitos políticos quando são pressionados ou criticados. Sobretudo nas pequenas cidades do interior onde eles controlam tudo. E quando um pai ou mãe de família tivesse que se posicionar criticamente diante de um político deste tipo teria que pensar muitas vezes. E, em muitos casos, por uma questão de *sobrevivência*, terá que ficar calado.

Diante de uma situação como esta entra, ao meu ver, a ação dos religiosos e religiosas. Teremos que emprestar nossa voz aos sem-voz para que eles sejam escu-

tados (SD 85). Somos obrigados a assumir as dores do nosso povo, pressionando, denunciando, cobrando e criticando. Falaremos e agiremos em nome do povo; em nome dos que são obrigados a calar. Exercitaremos assim a nossa *missão profética*, ficando claro deste modo que a nossa participação e a nossa atitude não são escolhas ideológicas, mas verdadeiro serviço ao Evangelho. De fato, devido a este caráter profético da vida religiosa, somos obrigados a assumir e a aliviar o peso das situações dos que vivem na mais completa marginalização.<sup>21</sup> Somos chamados a assumir postos de vanguarda e de arriscar a nossa vida (EN 69), não excluindo nem mesmo a possibilidade do *martírio*, “anúncio solene e compromisso missionário *usque ad sanguinem*, a fim de que o esplendor da verdade moral não seja ofuscado nos costumes e na mentalidade das pessoas e da sociedade”.<sup>22</sup> Esta atitude, que nos leva à *solidariedade* com os que são obrigados a calar diante dos políticos corruptos, é um modo concreto de permitir que o clamor dos pobres encontre *eco* em nossa existência (ET 18). Por isso defendo o princípio de que nós religiosos e religiosas não devemos nos candidatar a nada e nem nos filiar a nenhum partido político. Isto para sermos totalmente livres e podermos ser sempre *memória profética* diante de qualquer situação, pessoa ou partido político.

A dimensão *martirial*, da qual falamos acima, acena para o valor do voto de *castidade*. Além de tantos outros aspectos ele nos coloca em condições de assumirmos com radicalidade a profecia. Sendo livres podemos abraçar, sem medo, este serviço em favor do povo. A “solidão” nos faz *solidários* até, se preciso for, ao derramamento do sangue. Deste modo a nossa castidade ganha uma dimensão profética com repercussões até mesmo no campo da política.<sup>23</sup> Com isso a vida religiosa passa a ter um significado mais profundo para o povo.

## 6. O testemunho

Certamente toda esta ação dos religiosos e religiosas, em favor da evangelização do político, não teria nenhuma incidência sobre a sociedade, se ela não fosse acompanhada pela coerência e pelo testemunho de vida. Este testemunho terá de ser não apenas pessoal, mas também *comunitário*. Não basta o exemplo e a fidelidade das pessoas. É preciso que as comunidades religiosas e as próprias congregações estejam atentas para isso. E ao colocar este aspecto como último ponto da metodologia para a evangelização do político, entendo afirmar a máxima importância do mesmo. O testemunho, a coerência, a fidelidade dos consagrados e consagradas deve ser uma constante nas demais etapas. Sem esse testemunho todo o esforço para evangelizar o político pode perder-se no vazio.

O primeiro aspecto deste testemunho diz respeito à necessidade de que o religioso ou a religiosa permaneça fiel à sua *identidade* quando evangeliza o político. Não podemos negar outros elementos essenciais da nossa consagração quando atuamos no campo político. Isto seria esvaziar a força profética da nossa ação. Temos de nos apresentar sempre como cidadãos e cidadãs que acreditam e que abraçam valores perenes e dos quais não queremos abrir mão. O ceder diante das propostas de certas ideologias faz o religioso ou religiosa perder a credibilidade diante do povo. A diluição da própria identidade é motivo de desânimo para os que esperam de nós uma postura coerente, radical e fiel aos princípios evangélicos.

Convém lembrar que esta exigência vale para todos os religiosos e religiosas. Digo isto para que se evite a tentação de aplicar logo este princípio aos religiosos e religiosas que, por acaso, tenham se aproximado, de forma exagerada, das ideologias esquerdistas e com isso tenham perdi-

do a própria identidade. Há também os que perdem a sua identidade profética e escandalizam o povo ficando do lado dos poderosos, procurando tirar proveito desta situação. Os que se omitem, calam, “ficam em cima do muro”, também negam valores essenciais da vida religiosa. Para todos, sem exceção, vale a afirmação de que todo serviço de promoção humana não seria autêntico “se tivesse que renunciar, mesmo somente em parte, às características da vida religiosa e à índole própria de cada instituto”.<sup>24</sup>

Um segundo elemento deste testemunho diz respeito às *relações humanas* vividas entre os membros da comunidade religiosa. Não nos é permitido exigir dos políticos o respeito pela dignidade da pessoa humana se entre nós há desrespeito, exploração e atitudes que ferem a nobreza do valor das pessoas. Não podemos exigir democracia para o nosso país se as relações entre nós são ainda revestidas de autoritarismo; se “são ainda relações verticais, isto é, de cima para baixo, marcadas pela sede de domínio, de poder e de manipulação”.<sup>25</sup> Não é possível exigir transparência, limpeza e a honestidade dos políticos se, tantas vezes, ainda fazemos uso de certas artimanhas e de certos meios que não são totalmente lícitos e honestos. O povo é bastante inteligente para perceber certas coisas. E quando não procuramos agir com uma certa *lisura* terminamos perdendo a credibilidade e não sendo mais sinal. Aqui neste nível o testemunho comunitário é *essencial*.

Um terceiro aspecto deste testemunho toca a questão da *pobreza* concreta. Num país de riquezas ilícitas, de desvios de verbas, de milhões de famintos, de gente querendo levar vantagem em tudo, pode evangelizar o político somente quem dá testemunho de “uma real austeridade de vida” (P 528). Austeridade, porém, que não é apenas privação de bens, mas *partilha* (P 747) realizada entre os membros da comu-

nidade religiosa e com os pobres. A este respeito o papa Paulo VI já afirmava em 1971 a necessidade de rever as nossas obras, fazer um uso limitado dos bens, para darmos provas também *externas* da austeridade da nossa pobreza (ET 18). Significativo foi também o recente apelo de Santo Domingo aos religiosos e religiosas que atuam na área da educação, a fim de que, neste campo, revertam suas obras mais a favor dos marginalizados, lembrando que opção preferencial pelos pobres exige também isso (SD 275).

Enfim um quarto elemento do testemunho seria a busca da *comunhão*. Na evangelização do político temos que ser profetas. Tantas vezes seremos obrigados a gritar, denunciar. Não nos será permitido calar. Todavia o grito profético deverá permanecer sempre aberto ao *diálogo* e ao *perdão*, pois estes dois últimos elementos são partes integrantes da mensagem evangélica. Certamente diálogo e perdão não devem nunca significar conivência com o pecado e a injustiça. Porém não devem ser excluídos da nossa metodologia.

Às vezes, o verdadeiro serviço ao Evangelho e em favor da promoção humana “requer que se coloque ao centro de toda preocupação a comunhão que deverá ser construída com paciência e perseverança, procurando a verdade na caridade”.<sup>26</sup> Não tenho dúvida de que, em certas ocasiões, seremos mais úteis à reconstrução da sociedade se tivermos a coragem de nos distanciarmos de certos radicalismos para sermos instrumentos de pacificação e de comunhão.<sup>27</sup> A própria história política do Brasil tem mostrado como, muitas vezes, deixamos de construir algo novo devido a intransigência de certos partidos políticos e de pessoas que, excluindo toda forma de diálogo ou coligação, abriram caminhos e facilitaram as coisas somente para os gananciosos e exploradores do povo. A nível mundial temos o recente caso do diálogo entre israelenses e palestinos. Parece que

enfim se convenceram de que os anos de radicalismo de ambas as partes não serviram para nada. Que a única estrada capaz de levar a uma verdadeira paz é aquela do diálogo e do entendimento.

## CONCLUSÃO

Aqui estão, pois, algumas propostas para trabalharmos mais concretamente neste ano político tão importante para o nosso país. Cabe, portanto, a cada religioso ou religiosa, a cada comunidade ou congregação encontrar o melhor modo possível para ajudar o povo a retomar a esperança e a buscar novas alternativas para sair da crise que atravessamos. Este artigo quer ser apenas um simples instrumento. Mais do que dogmatizar princípios ele quer suscitar o interesse pela questão por parte dos religiosos e das religiosas.

Temos consciência de que a Vida Religiosa atravessa um momento difícil também em nosso país. Notamos muitos sinais de cansaço, de desânimo e de indiferença. Dentro deste clima, “são muitos os que sonham com as cebolas do Egito, com a volta à grande disciplina. São muitos os que sonham com as respostas prontas e com a segurança que oferece a lei dura e implacável, às custas, é claro, do holocausto do desejo, do novo, do que emerge da vida”.<sup>28</sup> Esta atmosfera de recuo afeta sobretudo o trabalho de evangelização do político. Isto devido às constantes decepções diante dos recentes episódios da vida nacional.

A vida religiosa, porém, é essencialmente um ato de fé. E como tal não pode deixar-se ofuscar por toda esta situação. Precisamos, pois, alimentar a nossa esperança e confiança na presença da Santíssima Trindade no meio de nós, a fim de irmos “exorcizando nossos comuns medos de fracasso, medos de perder o rumo, medos de romper ou ser mortos”.<sup>29</sup> Só assim podemos “participar da criação de

um mundo mais parecido com a Trindade<sup>30</sup> também no campo político. Que este

artigo possa ajudar neste desejo. Foi a minha intenção e são os meus votos!

## NOTAS

1. M. DE CARVALHO AZEVEDO, *Os religiosos, vocação e missão*. Um enfoque exigente e atual, CRB, Rio de Janeiro, 1982, pág. 48.
2. CNBB, *Ética: Pessoa e Sociedade*, São Paulo, 1993, nº 129.
3. Cfr. Lc 4,18-19; 7,18-23.
4. C. PALÁCIO, "Uma cristologia-suspeita? (Alguns pressupostos para um debate teológico)", in *Perspectiva Teológica* 25(1993) 193.
5. JOÃO PAULO II, "Homilia na Catedral de Santo Domingo", 10 de outubro de 1992, nº 08, citado em *Conclusões de Santo Domingo*, nº 85.
6. C. PALÁCIO, *Reinterpretar a Vida Religiosa*, São Paulo, 1991, pág. 70.
7. ID., "Uma cristologia...?", pág. 193.
8. Cf. A. TORÍO, *O clamor do Espírito em Puebla*. Reflexão sobre a vida consagrada na América Latina, São Paulo, 1981, págs. 87-91.
9. CONG. PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA, *Optiones Evangelicae*, 12 de agosto de 1980, no 12a. Este documento é também conhecido com o título de *Religiosos e Promoção Humana*.
10. Cf. A. OTTEN, "Só Deus é grande". Mensagem religiosa de Antonio Conselheiro, São Paulo, 1990, págs. 83-91.
11. *Optiones Evangelicae*, nº 12, Parágrafo 5.

12. Cf. *ibid.*, nn. 14-15.
13. CNBB, *Ética: Pessoa e Sociedade*, nº 137.
14. Cf. ID., *Exigências éticas da ordem democrática*, São Paulo, 1989, nº 41.
15. CNBB, *Por uma nova ordem constitucional*. Declaração pastoral, São Paulo, 1986, nº 29.
16. *Ibid.*, nn. 33-34.
17. Cf. *Optiones Evangelicae*, nº 12, Parágrafo 2.
18. CNBB, *Ética: Pessoa e Sociedade*, nº 179.
19. JOÃO PAULO II, *Christifideles laici*, nº 42.
20. CNBB, *Por uma nova ordem constitucional*, nº 37.
21. Cf. *Optiones Evangelicae*, nn. 4 e 11.
22. JOÃO PAULO II, *Veritatis splendor*, nº 93.
23. Cf. J. MOHANA, *Escolhidos de Deus*, São Paulo, 1985, pág. 81.
24. *Optiones Evangelicae*, nº 28.
25. J.L. M. DE OLIVEIRA, *Uma reviravolta nos conventos*. Reflexão sobre a conversão na Vida Consagrada, Vitória da Conquista, 1987, pág. 60.
26. *Optiones Evangelicae*, nº 4b.
27. Cf. *ibid.*, nº 12, Parágrafo 4.
28. M. LOSADA, "Desejo e Instituição. Leitura da vida Religiosa a partir da Análise Institucional", in VÁRIOS, *A Vida Religiosa enquanto instituição*. Leitura psicológica, CRB, Rio de Janeiro, 1992, pág. 23.
29. D. B. DE ALMEIDA, "Radicalmente livres e fiéis em Cristo?", in *ibid.*, pág. 220.
30. *Ibidem*.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE:

1. Para nós religiosos e religiosas o grande perigo numa ocasião como esta de eleição é o da *indiferença*. Como você, sua comunidade e sua congregação estão se preparando para viver este momento? Quais as iniciativas concretas que estão sendo pensadas ou já colocadas em prática?
2. Geralmente numa comunidade ou congregação sempre existem obstáculos que impedem ou elementos que favorecem uma maior participação dos seus mem-

- bro na evangelização do político. Em sua comunidade ou congregação existem obstáculos? Existem vantagens? Quais?
3. Nestes anos posteriores ao concílio Vaticano II não faltaram experiências de religiosos e de religiosas atuando mais diretamente na evangelização do político. Você conhece alguma experiência deste tipo? O que, no seu modo de ver, não deu certo? Por que? O que aconteceu de positivo nesta experiência?



Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ  
1 de abril de 1994

A Palavra de Deus é a fonte primordial da *espiritualidade*, isto é, do agir humano vivificado pelo espírito porque gera, irriga, mantém e renova a fé. O objeto da fé é sempre a palavra de Deus. Frente, pois, a esta Palavra, CRER naquilo que se lê. E ler para ampliar aquilo que se crê.

— Depois que João foi preso, veio Jesus para Galiléia proclamando o Evangelho de Deus: O tempo está realizado e o Reino de Deus está próximo. CONVERTEI-VOS e crede no Evangelho, Mc 1, 14-15.

*Conversão*: mudança moral pela qual o homem renuncia à sua conduta anterior, põe Deus no centro, volta-se para ele e cumpre sua vontade. É a partir dele, por ele e com ele, muda de rumo, muda de passo. Muda de mente, de coração e de vida. Vê o mundo pelo mesmo prisma de Deus. Pensa, fala, vê, ama, age e vive a partir de Deus. Muda sua escala de valores. Os valores que o mundo propõe, os valores de nossas preocupações cotidianas podem não ser os valores que o Evangelho propõe.

*Conversão*: entrada no Reino. O Reino se aproxima ou se distancia conforme nossa vontade de conversão. Mas a conversão não é obra humana. É fruto da intervenção de Deus que torna possível o caminho em direção a ele. É o seu amor que nos revela o pecado e nos leva à conversão. Sem crer neste amor do Pai, em seu perdão sempre renovado, em seu oferecimento sempre constante de vida, não há nada mais a fazer de ordem espiritual. Deus pode perdoar. Ele quer perdoar. Sabe perdoar. Revela tato e ternura. Ele quer reconciliar consigo os homens que desejam reconciliar-se com ele.

*Conversão*: ruptura provocada pela irrupção de Deus em nossa vida exigindo mudanças internas e externas e respostas nossas a este dom de Deus. Um dos anseios mais profundos do coração humano é sentir-se perdoado, reconciliado. É uma vivência profundamente desejada.

A mudança de toda estrutura obsoleta é vontade de Deus que chama os homens para uma nova comunhão entre si. Lutar, portanto, sempre, para humanizar as condições externas da vida social. Somos convocados pela inspiração fundamental da fé para a transformação das estruturas de pecado. Mas o ponto de partida do Evangelho é sempre um chamado inequívoco e incontornável para a conversão na intimidade de cada consciência. O seu ponto de partida é sempre a *conversão pessoal nunca terminada*, o reconhecimento de nossa condição precária, sempre carente de renovação pelo espírito. Um processo sempre em andamento. Nunca acontece semel et pro semper. Não é um fato realizado uma vez para sempre.

Mais do que encontro com Deus, a *conversão é um processo de procura* deste encontro, um impulso que percorre toda a vida. Como processo implica continuidade, perseverança, progresso, persistência. Não seremos julgados pelo resultado, mas pela busca do resultado. Deus não nos pede estatísticas de resultados finais. Ele exige, apenas, presença, ação, fidelidade. *Sempre a caminho* entre aquilo que se é e aquilo a que cada um é chamado a ser. Entre o que se é e aquilo que cada um quer e precisa vir a ser. Entre o que somos e o que intuimos que devemos ser. Nenhuma modificação séria acontece sem uma prévia reforma e renovação da consciência, individual e coletiva, sem exclusividade de cunho intimista ou ativista.

*Nada muda se você não mudar*, isto é, se não promover sua renovação e seu revigoramento espiritual. A transformação do mundo começa no coração de cada pessoa. É difícil se mudar. A história de cada um está aí para o alertar. Há uma força inercial latente em cada um que bloqueia e resiste bravamente em relação a qualquer mudança de ordem espiritual. Mas, sem a mudança da pessoa, nenhuma mudança de estrutura terá sustentação. *Ênfase, portanto, na conversão pessoal* como indispensável para o serviço cristão aos outros e para a mudança benéfica da sociedade. Cada um se constitui parte privilegiada da estrutura pela qual qualquer transformação realmente confiável deverá começar. Não haverá renovação se esta não for espiritual, se não partir da interioridade. Tudo o mais são mecanismos. Podem funcionar por algum tempo, mas não resistirão aos desafios. Inútil será a esperança de qualquer melhoria.

“O tempo está realizado e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho.” *Conversão*: redimensionar as estruturas interiores pelas estruturas de Cristo. Solidariedade com o seu testemunho. Adesão ao Reino. Compromisso com ele. Sintonia fina com o Evangelho. Autenticidade de comportamento contra qualquer desacordo entre a fé e a vida.

Desejando-lhe toda PAZ e todo BEM, com fraterna amizade e renovada estima, subscrevo-me,

atenciosamente

Pe. MARCOS DE LIMA, SDB  
Redator-Responsável/Convergência